



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Revitalização do Mercado Municipal - Vazios Urbanos em Vila do
Conde

Cátia Isabel Meireles dos Santos

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientador:

Doutor Paulo Alexandre Tormenta Pinto, Professor Catedrático,
Iscte, Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Doutor Pedro da Luz Pinto, Professor Auxiliar,
Iscte, Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Revitalização do Mercado Municipal - Vazios Urbanos em Vila do Conde

Cátia Isabel Meireles dos Santos

Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo

Orientador:

Doutor Paulo Alexandre Tormenta Pinto, Professor Catedrático,
Iscte, Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Doutor Pedro da Luz Pinto, Professor Auxiliar,
Iscte, Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Revitalização do Mercado Municipal

Vazios Urbanos em Vila do Conde

Agradecimentos

Agradeço a todos os professores que se cruzaram no meu percurso, ao longo destes anos; Ao professor Pedro Pinto, pela sua calma e dedicação, e em especial ao professor Paulo Tormenta Pinto, pelo apoio, dedicação, paciência, e por acreditar sempre no meu trabalho, mesmo quando eu mais duvidava!

Agradeço a disponibilidade ao Sr. Sérgio Palhares do Arquivo Municipal de Vila do Conde, da arquiteta Sara Oliveira, do Sr. João Figueira do Arquivo da Fundação Caloutes Gulbenkian, e ainda à arquiteta paisagista Fernanda Órfão e à engenheira Sara Lobão da Câmara Municipal de Vila do Conde, pela disponibilidade dada.

À Rita Rodrigues, por toda a dedicação e apoio. Ao meu grupo de Vila do Conde, Daniel Gomes, Maria Fróis e Ricardo Ferreira, por todas as discussões ao longo desde ano, mas acima de tudo pelas gargalhadas;

Agradeço aos meus colegas de curso, por todas as noites de trabalho e de festa, por todos os momentos inesquecíveis;

À família que o Iscte me deu, ao Parcels, à Anastasiya, à Camila, à Carolina D. e à Mafalda, por fazerem desta terra que não é minha, uma nova casa;

A todos o que me acompanharam nesta jornada, tanto dentro como fora do Iscte;

À minha melhor amiga Carolina, pelo carinho e coragem que me deu, pelo 5ºCCC, pelas risadas e pela amizade. À "mãe Céu" por toda a melântica que houve e haverá. À "tia Olimpia", por tudo;

E em especial um agradecimento profundo à minha família, por me apoiarem e amarem incondicionalmente, À Ana, pelo infinito apoio, quando eu estava mais em baixo me puxava para cima, e por me aturar sempre; À minha pequena Matilde, por me deixar exausta, mas acima de tudo por me ter dado um ano repleto de felicidade e de muitos abraços;

Aos meus primos, tios e avós, mesmo longe estiveram presentes;

À tia Henriqueta, por tudo o que fez e faz por mim;

À minha irmã, pelo carinho e paciência;

À minha mãe, pelo amor, por todo o teu sacrifício, e por fazeres os possíveis para que eu chegassem até aqui.

A todos o meu sincero obrigado, guardo-vos para sempre no meu coração

Índice

Resumo Abstract	10
Enquadramento	15
01 Texto Crítico	
Álvaro Siza - O caso dos parques de Vila do conde: Espaço natural gerador de Espaço público	19
02 Projeto Final de Arquitetura	
Vazios Urbanos de Vila do Conde	65
<i>Revitalização do Mercado Municipal</i> Cátia Meireles	79
A Piscina no Pinhal Daniel Gomes	
Entre o Mar e o Rio Maria Fróis	
Cais Cultural da Seca do Bacalhau Ricardo Ferreira	
03 Atlas	
Construir no SUL	117

Resumo

A parte individual, inicia-se pela explicação da nomeação do lugar, seguida de uma breve apresentação da evolução histórica relativamente ao conceito de lugar de troca. Posteriormente entende-se o contexto histórico e surgimento do conceito na cidade de Vila do Conde até aos dias de hoje, expondo as problemáticas do atual Mercado Municipal, finalizando com a proposta de revitalização.

Evidenciando que o Mercado Municipal, localizado na zona histórica de Vila do Conde, é um espaço completamente aberto, que se funde com a estrada nacional. Existindo a preocupação de consolidação de vazios urbanos, o Mercado é um programa que atualmente necessita a definição de limites, sendo este princípio fundamental, para que o programa ganhe uma identidade própria e não sirva apenas de passagem e ligação para outras zonas da cidade.

Palavras- chave:
Vila do Conde; Álvaro Siza, Mercado Municipal;
Espaço Público; Desenho Urbano; Praça.



Abstract

The individual part begins by explaining the nomination of the place, followed by a brief presentation of the historical evolution regarding the concept of trading place. Subsequently, the historical context and appearance of the concept in the city of Vila do Conde until the present day, exposing the problems of the current Municipal Market, ending with the proposal of revitalization.

Emphasizing that the Municipal Market, located in the historic area of Vila do Conde, is a completely open space, which merges with the national road. Existing the concern of consolidating urban voids, the Market is a program that currently needs the definition of its limits, being this principle fundamental, so that it can gain its own identity and not only serve as a passage and connection to other areas of the city.

Keywords:

Vila do Conde; Álvaro Siza, Municipal Market; Public Space; Urban Design; Square.



Enquadramento

Este livro compõe o trabalho desenvolvido na Unidade Curricular de Projeto Final de Arquitetura 2021/2022 coordenado por Paulo Tormenta Pinto, Pedro Luz Pinto, Ana Brandão, e teve também a colaboração de Catarina Santos, Elodie Marques, Filipe Prudêncio, Francisco Freitas e Rita Rodrigues.

O caderno é composto pelos seguintes elementos:

- 01 | Texto Crítico das obras de Álvaro Siza em Vila do Conde:

• **Álvaro Siza** - O caso dos parques de Vila do conde: Espaço natural gerador de Espaço público.

Enquadrado no Projeto de Investigação “A Monumentalidade Crítica De Álvaro Siza – Projetos de Renovação Urbana depois da Exposição Internacional de Lisboa de 1998 (Expo'98)”.

- 02 | Projeto de Arquitetura

- Estratégia integradora de grupo à escala urbana:
• **Vazios Urbanos** de Vila do Conde

- **Estratégias individuais:**

- Revitalização do Mercado Municipal
- A piscina no Pinhal
- Entre o Mar e o Rio
- Cais Cultural da Seca do Bacalhau.

- 03 | Atlas

- **Construir no SUL** - Laboratório para os Fundamentos da Arquitetura Portuguesa contemporânea

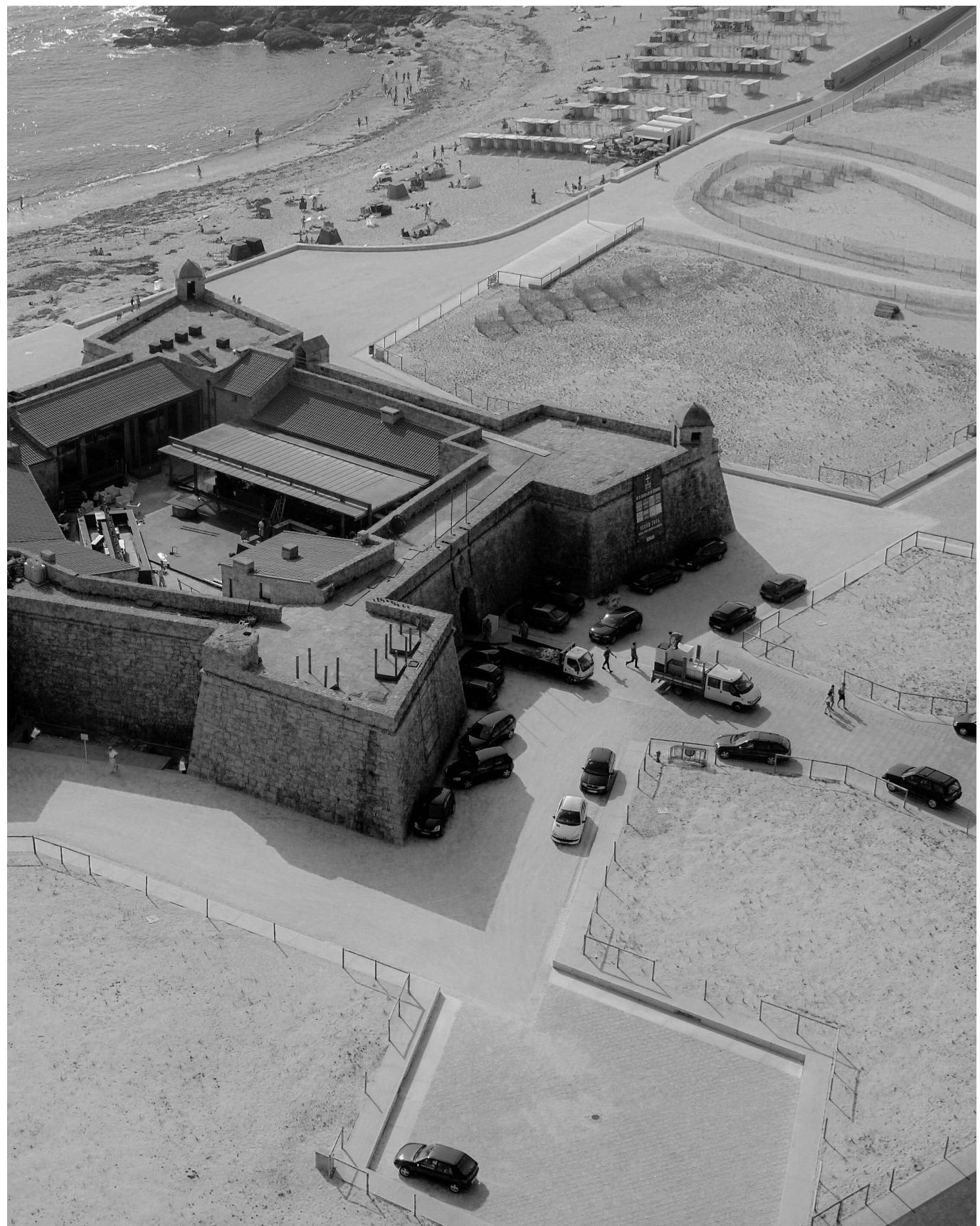
PINTO, Paulo Tormenta - Construir no SUL – Laboratório para os Fundamentos da Arquitetura Portuguesa contemporânea. Estudo Prévio. Lisboa: CEAUT/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2015. ISSN: 2182-4339 [Disponível em: www.estudoprevio.net]





Fig. 03 - Fotografia Parque Atlântico, Sara Oliveira.

Álvaro Siza - O caso dos parques de Vila do Conde
Espaço natural gerador de Espaço público



Introdução

No presente texto crítico, apresentamos um estudo sobre a obra de Álvaro Siza. O trabalho debruça-se sobre os dois projetos mais recentes em Vila do Conde, realizadas no âmbito do Programa Polis: Parque Urbano de Caxinas (2004), o Parque Atlântico (2005), enquadrados em duas realidades diferentes.

O primeiro é um projeto realizado em parceria com o Arquiteto Paisagista João Gomes da Silva, situado no centro do núcleo habitacional de Caxinas, a norte do centro de Vila do Conde. Localizado num antigo terreno baldio dentro de uma malha urbana regular, o projeto do Parque Urbano reestrutura um conjunto de vias e constrói um ambiente de parque murado.

O segundo é um projeto de grande escala que comprehende a frente marítima de Vila do Conde, mais concretamente o troço sul até à foz do Rio Ave. O Parque Atlântico faz a transição entre mar e cidade - delimitando uma duna primária, requalificada por Siza. A intervenção constitui, na sua essência, um desenho de vias e de espaço exterior.

Como suporte para o trabalho, foram consultadas e analisadas as fontes primárias presentes no Arquivo Municipal de Vila do Conde, na Fundação Calouste Gulbenkian, no CCA - Canadian Center for Architecture e na Biblioteca Nacional de Portugal. A pesquisa nestas entidades e o estudo do material adicional, fornecido pela Arquiteta Sara Oliveira, permitiram obter informação relativa à evolução histórica da cidade, compreendida no intervalos temporal protagonizado pelo desenvolvimento da cultura balnear e pela implementação do Programa Polis. Foram também relevantes alguns livros e trabalhos académicos, dos quais salientamos: A Escola do Porto: Lado B de Pedro Bandeira (Bandeira, 2014) ; A Periferia Perfeita de

Jorge Figueira (Figueira, 2014); Vila do Conde de Marta Miranda (Miranda, 1998); Profissão Poética de Kenneth Frampton (Frampton, 1988) e a Dissertação de Mestrado da Arquiteta Sara Oliveira: O Impacto do Programa Polis na Frente Marítima de Vila do Conde (Oliveira, 2020).

Neste contexto, a investigação em torno das obras do Arquiteto Álvaro Siza é conduzida pelo interesse da análise tipológica e pelo processo de conceção do espaço público. Esta perspetiva parte do trabalho de Jacinto Rodrigues (1975) e, da teoria dos desurbanistas: uma teoria utópica que procurava responder aos problemas sociais e políticos por via da arquitetura à escala urbana. Este argumento parte do conhecimento sobre um conjunto de trabalhos realizados no período pós 25 de Abril de 1974, num contexto sociopolítico bastante específico da história de Portugal, explanado por Pedro Bandeira no livro A Escola do Porto: Lado B (2014).

Esta investigação tem como finalidade o estudo de uma vertente menos explorada da obra de Álvaro Siza, que se caracteriza pela conceção de obras à escala urbana. A análise inclui a compreensão da cidade de Vila do Conde no seu todo geográfico, morfológico e histórico e, ainda, o estudo das obras do arquiteto Álvaro Siza neste contexto. Procurando um cariz provocatório, a investigação imagina como a utopia pode servir de base para a conceção do espaço público e como este pode intervir na consolidação da cidade.



Argumento

Num olhar retrospectivo sobre a obra de Álvaro Siza encontramos uma variedade programática: trabalho a diferentes escalas, lugares e tipologias. Contudo, ao pesquisar sobre a tipologia “parque” ou “jardim”, verificamos que este tipo de intervenção é menos comum no conjunto das suas obras. Poderemos enunciar a Fundação Serralves, no Porto, ou o Venne Park, em Haia, no entanto a peça central de Serralves é o Museu de Arte Contemporânea e o Venne Park faz parte de um complexo habitacional e comercial. Os únicos projetos da mesma tipologia de parques, no trabalho de Siza, são em Vila do Conde. Sobre o parque urbano:

«(...)o primeiro parque público desenhado pelo arquiteto que, confessou, nunca pensou que o projeto fosse avante.» (Marques, 2000).

Estas duas intervenções, o Parque Urbano e o Parque Atlântico, apresentam como premissa de projeto, a valorização das características naturais dos lugares onde se inserem. No Parque Atlântico, a presença de um território dunar [Figura 05] coloca em evidência a estratégia de ocupação daquele espaço. Do mesmo modo, no Parque Urbano, uma antiga pedreira, possivelmente alagada, levanta questões que orientam a abordagem ao lugar, ou seja, Siza, com estes dois projetos, tira partido das premissas territoriais como elementos que conduzem o desenho do espaço público. Trabalhando com a intenção de transformar a cidade, o desenho é ordenador e de alguma forma uniformizador da envolvente, procurando qualificar o espaço urbano. Este exercício de metamorfose do território pode ser interpretado à luz de um pensamento utópico sobre o lugar comum da cidade, neste caso o “vazio” do espaço natural na cidade, muitas vezes em oposição à relação

de contraste e desequilíbrio com as zonas edificadas. Podemos ver um exemplo da criação de uma ideia utópica de espaço público no projeto “Organização Insurrecional do Espaço” [Figura 06] apresentado no Livro “Porto Lado B” de Pedro Bandeira. O livro, revela um outro lado do ensino da Arquitetura na Escola das Belas Artes do Porto, desenvolvido no pós 25 de abril. Este lado, motivado pela chegada do professor Jacinto Rodrigues, convidado a lecionar Teoria e Prática de Investigação, por Alexandre Alves Costa, na qual são abordados temas relacionados com a Utopia urbana (Bandeira, 2014). Jacinto Rodrigues publica em 1975, o Livro *Urbanisme et Revolution* (com a tradução portuguesa no mesmo ano), onde é explanado o argumento essencial para o pensamento utópico sobre a cidade, onde defende a teoria dos desurbanistas.



05

Fig. 05 - Fotografia antiga da Avenida do Brasil, local da futura intervenção do Parque Atlântico de Álvaro Siza, onde é possível ver a duna primária, AMVC.

Fig. 06 - Fotomontagem do Projeto Organização Insurrecional do Espaço. No livro Porto: Lado B de Pedro Bandeira.



07



08



09

«O desurbanismo, com efeito, não se apresenta como uma solução técnica à crise da cidade capitalista. Corresponde a uma luta política (...). Esta crítica de esquerda opunha-se às formas burocráticas do poder, ao autoritarismo centralizador, ao abandono da luta de classes no que era ainda uma sociedade de transição.» (Rodrigues, 1975 p. 92).

Uma ideia revolucionária contra a cidade capitalista e do regime divisório, realçando a cultura urbana deixada pelo Urbanismo Burguês, estabelecendo como solução um des-urbanismo.

É com esta linha de pensamento anticlassicista que chegamos ao projeto provocador de Fernando Barroso e Mário Ramos: Organização Insurrecional do Espaço.[Figura 07 e 09]. Este projeto, realizado no âmbito da cadeira de Teoria e Prática de Investigação II, é representado por uma série de desenhos, fotomontagens e uma banda desenhada com um texto «irónico, quase cínico, algo desiludido, mas simultaneamente humorístico» (Bandeira, 2014 p. 33). O projeto procura, com a proposta de um “novo solo urbano” de características dunares, esconder a conotação possante dos edifícios. Consegue assim desenhar uma cidade sem classes, sem demonstração de poder, com um solo único uniforme, sem dissimulações, trazendo a génese primária do terreno, desvalorizando novamente as classes e vicissitudes do piso urbano. Nesta vertente utópica, a duna - como elemento natural - é o componente principal de todo o trabalho, dissipando-se pelo território, sendo indispensável para a leitura imaginária da cidade. Neste caso, os edifícios apresentam um papel secundário ao desenho do espaço, estando subjugados pela topografia dunar.

Neste âmbito, a utopia do espaço público comprehende o território nativo como elemento basilar para a construção do espaço urbano.

Fig. 08 - Fotografia das Cheias Vila do Conde, analogia entre a ocupação dunar e a ocupação da água, AMVC.

Fig. 07 e 09 - Fotomontagem Projeto Organização Insurrecional do Espaço. No livro Porto: Lado B de Pedro Bandeira.





Fig. 10 - Fotomontagem do Projeto Organização Insurrecional do Espaço, no livro Porto: Lado B de Pedro Bandeira (2014).

Vila do Conde

Vila do Conde é uma cidade que se encontra a norte de Portugal [Figura 12], pertencendo à área metropolitana do Porto, tendo como cidades periféricas: Póvoa de Varzim, Maia, Matosinhos, Famalicão e Santo Tirso. Cidades estas que influenciaram o desenvolvimento e crescimento urbano de Vila do Conde, por apresentarem áreas de maior densidade populacional e desenvolvimento económico (Miranda, 1998), (Ribeiro, 2002).

Uma vez que a cidade tem como fronteira o mar e o rio, as atividades ligadas ao mar começaram a ser praticadas muito cedo como atividades de caráter económico. A pesca, a construção naval, a produção de sal e o comércio por via marítima foram primordiais no desenvolvimento e crescimento de Vila do Conde. No entanto, também a agricultura se tornou fator de crescimento pela relação de proximidade com a água (Miranda, 1998).

Tendo em conta a análise feita, Vila do Conde pode ser entendida em três núcleos urbanos: a zona histórica; o bairro de Caxinas - antigo bairro piscatório; e a frente de mar - zona balnear [Figura 13].

A zona histórica, o primeiro núcleo a ser construído no séc. XII, foi implantado na colina de S. João Batista, junto ao rio Ave, visto que reunia as condições favoráveis, permitindo uma relação direta com o rio - estrada natural de comércio, sendo fonte primordial e potencializadora de recursos. Uma zona mais alta permitia também uma maior vigilância do seu assentamento, para os possíveis ataques. Os registos históricos denotam uma vila com um extenso território dunar à vista do mar (Oliveira, 2020) [Figura 11].

Mais tarde, no séc. XIX, o crescimento da cidade foi-se orientando para o mar até então espaço para pesca e navegação. Em virtude disso, surgiram os primeiros

assentamentos em Caxinas, um bairro a norte do concelho, perto da fronteira com Póvoa de Varzim, caracterizado pela sua comunidade de pescadores. Desenvolve-se, tal como outros bairros piscatórios em Portugal, seguindo uma matriz ortogonal, com construções precárias, construídas neste caso, pelos mesmos artífices que construíam os barcos nos estaleiros de Vila do Conde e de Póvoa de Varzim (Oliveira, 2020). O crescimento e desenvolvimento da povoação mantêm este caráter, tanto que já no final do séc. XX, como refere António Madureira¹, Caxinas era uma povoação com um planeamento «completamente ilegal», com habitações clandestinas, mas aceites como tal [Figura 17].

¹ Entrevista pelos autores ao Arquiteto António Madureira em 8 fevereiro, 2022.

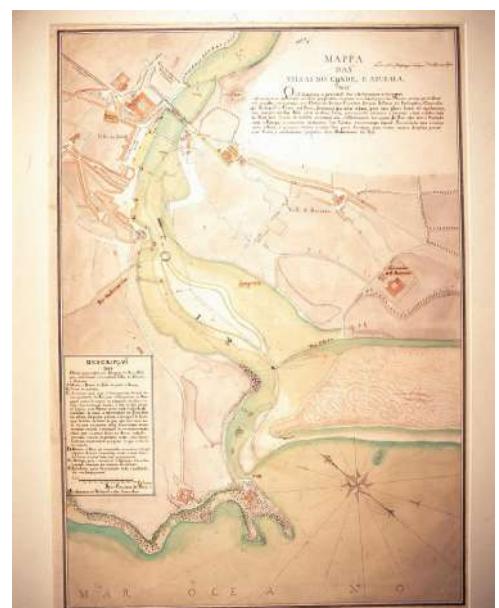
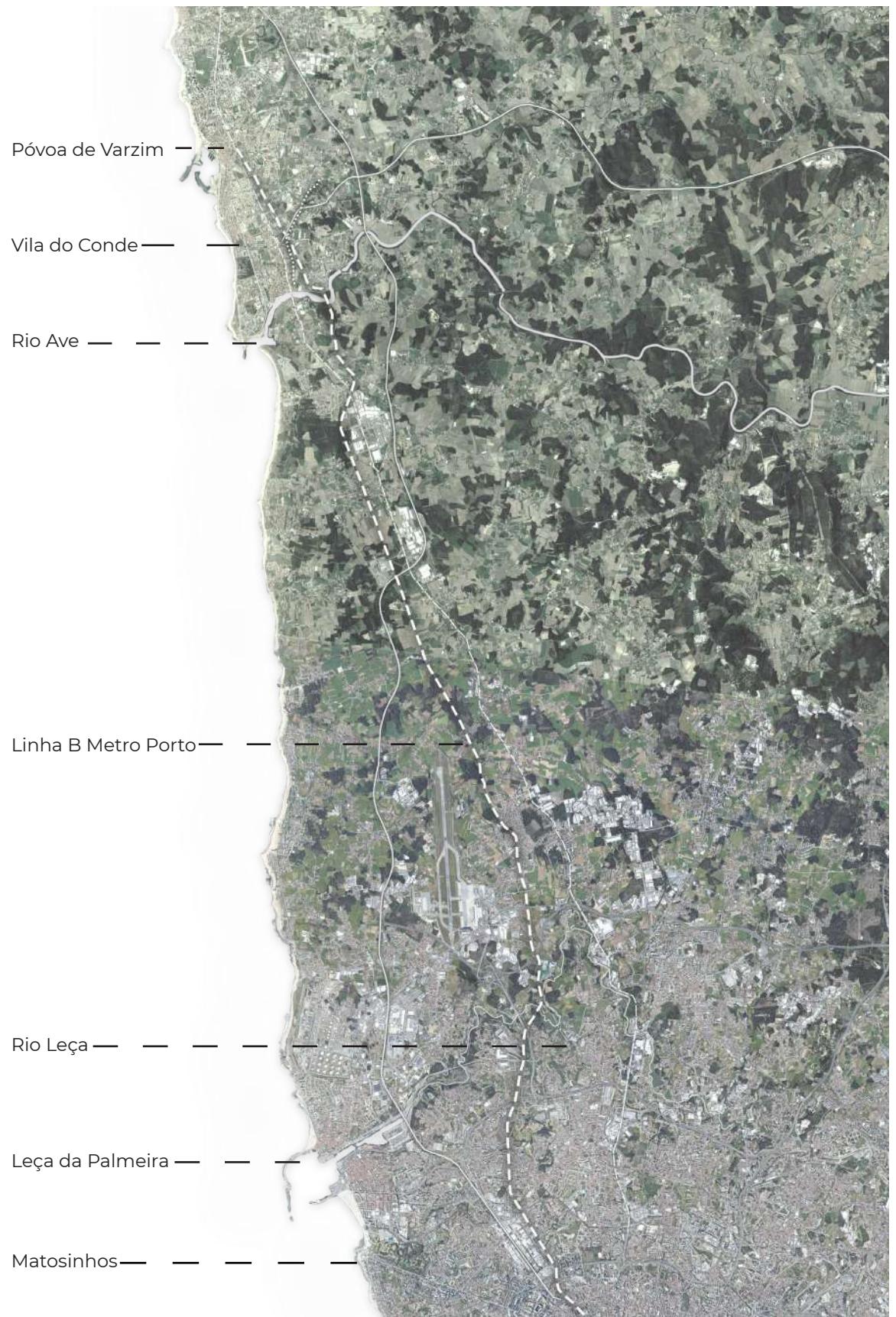
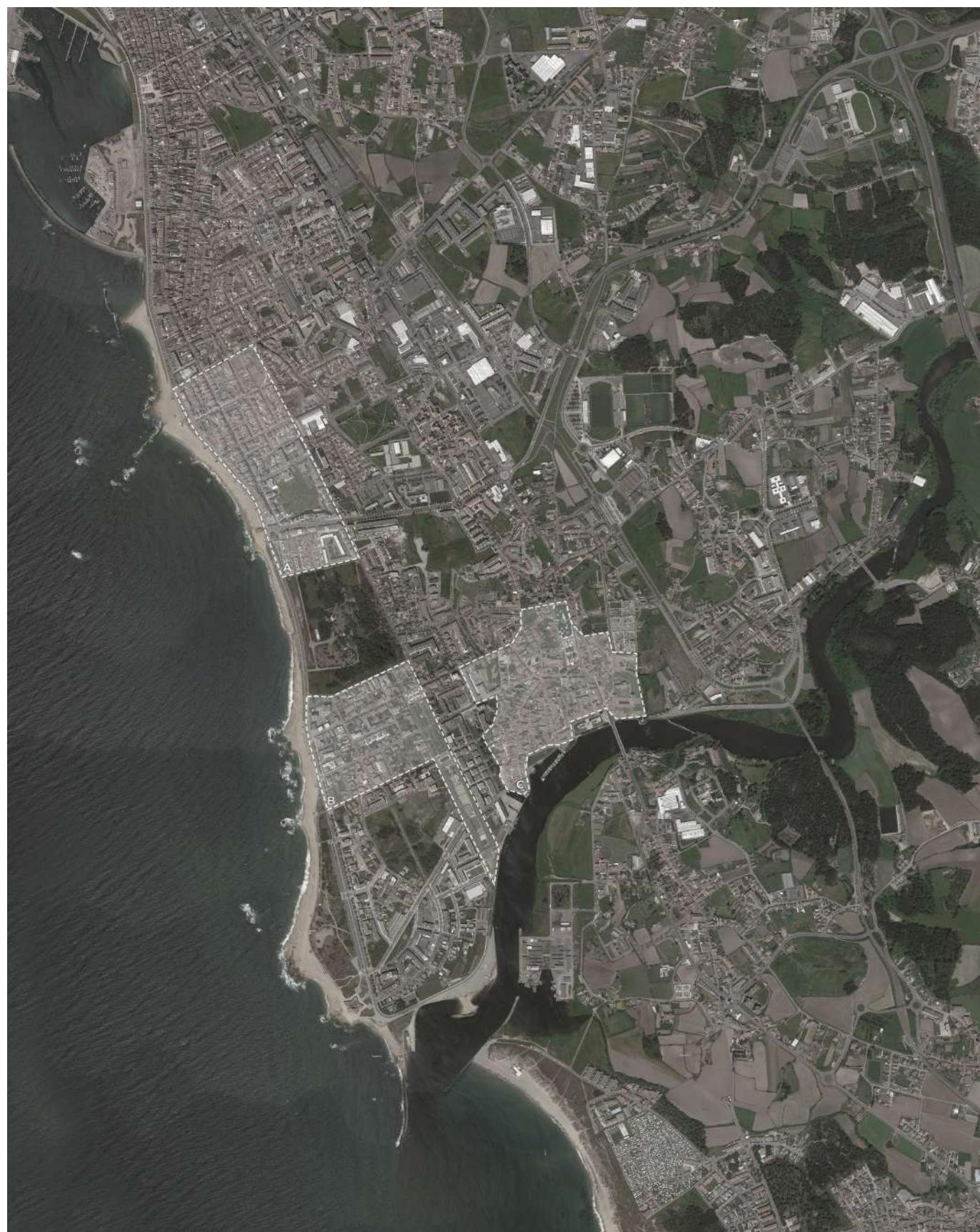


Fig. 11 - Mapa de Vila do Conde - José Francisco de Paiva, 1821-1824, AMVC.

Fig. 12 - Ortofotomap Localização de Vila do Conde - Elaborado pelos autores.





No final do séc. XIX, início do séc. XX, surge um outro impulso no crescimento de Vila do Conde. Com a vinda da população burguesa para as praias do Norte, devido à crença nos benefícios para a saúde e bem-estar do mar, surgem novas ruas e novas vivências. A zona circundada pelo rio e pelo mar, nova zona sul, começou a ser desenvolvida com a construção de chalés e palacetes de veraneio. Novas ruas foram lançadas para responder às necessidades desta nova população, em especial a Avenida dos Banhos [Figura 15] onde foram construídos o casino [Figura 14], o teatro e o hotel da avenida. No término desta rua, foi implementada a Avenida Júlio Graça, na forma de uma grande alameda, proporcionando um grande jardim burguês à vila (Oliveira, 2020) [Figura 18].

Ao longo do séc. XX foram realizados nesta zona inúmeros eventos automobilísticos e hípicos [Figura 16], com destaque para as corridas da "Princesa do Ave", que a partir de 1931 tiveram início na Avenida do Brasil, junto ao Forte, e que se realizaram por várias edições com concorrentes vindos de vários países. O "I circuito do Ave" foi organizado pelo Turismo de Vila do Conde e com o apoio logístico da Comissão Desportiva da Secção Regional Norte do ACP- Automóvel Clube de Portugal. A requalificação da avenida pelo Programa Polis, em 2003, reduziu a faixa de rodagem automóvel que impossibilitou a realização das corridas (Motor 24, 2017).

Em 1951, com o aumento da população, para dar resposta a uma nova expansão da cidade, o Arquiteto Agostinho Ricca, elaborou o anteplano de urbanização de Vila do Conde. Este propunha urbanizar uma nova zona sul, com uma primeira faixa de habitação em contacto com o mar e um parque verde com serviços de apoio à população, aproveitando as zonas dunares que se encontravam sem qualquer tipo de uso. No entanto, apesar de possuir bastante potencial e pertinência, o plano nunca foi executado (Gonçalves, 2012)[Figura 19].



14



15



16

Fig. 13 - Ortofotomapta Vila do Conde, elaborado pelos autores.
 A - Bairro Piscatório de Caxinas
 B - Bairro Balnear
 C - Núcleo Histórico

Fig. 14 - Fotografia do Casino de Vila do Conde 1918, AMVC.

Fig. 15 - Postal da Avenida dos Banhos, onde é possível ver os diferentes Chalés de veraneio, AMVC.

Fig. 16 - Fotografia de um Evento Hípico séc.XX, AMVC.

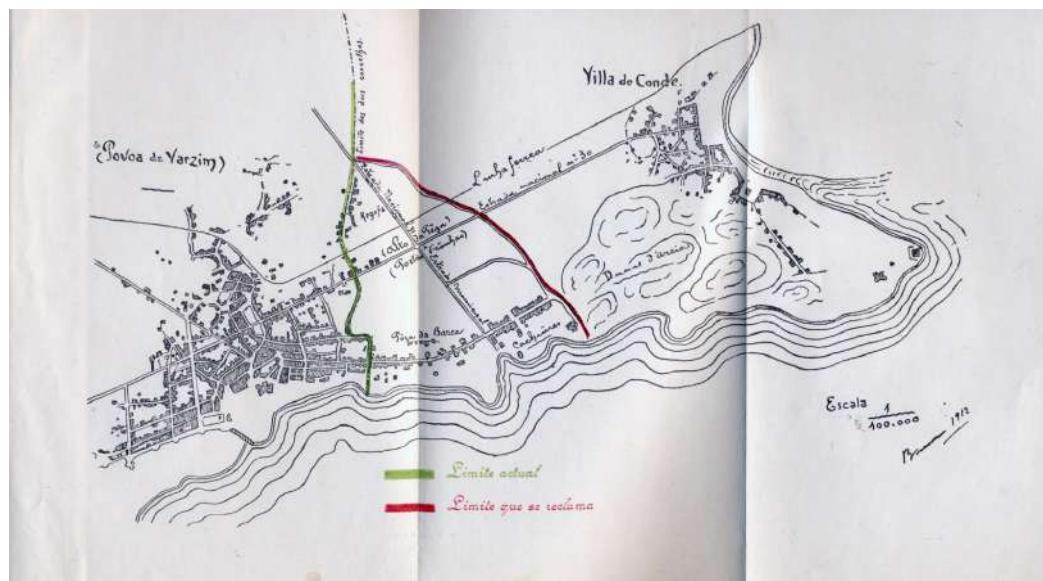


Fig. 17 - Mapa de Caxinas - 1912, Jornalismo Porto Net.

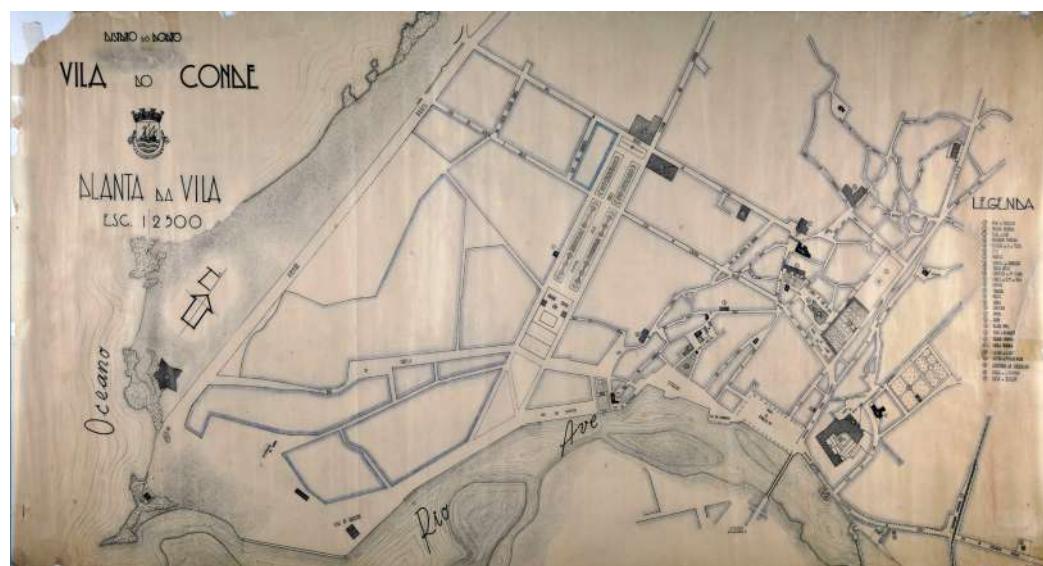


Fig. 18 - Planta de Vila do Conde depois de 1916 | Bairro Balnear - Novas avenidas, AMCV



Fig. 19 - Anteplano de Urbanização de Vila do Conde
, 1951, Agostinho Ricca.

Conjunto Habitacional Caxinas 1970-72

O parque urbano e o Parque Atlântico não são as primeiras obras de Álvaro Siza em Vila do Conde. Este já tinha duas outras intervenções: o complexo habitacional de Caxinas e o edifício da agência do Banco Borges & Irmão.

Em 1970, Siza Vieira é contactado por António Vila Cova, por sugestão do arquiteto responsável pelo departamento de urbanismo da câmara, Jorge Gigante, com uma encomenda para um projeto de habitação em Caxinas, num terreno junto ao mar, para o qual já tinha tido alguns projetos recusados. Vila Cova, como refere António Madureira, era um homem com bastante poder e influência na comunidade local constituída por pescadores e famílias de pescadores, com dificuldades económicas (Siza, 2021), (Madureira, 2022).

O projeto passava pela reabilitação de um edifício já existente, partindo da sua estrutura de betão armado, e a construção de um conjunto de novos edifícios de habitação.

«o projeto de série linear de Caxinas comportava uma estrita definição urbanística - integrando com a ideia de collage alguns elementos preexistentes de fraca qualidade - a partir de propostas de tipologia variável e adaptável a um processo de construção e de utilização» (Frampton, 1988, p.185).

Posto nesta circunstância, Álvaro Siza encontra-se restringido a elaborar parte do projeto em volta da estrutura pré-existente, assim como o projeto aos futuros moradores, visto que as casas já tinham sido vendidas (A. Madureira, entrevista pelos autores, fevereiro 8, 2022).

«Em Caxinas, a linguagem racionalista dos edifícios realizados convive com uma metodologia que pressupunha a manutenção de edifícios ou programas existentes e a construção de novas estruturas segundo uma norma, mas com resultados indeterminados. Siza constrói nas duas extremidades do lote, criando algumas regras para o seu preenchimento» (Figueira, 2014, p.300).

Contudo, o que se observou mais tarde foi que a população não se adaptou às novas construções, sendo esse um dos motivos para que o conjunto habitacional nunca tenha sido construído na totalidade:

«ficou um desastre, os edifícios, as pessoas não queriam aquilo para nada, não tinha nada a ver com aquilo que entendiam como habitações, estupuraram tudo, não resistiu nada» (A. Madureira, entrevista pelos autores, fevereiro 8, 2022).



Fig. 20 - Fotografia sobre duas habitações do Conjunto Habitacional de Caxinas, Revista LOTUS n.º 9 (1975).

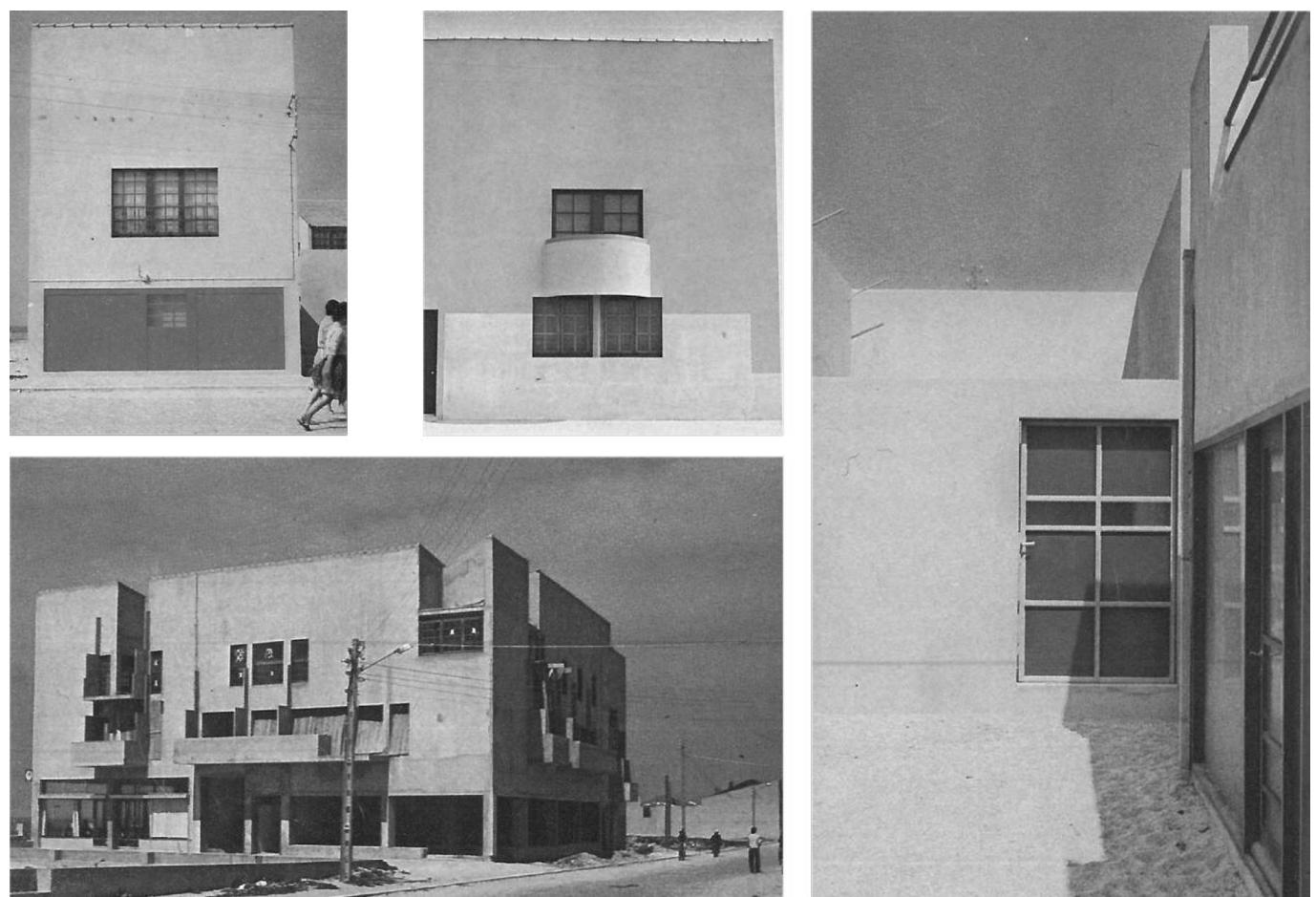


Fig. 21 - Fotografia do Conjunto Habitacional de Caxinas, Architecture D'Ajoud'hui n.º185.

Banco Borges & Irmão

1978 | 1986

Após o projeto em Caxinas, Álvaro Siza regressa à cidade para uma nova intervenção, em 1986, com a encomenda do Banco Borges e Irmão. Em 1969, já tinha sido convidado para desenhar a filial do banco em Vila do Conde, que embora projetado, acabou por nunca ser construído. Anos mais tarde, em 1977, é convidado a elaborar um novo projeto para o banco, na localização do atual, não sendo construído. Mais tarde, é feita uma 3ª versão de um projeto para o banco, que corresponde ao que atualmente permanece construído (Furtado, 2015).

Na época em que projeta este edifício, Álvaro Siza descobre as publicações das obras de Alvar Aalto e de Frank Lloyd Wright, e a sua preocupação perante o controle da geometria aumenta.

«A geometria curva segue uma linha de continuidade com investigações anteriores em concursos e projetos não construídos. É uma preocupação que desenvolvi, provavelmente depois da descoberta de Alvar Aalto e de Frank Lloyd Wright, cujas publicações naquela altura estavam a começar a ser divulgadas.» (El Croquis, vol. 68/69, p.22).

Já no Banco Borges e Irmão, «a curva tinha outra origem, os clientes queriam um edifício com uma certa presença, mas a frente do local era demasiado pequena para fazer algo significativo. A curva continua a produzir uma ampliação da escala da frente da casa, por meio da sua extensão em direção à parede lateral, foi também necessário criar acesso a uma nova praça, e a curva serviu para produzir uma abertura no espaço urbano.» (El Croquis, vol. 68/69, p.23).

O banco ganha forma tendo como base um retângulo. Através da desconstrução do paralelepípedo e de um jogo de curvas em vértices opostos, ganha altura, aproximando-se às céreas da envolvente, dando vida ao volume branco.

Com o gesto curvilíneo, o volume aparenta fechar-se sobre si mesmo tendo apenas duas fachadas contínuas, mas, ao mesmo tempo, envolve-se profundamente com o contexto da cidade. A fachada envidraçada permite a criação de um jogo entre luz e sombra, possibilitando ver o interior, tal como o contraste entre os materiais usados, o reboco e o mármore, que faz o embasamento interior e exterior do edifício, assim como o pavimento e a marcação da entrada exterior.

A sua forma curva permite ainda que seja feito um acesso para a Praça José Régio, posteriormente construída.

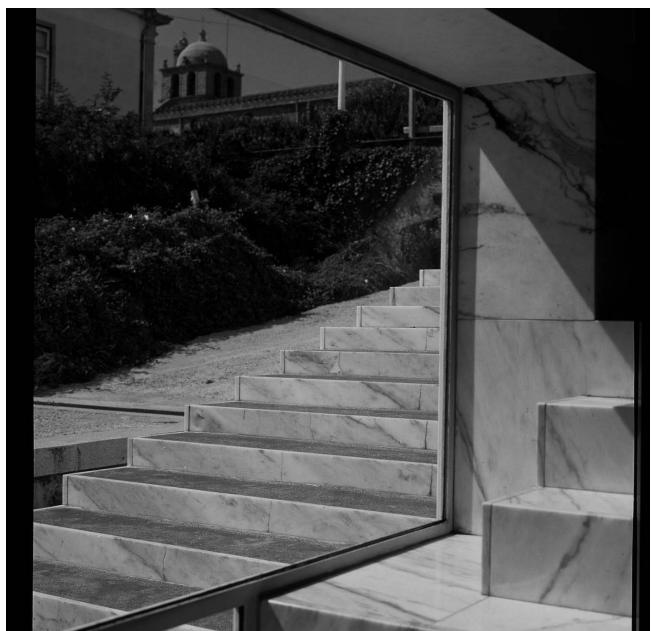
Fig. 22 - Fotografia Vista aérea do Banco Borges & Irmão II, Vila do Conde, Portugal, CCA.

Fig. 23 - Fotografia Vista do interior do Banco Borges & Irmão II, Vila do Conde, Portugal, CCA.

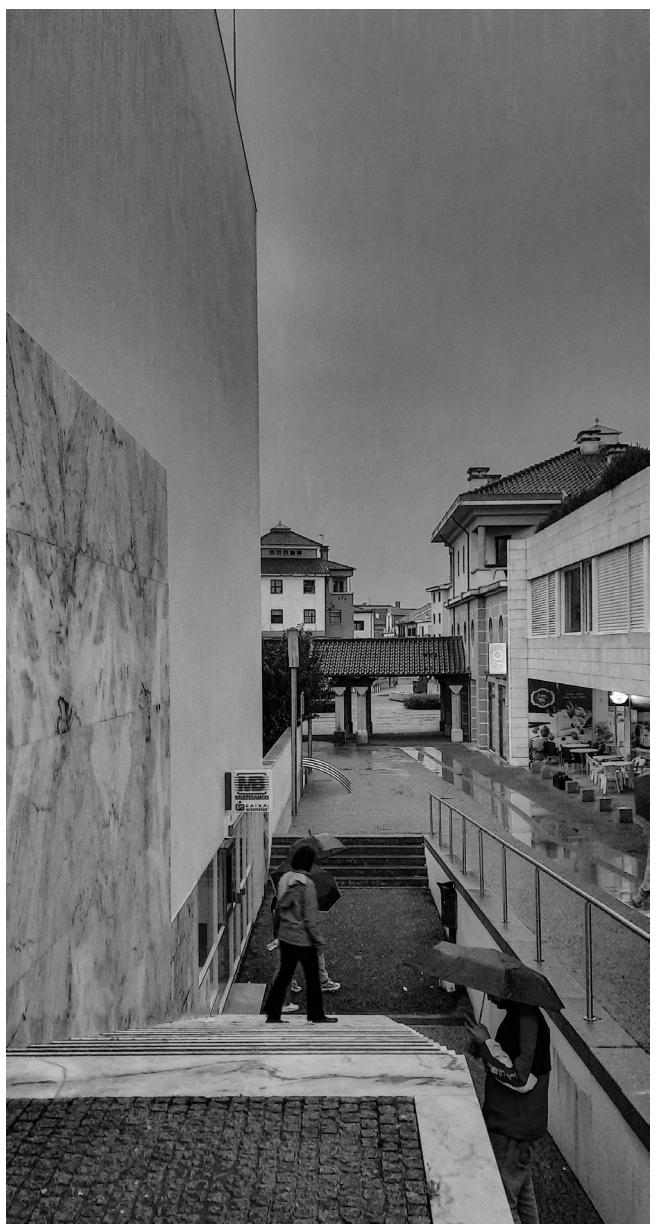
Fig. 24 - Fotografia do Banco Borges & Irmão, dos autores.



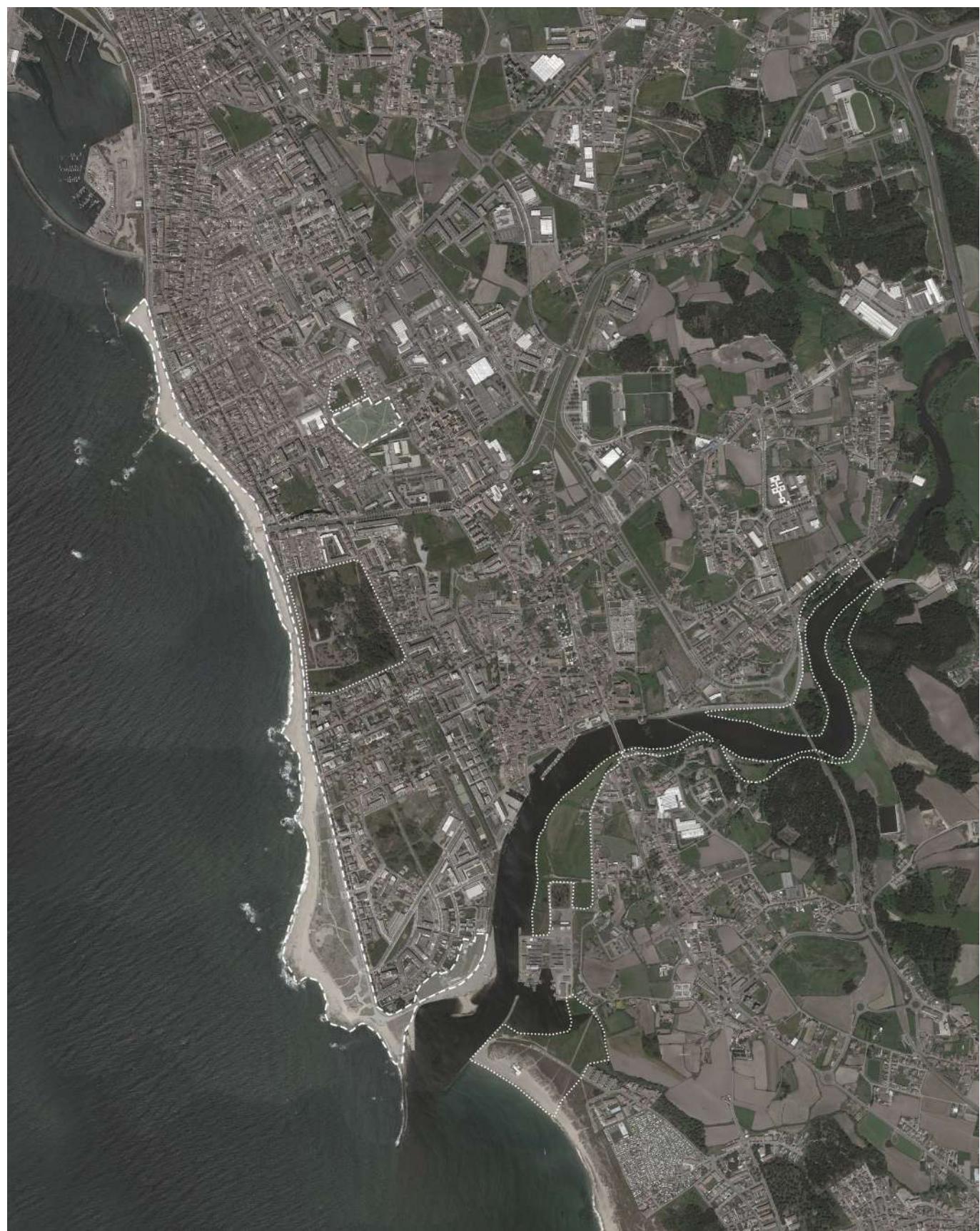
22



23



24



Programa Polis

2000 | 2004

Após estas primeiras intervenções, é com a execução do Programa Polis que Álvaro Siza intervém no espaço público em Vila do Conde. Com o desenvolvimento do programa é gerado um debate crítico sobre a qualidade do espaço público e o modo de reafirmar a cidade, refletindo-se na sinergia da regeneração urbana e da qualificação do espaço ecológico com a introdução de um novo pensamento de cidade e de planeamento urbano.

O Programa Polis - Plano de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades - surge «através de uma nova visão estratégica do ambiente e do ordenamento do território» do XIV Governo como uma das prioridades de desenvolvimento do País (Sousa, 2017). Para compreender o Programa Polis, importa refletir sobre os antecedentes integrados no contexto económico e social do País e da CEE.

Após a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, na segunda metade do século XX, Portugal surge numa situação de desenvolvimento económico e reformulação dos parâmetros de qualidade de vida de forma a alcançar os índices de competitividade europeus.

Tornou-se assim fundamental a criação e reestruturação de alguns setores estatais. Uma das vulnerabilidades compreendia o ordenamento do território e a qualidade de vida dos centros urbanos. Por esse motivo, foram criadas uma série de iniciativas pelo Estado Português para combater este tipo de carências.

À escala territorial são criados planos unificadores do território como o Plano Rodoviário Nacional e a criação da Reserva Ecológica Nacional; surgem também planos de desenvolvimento como o Plano de Desenvolvimento Regional ou o Plano Nacional da Política do Ambiente.

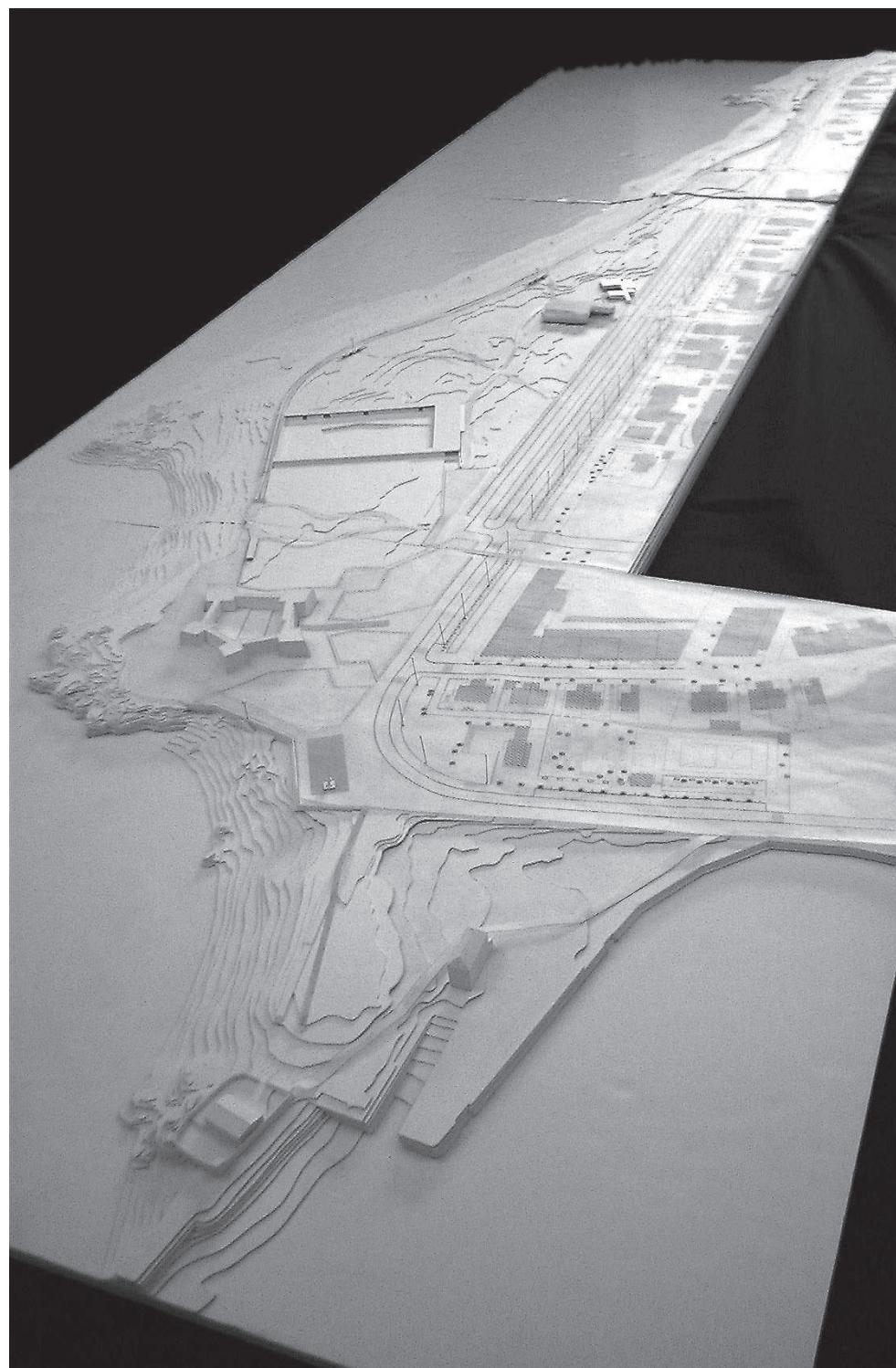
No entanto, é com a Exposição Internacional de Lisboa em '98, através da criação entre o Estado Português e a Câmara Municipal de Lisboa, a Parque Expo, S.A. que é feito uma ação intervintiva na cidade através de uma nova forma de fazer cidade implementando novos conceitos e ideias.

A Expo'98, que atuou igualmente como uma demonstração mundial da inovação portuguesa no ordenamento do território e planeamento urbano, transmudou para debate a necessidade da reprodução de uma intervenção similar no resto das cidades portuguesas, elevando os parâmetros nos centros urbanos do País.

Com base nesse debate, é criado no XIV Governo Constitucional, o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território com o intuito de requalificar os centros urbanos e valorizar ambientalmente as cidades. Com a criação de um Ministério respetivo a estes temas, dispuseram-se «condições para lançar um grande programa nacional que tire partido das disponibilidades financeiras do 3º Quadro Comunitário de Apoio e que desempenhe um papel mobilizador e potenciador das iniciativas que tenham por objetivo a qualificação dos meios urbanos» (MAOT, 2000).

Fig. 25 - Ortofotomap Vila do Conde, Estratégia Programa Polis, dos autores.

----- - Construído
• • • • • - Não realizado



Este Programa Cidades, posteriormente denominado de Programa Polis, não pretendia resolver todos os problemas das cidades do País, mas sim dar um contributo e um impulso para os problemas enunciados num número limitado de cidades a intervir. Através da criação da Sociedade Polis, S.A. constituída pelo Estado Central e Local, foi designado um Plano com uma série de investimentos ordenados dentro de uma estratégia tipologicamente definida de intervenções para 18 cidades portuguesas (mais 10 por concurso em 2001) (Pinto Leite, 2007). Assim o Programa Polis surge como uma medida de apoio para a consolidação do crescimento urbano dentro de um enquadramento de desenvolvimento sustentável e ecológico das cidades.

Vila do Conde insere-se no Programa Polis como uma cidade dentro da periferia norte da Área Metropolitana do Porto com alguma densificação urbana apresentando problemáticas nos temas de ação do Programa Polis. Assim, o processo do Polis tenta tornar Vila do Conde como um centro urbano forte «enquadrada no percurso de modernização e qualificação urbana que a Autarquia Vilacondense vem percorrendo nos últimos anos». Por conseguinte, a ação do Polis visava concretizar projetos já idealizados pela autarquia em longo curso, agilizados num programa curto que geria todos os componentes, desde os estudos ao financiamento para a realização dos projetos (MAOT & CMVC, 2000).

A estratégia geral do Programa Polis de Vila do Conde nomeava as duas frentes de água como pontos mediadores do desenvolvimento urbano - a frente marítima e a frente ribeirinha. Nestas duas áreas fundamentais, a qualificação urbana, o ambiente e as acessibilidades foram tidos como temas chaves de atuação (MAOT, CMVC; 2000). O plano estratégico identificava a frente marítima com «enormes carências no que concerne ao tratamento do espaço público e à coesão das várias estruturas de fruição pública (...) e assume-se como uma barreira pouco digna na transição cidade/mar» (MAOT & CMVC, 2000 PAGINA). A qualificação destas duas frentes teria o papel impulsor em Vila do Conde de introduzir novas

estratégias de gestão do território e de desenho urbano, quer no âmbito de investimentos públicos quer em privados.

No entendimento da estratégia geral, os projetos teriam como objetivo requalificar factos urbanos de caráter infraestrutural e de espaço público, trabalhando sobre o âmbito do desenho urbano. Introduzindo os conceitos emergentes das cidades verdes e intensificando o caráter turístico e de veraneio de Vila do Conde, o plano apostava num aumento de área de espaços verdes agregados a vias estruturantes, melhorando meios suaves de deslocação, introduzindo espaços lúdicos e de fruição, e somando zonas habitacionais.



26



27

Fig. 26 e 27 - Fotografia das obras do Parque Atlântico, AMVC.

Fig. 28 - Fotografia da maquete do Plano da Marginal de Vila do Conde, Habitar Portugal.



Fig. 29 - Conjunto de imagens Render da Proposta do PolisVila do Conde, onde se pode ver os equipamentos propostos, AMVC.

Como referia Mário de Almeida, presidente da Câmara nesse período: «Os projectos a executar foram idealizados por Álvaro Siza Vieira, Alcino Soutinho, Manuel Fernandes Sá, Vítor Neves e Souto Moura, nomes conceituados da arquitectura nacional que, "à partida, garantem a qualidade das intervenções"» (Marques, 2000)

Siza trabalha sobre duas dessas áreas expectantes, pouco qualificadas: uma zona na Poça da Barca - futuro Parque Urbano, e a Frente dunar na zona Sul junto ao Forte São João - futuro Parque Atlântico / Frente Atlântica.

O Plano Estratégico organizava-se essencialmente em Projetos Estruturantes e Planos de Pormenor. Alguns desses elementos já teriam sido encomendados anteriormente, transformando o Programa Polis de Vila de Conde, num instrumento acelerador e materializador dos projetos:

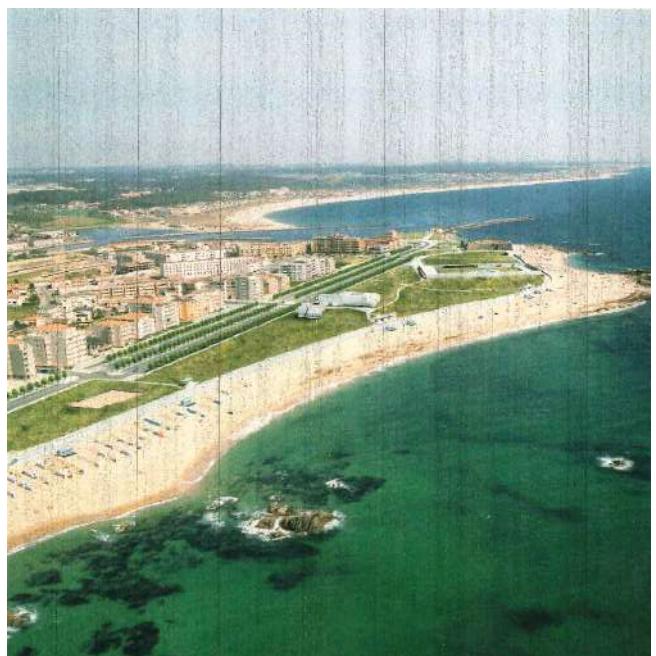
«A autarquia encomendou-lhes os trabalhos ainda antes de ser conhecida a intenção governamental de lançar o Polis e, com isso, terá ganho tempo na aprovação dos projectos. Mário de Almeida, que é também presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, parece que já adivinhava o aparecimento do programa governamental e antecipou o trabalho de casa. Assim, as peças do "puzzle" encaixaram mais rapidamente num tabuleiro almofadado pelas verbas do Polis». (Marques, 2000)

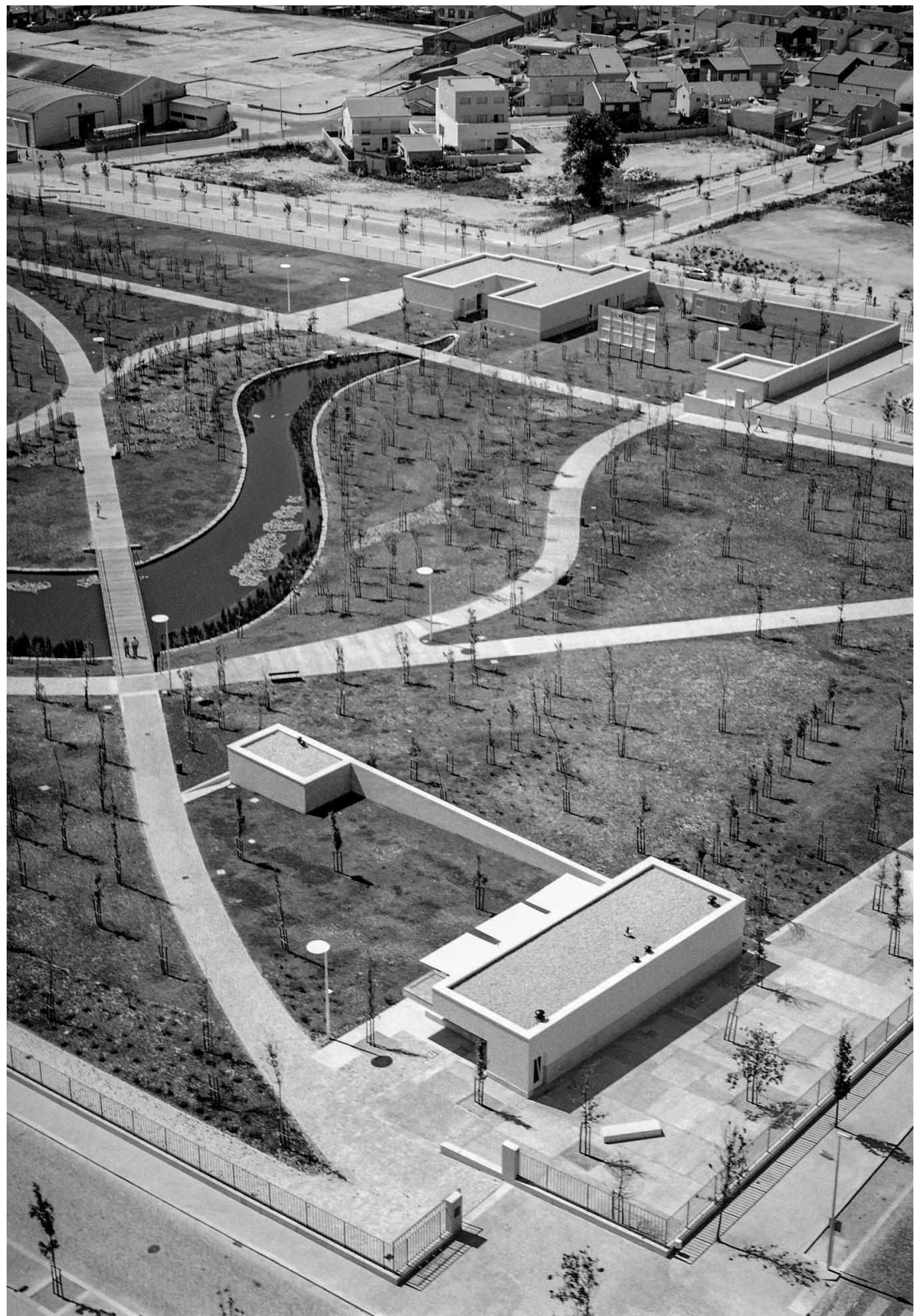
Dentro dos projetos estruturantes, destacam-se o Parque Atlântico e o reperfilamento da Marginal até à Póvoa de Varzim, o Parque Urbano de Caxinas e o CMIA – Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, como intervenções de maior relevância, juntando-se outras obras de caráter infraestrutural e de reabilitação do património edificado. Em concordância com os Projetos nas frentes de água, propunham-se Planos de Pormenor que qualificassem o espaço urbano com programas lúdicos e fruição ou habitacionais,

e que incluíssem áreas para investimento privado. De norte para sul, foram definidos o Plano de Pormenor da Frente de Mar de Caxinas, o Plano de Pormenor do Pinhal Menéres, o Plano de Pormenor do Parque Urbano, o Plano de Pormenor da Seca do Bacalhau e o Plano de Pormenor da Zona Ribeirinha Nascente.

Na execução deste Programa, gerido pela Sociedade Polis Vila do Conde, foram apenas realizados os projetos de maior relevância, destacando as intervenções de Álvaro Siza e a Avenida Marginal de Alcino Soutinho em concordância com o Parque Atlântico. Nenhum dos Planos de Pormenor foi executado, tendo sido apenas aprovado o Plano para a Seca do Bacalhau elaborado por Manuel Fernandes de Sá e o Plano para o Parque Urbano e as suas imediações por António Martins².

² Existiram, contudo, estudos e concursos para o Plano de Pormenor do Pinhal Menéres (com uma proposta de intervenção do Arq. Alcino Soutinho) e para o Plano da Zona Ribeirinha Nascente.





Parque Urbano de Caxinas

2000



31

O Parque Urbano foi encomendado em 1998, sob alcada do presidente Mário de Almeida, a Álvaro Siza que trabalhou com o Arquitecto Paisagista João Gomes da Silva. Precedente ao Programa Polis, a encomenda visava o desenho de um parque urbano que fosse dotado de pequenos equipamentos de valorização cultural e congregação social. Tendo inerente o objetivo de reestruturação do desenho urbano em comunhão com a valorização ambiental, pretendia-se que melhorasse a qualidade de vida promovendo o bem-estar da população. Até ao ano de 2000, apesar do projeto concluído, a obra não avançou por falta de verbas públicas. Contudo nesse mesmo ano, com a implementação do Programa Polis, a autarquia teve a oportunidade de levar avante a construção do parque.

O local escolhido comprehende um terreno no interior de Vila do Conde, com cerca de três hectares, afastado da linha costeira, a norte do centro histórico, situado entre o Bairro das Caxinas (a poente), o Alto da Pêga (a nascente) e a Poça da Barca (a norte). Trata-se de um grande vazio urbano na cidade onde terá existido uma pedreira a céu aberto, e que com a sua desativação e abandono foi ocupada por vegetação sem intervenção humana [Figuras 32 e 33].

É essencial a leitura e compreensão da cidade, do local e da sua envolvente, pois estes são elementos fundamentais e justificativos do próprio desenho do projeto. Trata-se de um espaço transitório entre malhas urbanas que foram sendo construídas em momentos históricos diferentes, fazendo com que exista uma heterogeneidade no desenho urbano da cidade, seja a ortogonalidade predominante na malha urbana do Bairro das Caxinas ou a irregularidade do Alto da Pêga. Estando este terreno situado entre núcleos habitacionais, após a desativação da pedreira, este terá servido à população enquanto espaço de passagem [Figura 31].

Fig. 30 - Fotografia aérea sobre o Parque Urbano de Caxinas, AMVC.

Fig. 31 - Fotografia aérea sobre o terreno do Parque Urbano de Caxinas antes da intervenção, AMVC.



Tratando-se de um projeto de espaço público, Álvaro Siza encontra no seu repertório de referências o Cemitério de Estocolmo dos arquitetos Gunnar Asplund e Sigurd Lewerentz. [Figura 39]. Um vasto espaço público com natureza desenhada e idealizada, com um recinto aberto ladeado por uma floresta nórdica no qual os arquitetos pontuam em locais estratégicos volumes arquitetónicos- duas capelas, e um crematório. Por entre as árvores descrevem-se os caminhos que circundam a floresta e as malhas do cemitério. Destaca-se o eixo principal, um longo caminho em linha reta, desde a entrada do complexo até à Capela da Ressurreição. É uma “natureza desenhada”, na qual o terreno é também modelado. É elevado um monte arborizado que pontua o centro desta grande clareira, contrastante com a depressão no terreno que é inundada de água gerando um lago.

Em Vila do Conde, a intenção de desenho é simples e direta. À escala urbana, Álvaro Siza limita o terreno desenhando uma rua a norte partindo, assim, o terreno em duas parcelas - a norte, uma menor destinada à construção de habitações; a sul, a maior parcela, o parque urbano. Propõe ainda uma rua paralela ao parque no extremo sul, separando, assim, o parque urbano da Escola Básica 2/3 Frei João. Ainda a norte do parque, uma nova rua perpendicular subdivide a área de novas habitações em duas parcelas.

Limitando o perímetro de todo o parque com muros e gradeamentos, enuncia o parque enquanto *hortus conclusus*, pontuando no limite com aberturas nos vários cantos do terreno, nos cruzamentos e esquinas das ruas adjacentes. Desde cedo, Álvaro Siza, evidencia a sua intenção de estabelecer a relação interior/exterior do parque e da cidade com aberturas nos cantos dos muros. Nos esquiços e fotografia de maquete observamos as suas intenções de destacar os acessos ao parque com volumes singulares, uma espécie de pequenas torres de vigia ou pórticos [Figura 34]. Como se o parque se tratasse de uma fortaleza na qual o seu

Fig. 32 e 33 - Fotomontagem da área de intervenção do Parque Urbano, Fundação Calouste Gulbenkian.



interior devesse ser protegido. Um *hortus conclusus* com limites evidentemente definidos. Porém, estas ideias não passaram do papel para a realidade. Na versão final, os acessos são enunciados por portões com gradeamentos semelhantes aos restantes muros que limitam o parque, homogeneizando, assim, a leitura do limite do parque.

Partindo da leitura da envolvente, com a necessidade específica do local, projetou-se todo o chão. Deste modo, o solo é um tema fundamental deste projeto. Caracteriza-se predominantemente por uma encosta bastante suave que desce em direção ao mar. Desenharam-se pequenas ondulações que condicionam a visão e protegem os equipamentos dos ventos marítimos. No entanto, apesar de projetado, não se executaram na obra.

Em conjunto com a modelação do terreno, também a forma de percorrer o parque é idealizada enquanto ligação entre os vários acessos ao jardim. Estes caminhos, pelo seu desenho, obrigam a um prolongamento do tempo de percurso despendido para atravessar o parque. Ainda assim, existem caminhos mais diretos para o atravessamento. Estes adossam-se aos muros limite, facilitando o percurso, com uma geometria diferente - relacionados com a ortogonalidade da envolvente exterior ao parque. Em conjugação direta com o terreno desenhado, no centro do parque, nasce um lago artificial com uma forma singular.

O programa do parque urbano tem como objetivo dinamizar a população a nível cultural e social. Para isso, Siza desenha quatro volumes arquitetónicos - um centro de atividades, sanitários públicos, uma cafetaria e um volume destinado a arrumos. A localização periférica destes pequenos edifícios não compromete a unidade que é criada. Por um lado, os volumes brancos - centro de atividades e cafetaria - objetos de maior importância programática, que sobressaem pelos acabamentos exteriores. Os volumes brancos implantam-se no terreno de modo estratégico junto

a uma entrada. Seguindo a mesma estereotomia dos muros em granito, Siza desenha os lambrins como se os muros envolvessem os volumes brancos. Por outro, os volumes menores - sanitários e arrumos - que seguem mesma linguagem dos muros em granito, como de volumes monolíticos.

Os detalhes construtivos são evidenciados pelo rigor da obra. Numa procura geométrica em relação constante com a tecnologia e os próprios materiais. As caixilharias em madeira lacada a branco, que assentam em peitoris de granito, descrevem as aberturas nas várias fachadas. Possibilitando assim, entradas de luz, mais ou menos controladas, descrevendo o espaço interior.

Fig. 34 - Fotografia da maquete do Parque Urbano, Fundação Calouste Gulbenkian.



35



36



37



38

Fig. 36 - Fotografia do Café do Parque Urbano, AMVC

Fig. 35 - Fotografia do Centro de Atividades do Parque Urbano, dos autores.

Fig. 37 - Fotografia do Centro de Atividades do Parque Urbano, dos autores.

Fig. 38 - Fotografia dos percursos do Parque Urbano, AMVC

O centro de atividades [Figura 36] foca-se na dinamização cultural da população mais jovem. A entrada principal do centro de atividades dá-se pelo exterior dos muros do parque junto a um dos portões do mesmo. Partindo de uma planta em U, desenvolve-se o programa, dividindo-se em duas alas com salas de atividades variadas - uma mediateca, uma sala de informática, uma oficina e uma sala polivalente.

Relacionado com o centro de atividades, pelo muro que limita o parque a norte, existe um volume singular cúbico adossado às escadas da entrada na da Rua Bernardino Craveiro. Este volume acolhe os sanitários públicos, seguindo a materialidade e estereotomia dos muros de granito adjacentes. A entrada dá-se pela face norte deste volume. O interior é completamente fechado ao exterior, sendo que a iluminação é artificial.

Noutra ponta do parque urbano, a cafetaria [Figura 35] foi o equipamento que mais alterou no projeto. Um pequeno volume paralelepípedico caracteriza a entrada do parque na interceção da Rua da Estrada Velha com a Rua Sra. Do Leme, a nascente, seguindo a mesma linguagem arquitetónica do centro de atividades. A cafetaria tendo aproximadamente 120m² de área bruta foi pensada para ser ocupada por um máximo de 30 pessoas. Siza desenha um espaço interior que se relaciona com o parque através de uma janela ao comprido na face poente. Um grande rasgo na fachada que abre o interior do bar para o exterior onde ladrilhos graníticos definem o espaço destinado à esplanada. Este espaço é limitado por um muro que, por sua vez, descreve o volume das arrumações e sanitários, seguindo a estereotomia e materialidade dos muros de granito.

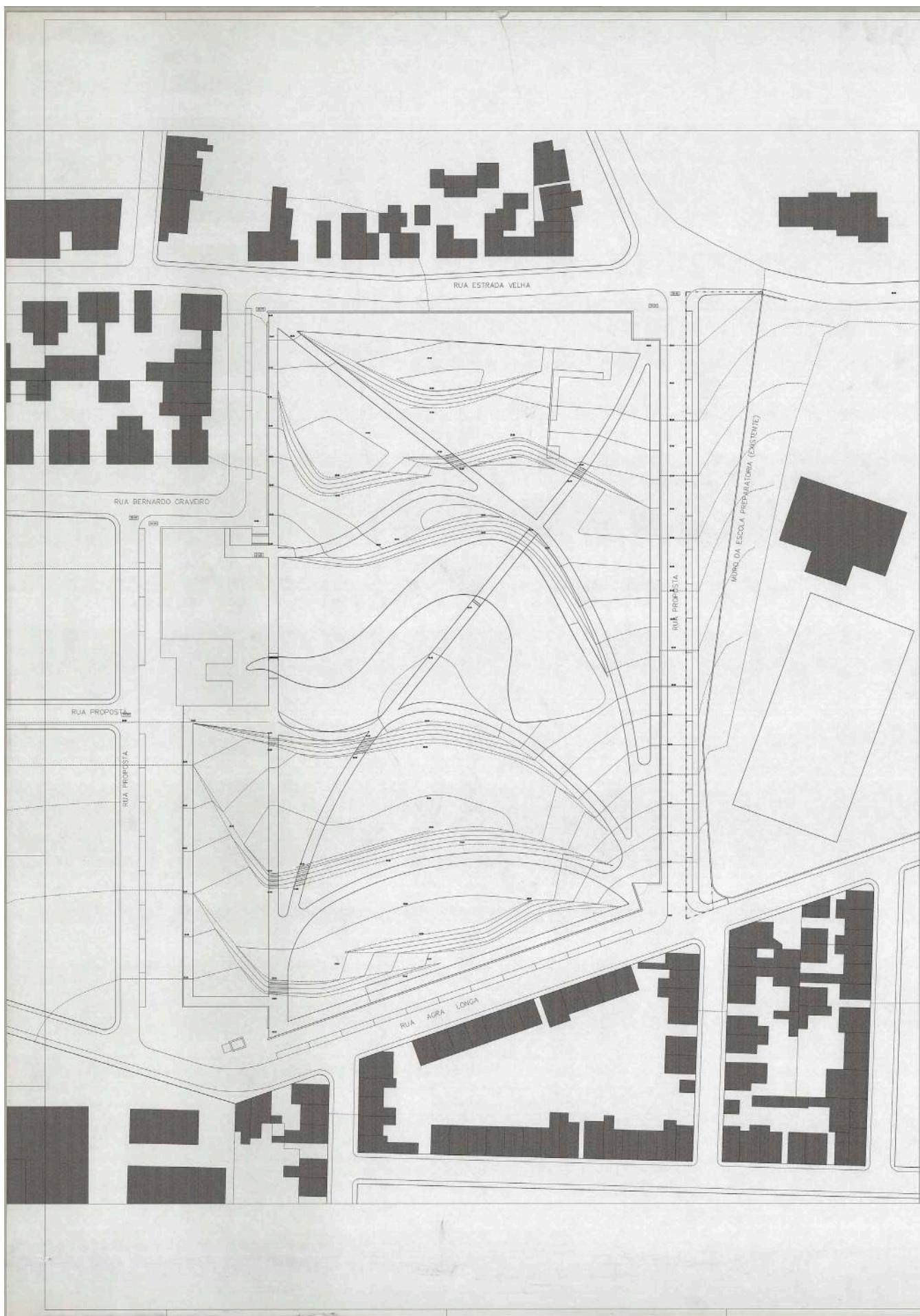
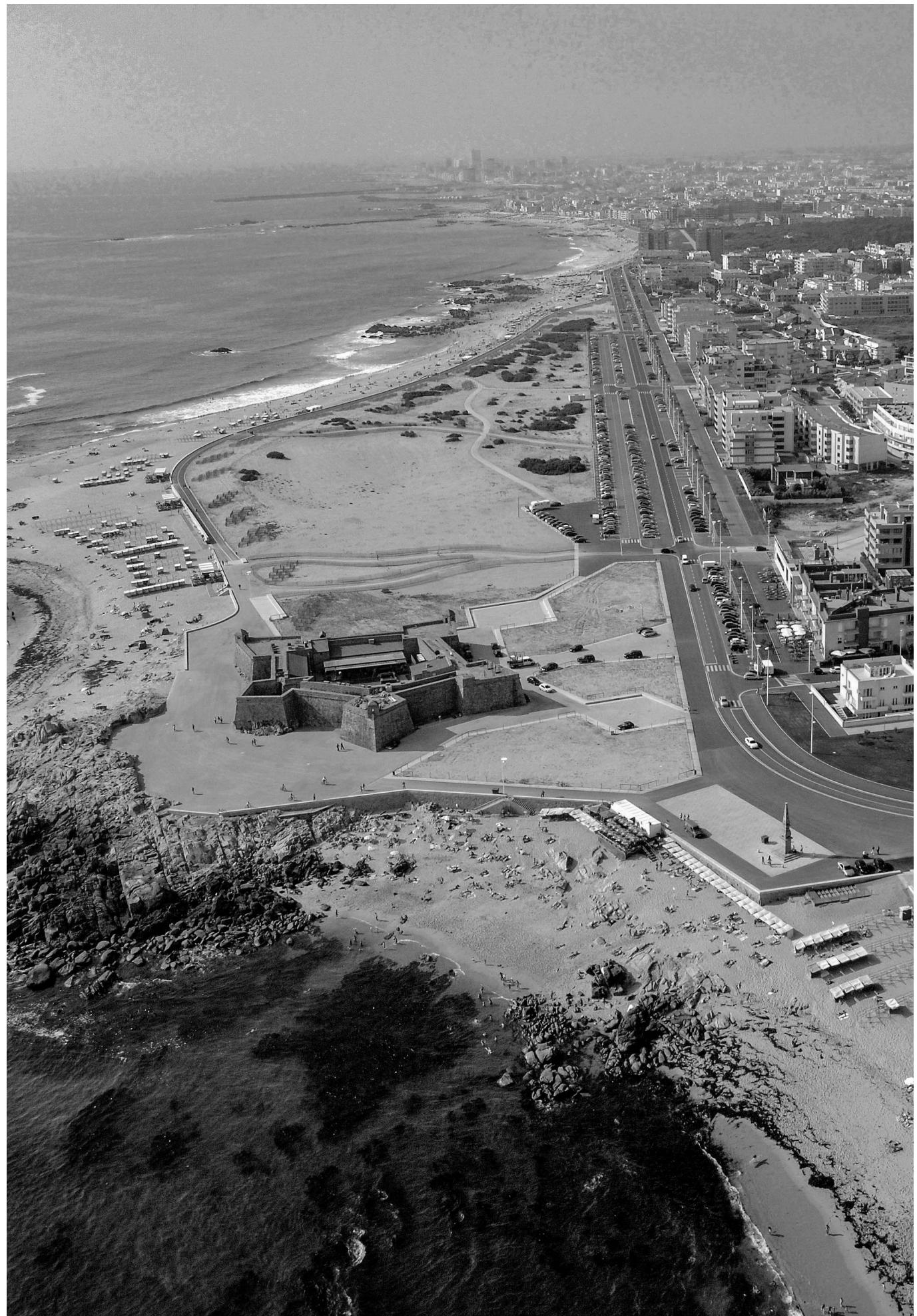




Fig. 39 - Painel Parque Urbano,
Fundação Calouste Gulbenkian.



Parque Atlântico

2003



41

A Frente Atlântica foi uma das áreas de intervenção do Programa Polis na vertente da transição entre a praia-cidade. Através da intenção de qualificar esta margem, surge na parcela sul, a possibilidade de regenerar uma zona com uma duna primária, destinada para a criação do Parque Atlântico. Esse projeto continha a duna, as avenidas perimetrais e as imediações da capela da nossa Sr.^a da Guia como área de intervenção [Figura 41].

Tendo como intenção uma maior dinamização da marginal de Vila do Conde, o Parque Atlântico nasce como um espaço de atração turística. O projeto tinha como objetivo o reperfilamento da Avenida do Brasil, em concordância com o resto da marginal e a requalificação de todo o espaço da duna primária que se encontrava danificada. Para além das questões de regeneração urbana, o parque tinha como finalidade a exploração do espaço com equipamentos de lazer incluindo um bar, um restaurante, uma discoteca e uma piscina.

A proposta, que já teria sido recomendada anteriormente, visava qualificar o remate da marginal, de acesso às praias junto à costa rochosa. A duna encontrava-se deteriorada devido aos processos de erosão por diferentes circunstâncias - a apropriação automóvel na Avenida Manuel Barros para estacionamento na época balnear [Figura 42 e 43]; as atividades de restauração e desportivas que ocorriam sobre esta e as atividades culturais relativas aos circuitos que ocupavam a duna com estruturas de apoio. A Avenida do Brasil ajustava-se à capacidade automóvel, tendo uma faixa de rodagem larga e desqualificada. As presenças das edificações de interesse público não se encontravam salvaguardadas no desenho do espaço público.

Fig. 40 - Vista aérea sobre o Parque Atlântico, AMVC

Fig. 41 - Vista aérea sobre o terreno do Parque Atlântico antes da intervenção, AMVC

Através das intenções orientadoras do Programa Polis, o projeto propunha assim um redesenho dos limites da frente marítima, com muros de contenção, sendo todo o projeto um espaço de transição entre a cidade e o mar. A via que delimita a oeste a duna da praia foi redesenhada e convertida a pedonal e ciclável, em conformidade com a recuperação feita na própria duna, com a reposição do revestimento vegetal autóctone e definição de percursos limitados de atravessamento. O novo parque de estacionamento, junto à Avenida do Brasil, num espaço paralelo à mesma, resolve a estadia balnear. Os muros de contenção são rasgados por acessos ao areal, construídos por escadas ou rampas de acesso à cota da praia. O Forte de São João e a Capela da Sr.^a da Guia recebem um redesenho de espaço público focado no pavimento e na pedonalização dos espaços circundantes. A marginal é também redesenhada com o estreitamento das vias destinadas a automóveis, obrigando um abrandamento na circulação, priorizando os passeios e trechos verdes.

A proposta materializa-se essencialmente a partir de muros de betão, passeios alcatroados, alterando, na zona de maior sensibilidade, a pavimentos em saibro ou calçada delimitado por um lencil em granito. Este lencil também demarca os diferentes usos nas vias da marginal. A arborização e a iluminação, desenhada por Álvaro Siza, reforça os eixos das vias. Esta intervenção segue em concordância com o projeto do resto da marginal por Alcino Soutinho [Figuras 47 e 48].

Em complemento deste desenho de espaço público, foram previstos diversos equipamentos de diferentes escalas. Adicionalmente, em consonância com a estadia balnear, foram planeadas algumas estruturas permanentes de bar na rampa de acesso à Praia dos Banhos e junto ao Monumento relativo à primeira tentativa de desembarque; e temporárias ao longo da marginal. Na duna primária, seriam implantados os quatro equipamentos de maior escala – desenhados



42



43

Fig. 42 - Fotografia da Avenida do Brasil, AMVC.
 Fig. 43 - Fotografia da Marginal junto ao Forte, AMVC.

Fig. 44 - Fotografia dos apoios do Circuito Automóvel AMVC.
 Fig. 45 - Corridas Automóvel Curva Castelo, AMVC



44



45

por diferentes arquitetos - uma cafetaria (100m²) e uma discoteca (1400 m²) de Álvaro Leite Siza (filho de Álvaro Siza); um restaurante de Eduardo Souto de Moura (500 m²) e uma piscina de água salgada (7400 m² dos quais 1477 m² de água) de Álvaro Siza.

Os equipamentos previstos nunca foram construídos, deixando a duna desocupada. A materialização do projeto apenas se concebeu no desenho de espaço público e na reestruturação da cidade. A razão pela qual nunca foram construídos estes equipamentos permanentes é incerta. Na verdade, um projeto com a ocupação da duna com equipamentos turísticos aparenta ter passado despercebido na memória. Quando questionado a alguns intervenientes, incluindo Álvaro Siza, estes não se recordam (A. Vieira, entrevista pelos autores, outubro 30, 2021) ou referem não ter passado de Estudos Prévios³ (CMVC, entrevista pelos autores, fevereiro 1, 2022). Em concordância, e tal como sucedeu com outras operações do Programa Polis, é referido que não foram realizados por falta de investimento. Contudo, o próprio Siza em entrevista ao Jornal Público, refere a não concretização destes equipamentos:

«"A mais recente piscina que projectei infelizmente não se concretizou." O arquitecto Álvaro Siza Vieira lamenta que a piscina que tinha planeado para a marginal de Vila do Conde, integrada no Programa Polis local, tenha sido abandonada pela câmara. "É uma pena, porque um projecto daqueles tem que ter âncoras para funcionar plenamente", diz, referindo-se não só à piscina, mas aos também projectados e igualmente retirados restaurante, obra de Eduardo Souto de Moura, e um night club, pelo filho de Siza Vieira. "Espero que depois não venham dizer que aquilo está sem vida", diz o arquitecto.» (Marques, 1999).

³ Durante a investigação, foram entrevistados o Arq.^º Siza Vieira - que não se recordava do projeto; e alguns colaboradores da Câmara Municipal de Vila do Conde - referindo que alguns projetos não entraram em fase de execução por não haver investimento privado para os edificar. Contudo, no levantamento do material, existem projetos de execução/pré- execução de todos os equipamentos.

A razão pelo abandono por parte da Câmara em relação aos equipamentos é-nos desconhecida, eventualmente pelas razões de falta de investimento privado, tendo-se prolongado devido às condições económicas que Portugal enfrentaria.

Em termos práticos, quando o projeto foi concluído, este constituiu uma nova relação de continuidade entre a cidade e o mar. Outrora era, por vezes, interrompida pelos circuitos de Vila do Conde [Figura 44 e 45], que terminaram após as obras da Marginal de Vila do Conde⁴. A apropriação da população foi favorável quanto à estratégia (Entrevista CMVC, realizada pelos autores, fevereiro 1, 2022), notando apenas carências ou divergência na iluminação- relatando falta desta; e na materialização das vias - relatando excesso de alcatrão nos passeios (Marques, 2006).

Uma vez que os equipamentos não foram construídos, o projeto que subsiste hoje apresenta-se apenas como um processo de renaturalização e de conservação do espaço natural em virtude de espaço público. A presença da duna e do seu manto vegetal desempenha um papel de mediação entre a frente mar com a frente urbanística edificada, ao invés de uma barreira desequilibrada e desqualificada.

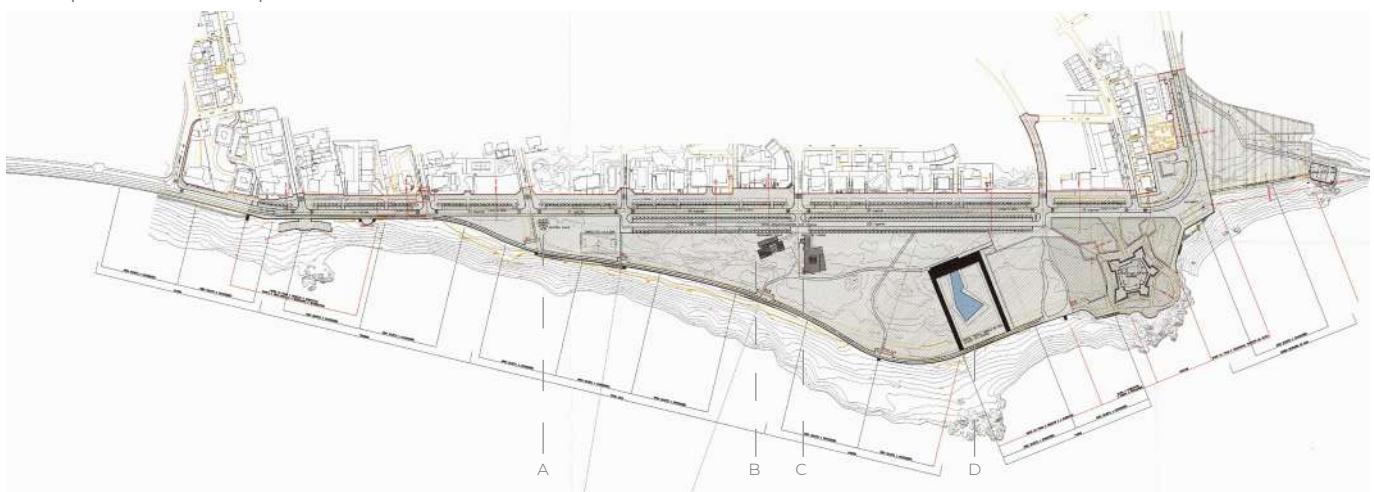


Fig. 46 - Planta de Localização do Parque Atlântico, AMVC
 A- Café de Álvaro Leite Siza
 B - Restaurante de Eduardo Souto Moura
 C - Discoteca de Álvaro Leite Siza
 D - Piscinas de Álvaro Siza



47



48



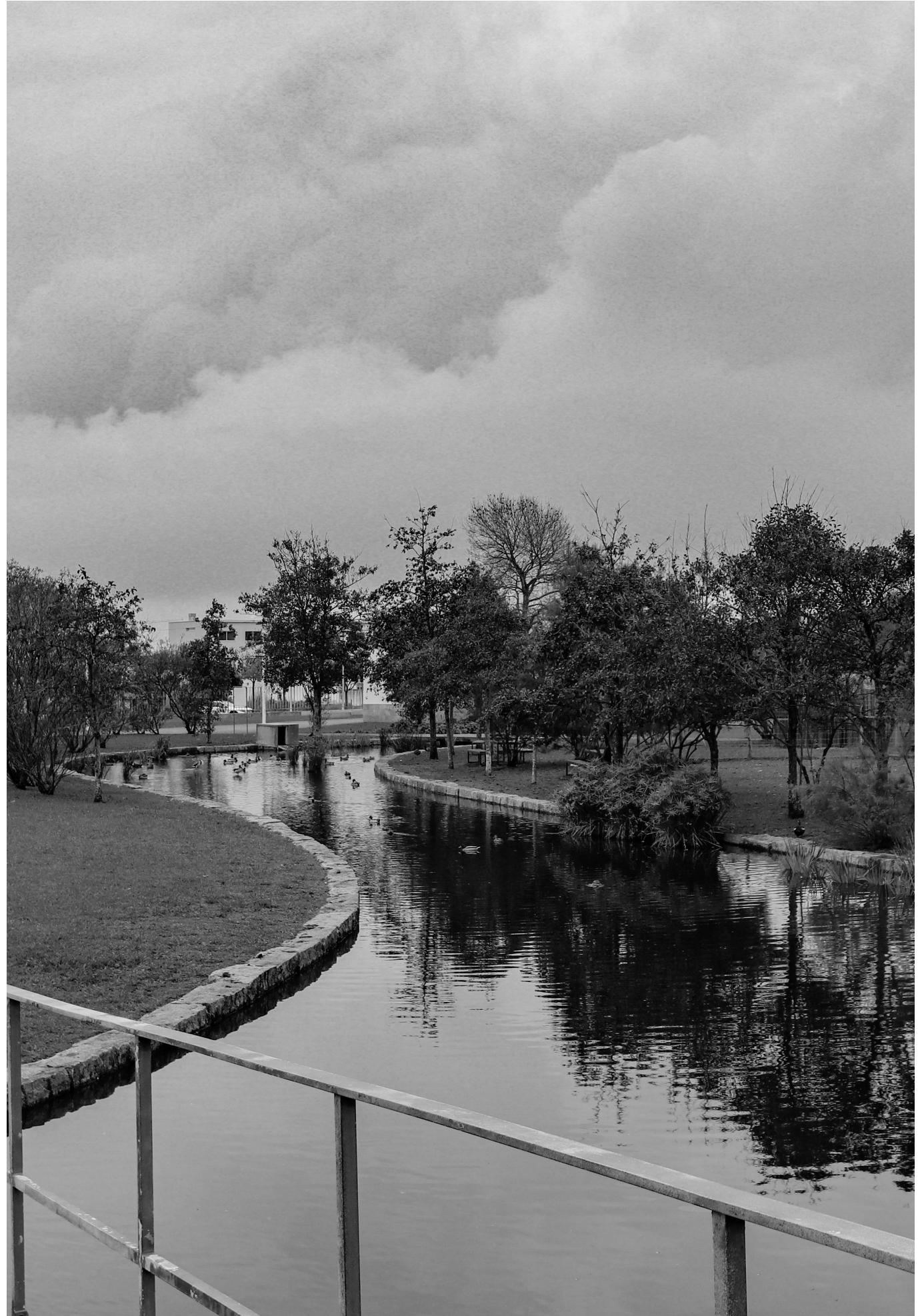
49

⁴ Numa entrevista à CMVC, é relatado que, frequentemente, tornava-se impossível deslocar-se às praias a sul da margem norte de Vila do Conde, devido ao Circuito de Carros. Após a conclusão do projeto, foi notável uma nova permeabilidade, em consequência do novo desenho de espaço público e do fim do Circuito. Foi ainda mencionado que os Vilacondenses se adaptaram bem ao projeto e ao desfecho do Circuito, não tendo havido grande discordância quanto ao fim deste.

Fig. 47 - Fotografia da Via Marginal junto ao Parque Atlântico, AMVC.

Fig. 48 - Fotografia do Parque Atlântico na zona do Forte, AMVC.

Fig. 49 - Fotografia da maquete da Piscina do Parque Atlântico, Habitar Portugal.



Considerações Finais

Através deste trabalho, estabeleceu-se uma analogia entre uma ideia utópica de espaço público e a formulação de dois projetos de regeneração urbana de Álvaro Siza em Vila do Conde.

Quando consideramos o projeto da “Organização Insurrecional do Espaço”, a questão da duna é análoga aos projetos de Álvaro Siza em Vila do Conde. De forma mais evidente, no Parque Atlântico, as dunas marcam presença no espaço público, definindo um equilíbrio entre o peso edificado e o vazio. Esta sobrepõe-se ao desenho divisório de classes, introduzindo um novo tapete natural. Libertando uma série de premissas da organização da cidade, o aglomerado de areia converte-se num novo agente gerador de espaço público, sobrepondo-se aos edifícios adjacentes. No Parque Urbano, as características formais do terreno e a sua função anterior, como elemento natural, foram imprescindíveis para o pensamento de o conformar como espaço público. Assim, os espaços verdes tornam-se num compromisso dos elementos naturais existentes e na sua valorização urbanística. Esses elementos primários, presentes no sítio, não só protagonizaram o valor do Parque Urbano, como melhoraram a qualidade da sua envolvente.

Por último, apesar de não terem sido construídos os equipamentos no Parque Atlântico, que levou a que o espaço ficasse desocupado em termos programáticos, reforçou o argumento presente neste texto - **uma duna que gerou espaço público**. Apesar da conceção do projeto se formar em torno da exploração da duna com equipamentos turísticos, a analogia com o projeto “Organização Insurrecional do Espaço” - uma duna que se sobrepõe aos processos de urbanização - especula a maior importância dos temas ambientais.

Assim elaborou-se uma narrativa histórico-argumentativa assente num pensamento de cidade sobre como **elementos naturais são potenciais geradores de espaço público** tendo como base os projetos de Álvaro Siza em Vila do Conde.

Bibliografia

Andrade, D. (2017). As míticas corridas de Vila do Conde podem estar de regresso. Motor 24. <https://www.motor24.pt/sites/autosport/as-miticas-corridas-vila-doconde-podem-estar-regresso/180223/>

Bandeira, P. (2014). Escola do Porto: Lado B. Editora Documenta.

Figueira, J. (2014). Periferia Perfeita. Caleidoscópio.

Frampton, K. (1988). Profissão Poética. GG.

Furtado, R. (2015). Complexidade e Contradição em Álvaro Siza. [Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto] https://sigarra.up.pt/fbaup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=37108

Gonçalves, M. (2012). Reabilitação do Centro Histórico de Vila do Conde. [Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/80419>

Guedes, P. (2019). Metamorfose Habitacional: o Bairro das Caxinas. [Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade do Minho]. Repositório Aberto da Universidade do Minho. <https://ubiblitorum.ubi.pt/handle/10400.6/10992>

Leite, J. (2007). Ordenamento do Território e Cidades: Planos Municipais, sua execução, incluindo expropriações. Associação de Municípios do Oeste. https://www.oestecim.pt/_uploads/Conferencia%20AFOeste.pdf

Levene, R. & Márquez Cecília, F. (ed. lit.) (1999). Álvaro Siza. edição conjunta - volumes 68/69+95. Revista El

Croquis.

MAOT & CMVC. (2007). Viver Vila do Conde: intervenção Programa PolisVila do Conde / Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Vila do Conde; dir. de intervenção Mota de Almeida; coord. Pedro Loza ; fot. Arte Fotográfica. Vila do Conde: PolisVila do Conde

Marques, A. (2000). Cirurgia urbana de 6,4 milhões. Jornal Público. <https://www.publico.pt/2000/12/05/jornal/cirurgia-urbana-de-64-milhoes-152141>

Marques, A. (2006). Mais luz e segurança necessárias na marginal de Vila do Conde. Jornal Público. <https://www.publico.pt/2006/06/18/jornal/mais-luz-e-seguranca-necessarias-na-marginal-de-vila-do-conde-84744>

Marques, A. (1999). Vila do Conde com ambições. Jornal Público. <https://www.publico.pt/1999/02/03/jornal/vila-do-conde-com-ambicoes-129155>

Miranda, M. (1998). Vila do Conde. Editorial Presença. Place, J. (1976). Histoires et tendances de l'architecture portugaise La passion d'Álvaro Siza (185). Revista L'Architecture d'Aujourd'hui.

Programa Polis. (2000). Programa Polis: Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa; rev. Fernando Milheiro.

Programa Polis. (2000). Plano estratégico de Vila do Conde: Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidade. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território; rev. Fernando Milheiro. Lisboa: Programa Polis. M.A.O.T

Oliveira, S. (2020). O Impacto do Programa Polis na frente Marítima de Vila do Conde. [Dissertação de

Mestrado em Arquitetura, Universidade Beira Interior]
Repositório Aberto da Universidade da Beira Interior.
<https://ubiblitorum.ubi.pt/handle/10400.6/10992>

Ribeiro, M. (2002). Trabalho e quotidiano numa vila do litoral – Vila do Conde no século XVIII – (Volume I). [Dissertação de Mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto]. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18636>

Rodrigues, J. (1992). Álvaro Siza: Obra e Método. Editora Civilização.

Rodrigues, J. (2006). Sociedade e Território Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado. Editora Profedições.

Rodrigues, J. (1979). Utopia, Espaço e Sociedade: Notas do Seminário da ESBAP. Editora Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Rodrigues, J. (1975). Urbanismo e Revolução. Editora Afrontamento.

Toussaint, M., Sequeira, M. (2018). Álvaro Siza Guia de Arquitetura: Projetos construídos Portugal. A+A Books.

SOUSA, Joana Filipa Correia de - O impacte do programa polis : a (re) criação do espaço público urbano. - Lisboa : FA, 2017. Dissertação de Mestrado. [Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa]. Repositório Aberto da Universidade de Lisboa.<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/13905>

Vazios Urbanos em Vila do Conde
Estratégia de Grupo

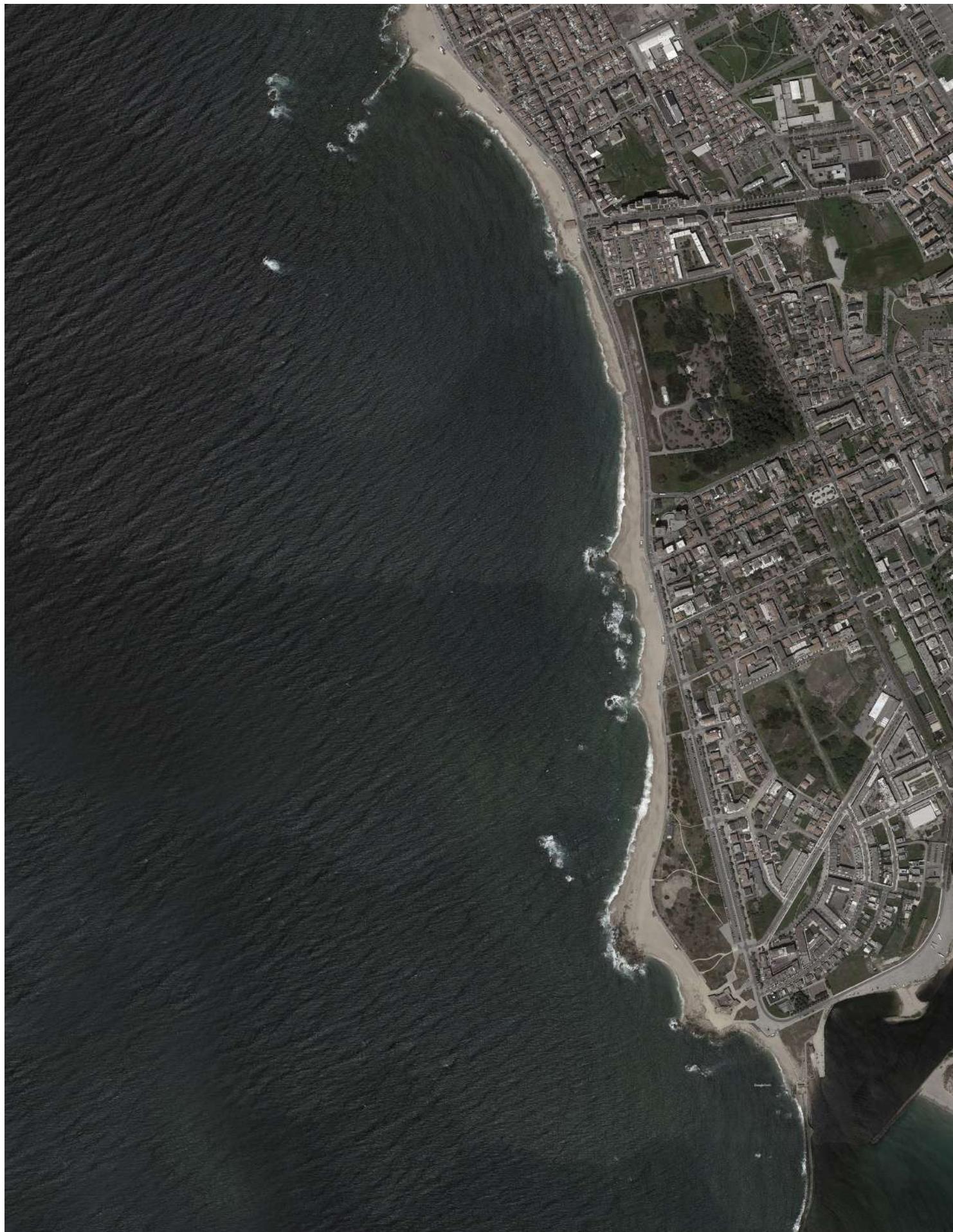




Fig. 51 - Ortofotomap de Vila do Conde, elaborado pelos autores.



Fig. 52 - Fotografia da Capela da Nossa Sr.^a da Guia, dos autores.

Vazios Urbanos em Vila do Conde

Analizando a cidade no parâmetro territorial, é perceptível identificar diferentes malhas urbanas. Os vários processos de urbanização, em diferentes épocas, originaram um tecido urbano fragmentado, criando três grandes núcleos. Essa visão, antes esplanada, é motor de desenvolvimento para o tema dos Vazios Urbanos.

Hoje, com o limite urbano meramente consolidado, por influência das Avenidas lançadas a partir do séc. XIX, não persiste a necessidade de expansão do seu limiar periurbano. Assumindo que a cidade chegou ao seu ápice de crescimento, encara-se agora os seus problemas morfológicos.

Os diversos processos de urbanização, protagonizados por diferentes malhas urbanas, enalteceu a cidade de evidentes falhas urbanísticas no seu vínculo morfológico, gerando áreas por urbanizar. Estas áreas apresentam diferentes tipologias e formatos, estando presentes em todos os núcleos urbanos.

Estas áreas, no cerne da cidade, afiguram-se de "vazios urbanos". Esta denominação não as posiciona numa caracterização de terrenos virgens ou de carácter baldio. Algumas destas áreas encontram-se equipadas com edificação e/ou programas específicos, não manifestando uma utilização produtiva ou, de outra forma, apresentam-se na iminência de um processo de urbanização especulativo. O conceito de vazio urbano, provém da definição dada pelo Arq.^º Nuno Portas:

«Vazio urbano é uma expressão com alguma ambigüidade: até porque a terra pode não estar literalmente vazia mas encontrar-se simplesmente desvalorizada com potencialidade de reutilização para outros destinos, mais ou menos cheios... No sentido mais geral denota áreas encravadas na cidade consolidada, podendo fazer esquecer outros "vazios", menos valorizáveis, os das periferias incompletas ou

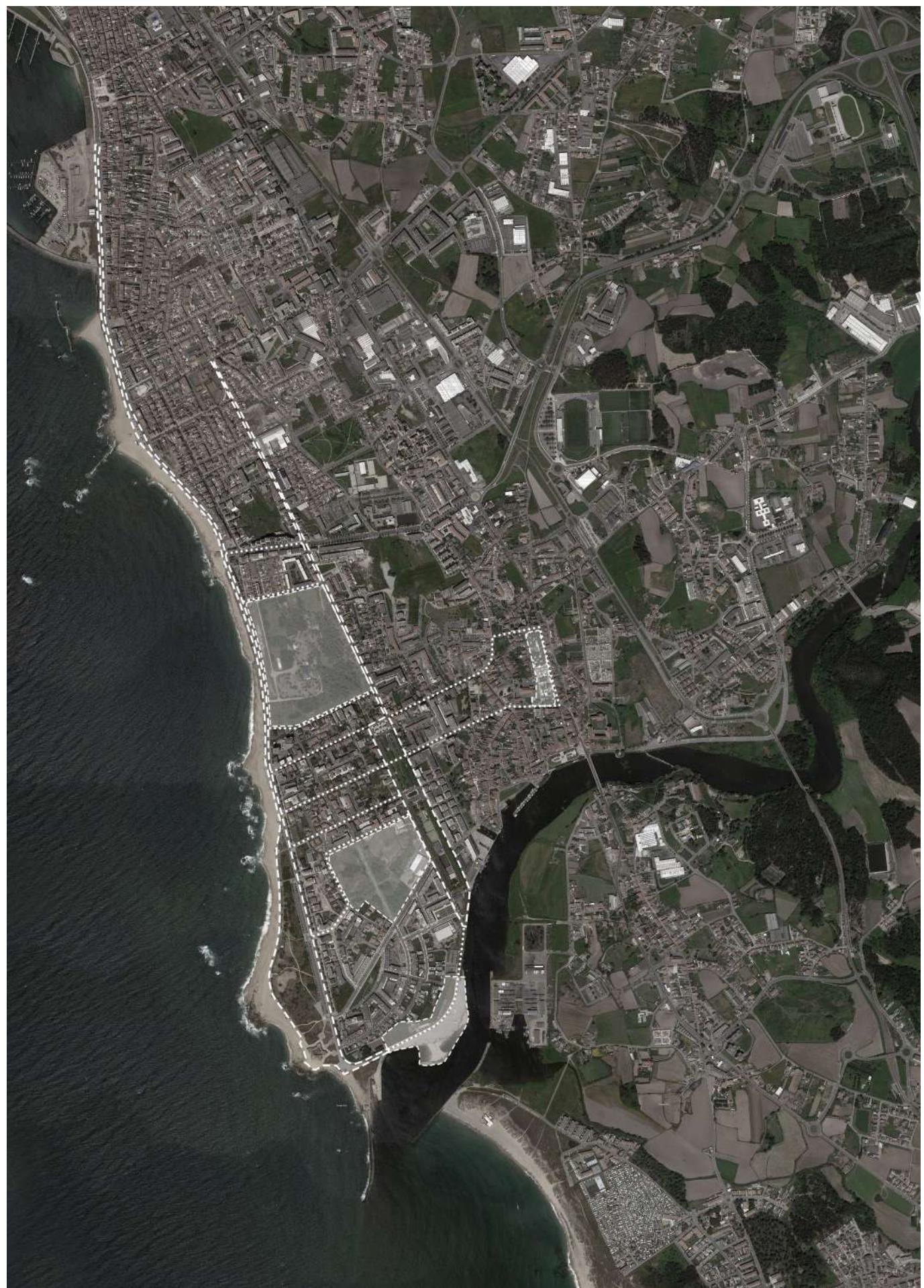
fragmentadas, cujo aproveitamento poderá ser decisivo para reurbanizar ou revitalizar essa cidade-outra.»

O Programa Polis refletia também sobre este crescimento pluriformal e os seus efeitos. Nomeando, em Vila do Conde, as frentes de água como fatores impulsionadores de coesão territorial, que careciam de qualificação urbana, concebe um plano estratégico de regeneração de espaço público, sobrepondo um novo desenho urbano capaz de solucionar falhas urbanísticas nas ligações mar/rio à cidade. Este plano, já supracitado, não só tratava desses eixos, como propunha consolidar alguns destes vazios que se encontravam na iminência de um processo de urbanização. Assim:

«podem criar-se oportunidades de intervir em áreas de tecido urbano desqualificado e pouco consolidado, quer ao nível da estrutura edificada, quer ao nível dos espaços públicos, regenerando e compatibilizando estas com a requalificação prevista para as zonas envolventes no âmbito da intervenção do Programa, que já prevê para estes núcleos a elaboração dos ajustados instrumentos de gestão territorial (...) por forma a definir padrões de qualidade urbana» (MAOT,2000)

No entanto, em Vila do Conde, a requalificação destas áreas não foi concretizada, deixando-as por urbanizar. Mediante da inevitabilidade da regeneração destas áreas carentes de relações urbanas, encarou-se para a estratégia geral a escolha criteriosa dos vazios urbanos de maior instância na sua consolidação. Estes quatro vazios [Figura 53] dispersam-se pelos três núcleos - Bairro Caxinas, Zona Balnear, Centro Histórico - conseguindo assim, alcançar integralmente diferentes vazios morfológicos da cidade.

Por via dessa seleção, é nomeada uma estrutura viária, que adquire um papel agregador das quatro áreas. Esta estrutura abrange três hierarquias de vias: congrega duas grandes Avenidas - nomeando a Avenida Marginal/



do Brasil (intervencionada pelo Programa Polis) e a via paralela composta pela Avenida Júlio Graça e a Avenida Baltazar de Couto; estas duas vias estão ligadas por vias perpendiculares - nomeando a Avenida do Ferrol, a Avenida Sacadura Cabral e, a Avenida Bento Freitas (Antiga Avenida dos Banhos); estas duas últimas vias estendem-se em direção à nacional 13 criando uma via conjunta em arco que encontra o vazio situado no centro histórico.

A nomeação destas vias, de forma a conceber a estrutura viária, contribui para a interligação de todos os vazios. Em conformidade com a tipologia das áreas delineadas, a consolidação destes lugares orientar-se-á de os evidenciar como áreas verdes, suprimindo a idealização de introduzir um modelo de urbanização especulativo, lotando as áreas de elementos construídos. Em vista disso, é idealizada para a estrutura uma transformação para que cumpra um elemento de ordenamento verde, onde sejam priorizados modelos de mobilidade suave, ao invés, da mobilidade automóvel. Inicializando esta ideia, é proposta a continuação de uma ciclovía, proposta no Programa Polis, completando-a com outros ramais de interesse ligação.

A diferenciação de malhas no tecido urbano, perante os núcleos, é resultado não só da evolução do desenho urbanístico, mas também das épocas em causa - em particular das vontades e expressões culturais presentes na evolução destas áreas

Robert E. Park, no artigo *The city: Suggestions for the Investigations of Human Behavior in the City Environment*, revelava:

«A questão é, contudo, que a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam. A consequência é que a cidade possui uma organização moral e física, e estas duas interagem mutuamente de maneiras características para moldar e modificar uma à outra. É a estrutura da cidade que nos impressiona pela sua visível vastidão e complexidade, mas esta estrutura tem a sua base, no entanto, da natureza humana, que

é uma expressão.»

Ao analisarmos a zona balnear, é possível entender a sinergia entre o lançamento das Avenidas perpendiculares e o crescimento da cultura de Veraneio em Vila do Conde. O lançamento destas avenidas resulta, aliás, da necessidade de expandir a cidade para o mar, pela crescente afluência da população aos banhos pelos benefícios terapêuticos do mar (Miranda, 2015) e por serões de entretenimento (Miranda, 1998).

«Vila do Conde, sendo dotada de uma extensa faixa territorial, reconhece assim uma possibilidade de expansão e progresso, dando início a uma transformação da sua paisagem e configuração urbana. Em 1866, como ponto de partida de um plano abrangente de ocupação do território, até então vazio, é aberta a rua - estrada dos banhos, que mais tarde tomou o nome de Avenida Bento de Freitas (...), uma linha reta de cerca de 900 m, a partir do centro histórico (...) orientada no sentido nascente-poente que desemboca numa praia na altura deserta, a praia dos banhos» (Oliveira, 2020)

As estratégias individuais partem, assim, de uma leitura precisa, da formulação da cidade nas épocas neles inseridas e no enaltecimento dessa cultura numa intervenção interligada entre a história do lugar e a inevitabilidade da consolidação do mesmo com programas de importância na atualidade, segundo também o destaque para o câmbio climático.

Fig.53 - Ortofotomap de Vila do Conde com a estrutura viária e os vazios urbanos, elaborado pelos autores.





Fig. 54 - Figuras Fundos de Vila do Conde
1979/2003/2021, elaborado pelos autores.

Fig. 55 - Planta Estratégica Proposta de Grupo,
elaborado pelos autores.



Fig. 56 - Fotografia Capela da Nossa Sr.^a da Guia, Fotografia dos autores.

Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória. Memória que é a de um espaço e de um tempo (...)
José Saramago, *O Caderno* (2009)

Revitalização do Mercado Municipal
Proposta Individual

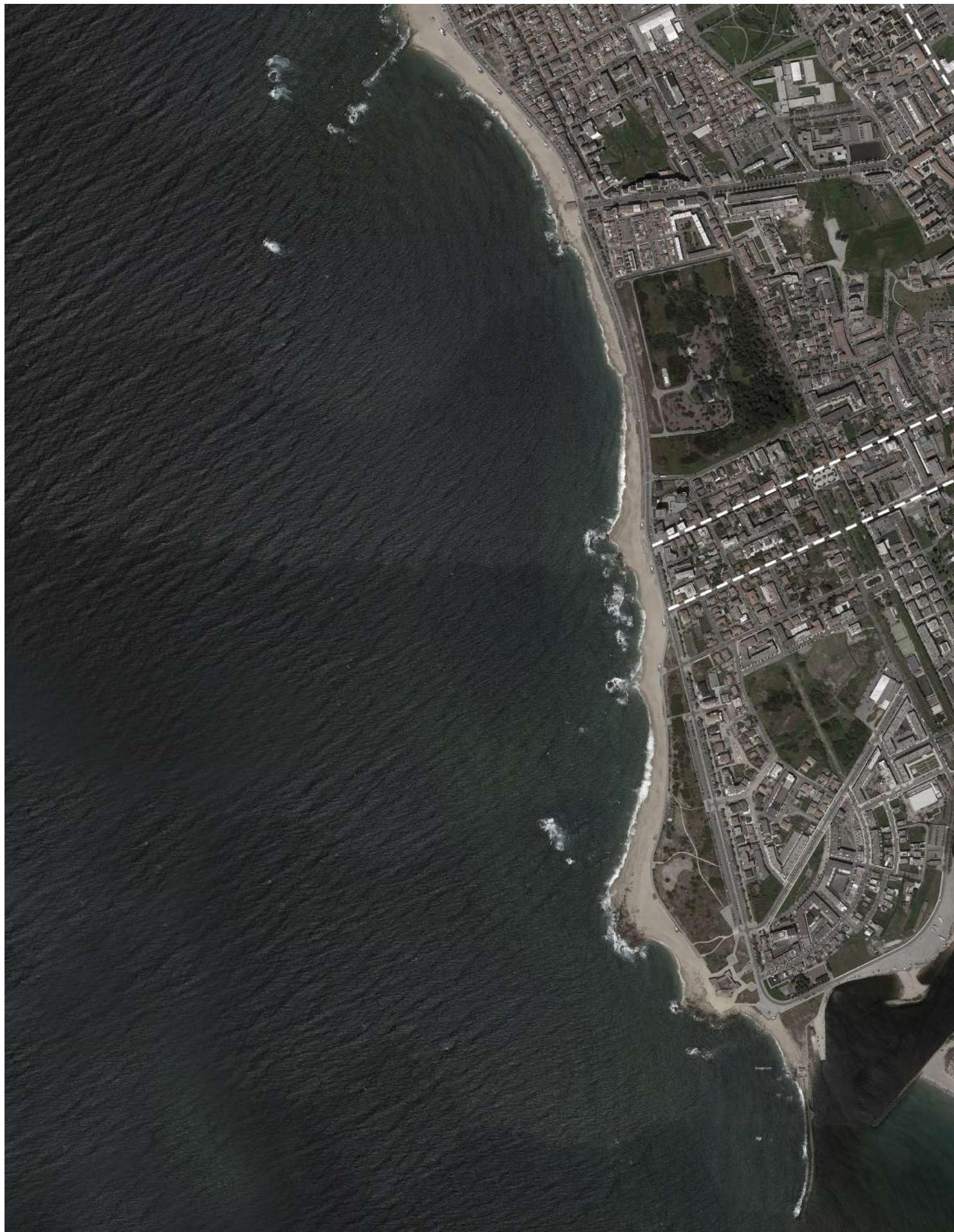




Fig. 57 - Ortofotomap, localização da intervenção, juntamente com os eixos principais, elaborado pela autora.



Revitalização do Mercado Municipal

No seguimento da estratégia de grupo, onde são nomeadas e identificadas diversas áreas como “vazios urbanos”, é considerado o local do Mercado Municipal.

O atual Mercado Municipal, também conhecido a partir de desde 1944 por Mercado Municipal do Engenheiro Duarte Pacheco¹, encontra-se no centro da zona histórica e a aparente fraca adesão da população transforma este espaço num lugar praticamente esquecido.

Esta seleção acaba por ser pouco evidente para ser nomeada como um “vazio urbano”, contudo, esta nomeação não resulta por se tratar de um terreno baldio ou vago. Enquadra-se, todavia, com a designação de vazio urbano, pela manifestação de uma utilização pouco produtiva, e por representar um espaço que necessite ser revigorado e revitalizado.

O desenho do equipamento, que se abre diretamente para a estrada nacional 13, transforma este espaço em algo bastante aberto e permeável. Após algumas visitas ao local, comprehende-se que este programa é, de certa forma, menosprezado e pouco utilizado, tanto pelo número de lojas atualmente encerradas, como pelo facto de ser, diversas vezes utilizado como um espaço de passagem e meio de ligação para outros pontos da cidade.

O conceito de mercado em Vila do Conde é datado nos meados do século XV, indicando que «todas as mercadorias que vierem por terra a esta Vila, assim como em carros, como em bestas, como ao colo, como por qualquer outra maneira... venham diretamente ao Paço e que aí se vendam e estejam 3 dias, para todos haverem partes» (Jornal de Vila do Conde, 2013).

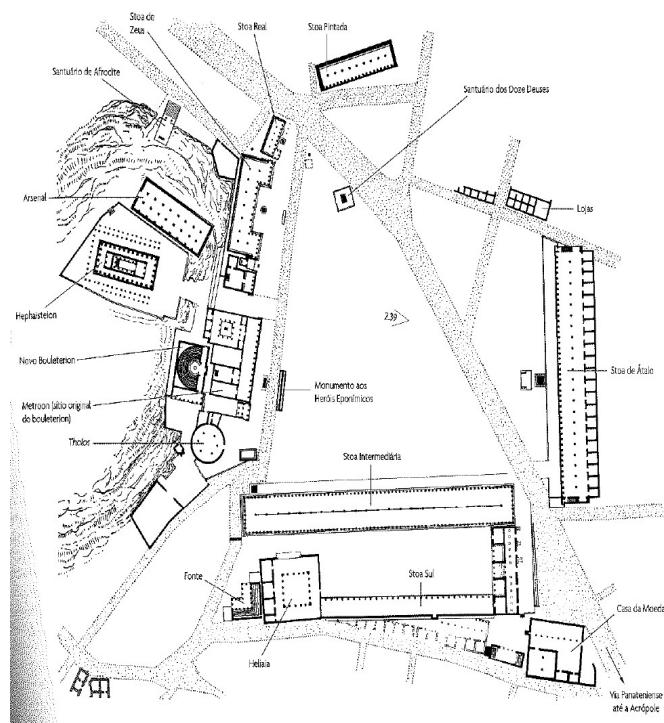
Fig. 58 - Fotografia Arco de entrada do Mercado entre 1941 e 1944, AMCV.

Fig. 59 - Fotografia relação do banco Borges & Irmão com a Praça e o Mercado, da autora

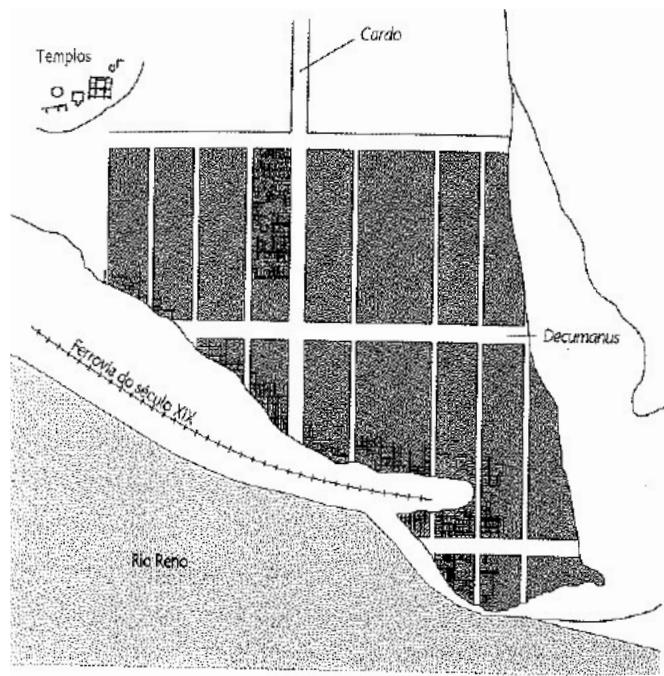


59

¹ «Vila do conde vai comemorar, ..., o quarto centenário so seu edifício municipal. Como numero dessas comemorações se procederá á Inauguração solene do Mercado Municipal “Engenheiro Duarte Pacheco” » - Revista “ Renovação: Pela terra- Pelo Estado Novo” de 29 de Abril de 1944



60



61

Fig. 60 - Planta da Ágora de Atenas, cerca de 150a.C
Fazio, 2011, p.79.

Fig. 61 - Planta de Marzabotto, cerca do séc. II a.C,
Fazio, 2011, p.126

Transformações dos lugares de troca ao longo dos séculos

O designado lugar de troca reconhece-se desde o início dos tempos, se recuarmos até às primeiras civilizações, como as sociedades neolíticas, percebemos que com a descoberta do cultivo e a navegação dos mares e dos rios, era possível haver trocas comerciais. Naquela altura os mercadores tinham albergues provisórios, semelhantes às atuais feiras itinerantes. (Mumford, 1965)

Imediatamente na Grécia antiga, este novo domínio influenciou a sociedade e, por conseguinte, a organização das próprias cidades, havendo a necessidade de se criar um espaço que servisse essa nova função. No decorrer do século IV a.C, desenvolveu-se a Ágora, este era o centro cívico da cidade, que, por norma caracterizava-se por ser um terreiro aberto, na parte mais baixa e plana da polis, que promovia a reunião da população. No seu centro encontravam-se vários equipamentos como templos, edifícios de administração entre outros. Seguindo este conceito da Ágora, e pela sua localização, o lugar de troca, o mercado é a «assembleia dos cidadãos» (Benevelo, 2005, p.76), estabelece-se também como um espaço de encontro da população (Mumford, 1965). Era nas Stoas, edifícios retangulares, caracterizados por grandes pórticos marcando um ritmo ao longo de um corredor longitudinal, que se instalava o mercado.

Alguns séculos mais tarde, no império Romano, também o desenvolvimento da sociedade perante a troca de bens e o espaço físico para essa atividade foi bastante evidente. Se por um lado a topografia definia o centro cívico das polis gregas, onde estes elementos se encontravam, agora, nas cidades romanas, surge um novo modelo urbano.

Devido à sua centralidade, Roma foi, portanto, um ponto de partida e de chegada de diversas rotas marítimas e terrestres, permitindo assim uma maior

troca comercial. Os governantes romanos, procurando uma melhor qualidade de vida na urbe, foram pioneiros e dominaram diversos setores, construíram aquedutos, estabeleceram regras construtivas para edifícios civis e públicos e ainda, como já referido, criaram um modelo urbano que consistia no traçado de duas ruas principais, que atravessavam as cidades quase em linha reta, o cardo e o decumano (eixo Norte- Sul e eixo Este-Oeste, respetivamente) . O cruzamento destas duas ruas, acreditava-se ser o lugar ideal para o Fórum, este era o espaço que de certa forma pode ser comparado ao espaço da Ágora.²(Mumford, 1965)

Novamente, por ser uma zona central, Roma acabou por se constituir através da união de diversas tribos estrangeiras num único espaço, o Fórum, este não era apenas uma praça livre, era o lugar onde os romanos desenvolviam atividades políticas, sociais e comerciais, era a nova assembleia dos cidadãos, o novo lugar de troca. «Sem dúvida, um templo era parte essencial e original do Fórum, pois a “Paz de Mercado”, tão necessária à livre troca, era conservada tornando-se sagrada a própria área.». (Mumford, 1965, p.290)

Com as invasões germânicas nos séculos V e VI d.c, dá-se a queda do Império Romano, a Europa e sobretudo no Ocidente, atravessava um período de transição e um enorme retrocesso, tanto a níveis sociais, urbanos como o enorme enfraquecimento da economia

² «Como o fórum romano era, na realidade, uma combinação de ágora e acrópole, não apresentava quaisquer características radicalmente novas que não se conseguiram identificar em seu protótipo helenístico. O que se encontrava, talvez, é a concentração maior de atividades variadas, um grau mais elevado de ordem formal, uma expansão e magnificação dos temas já presentes noutros lugares, na cidade helenística.»



Fig. 62 - Gravura do centro da cidade medieval e das praças de mercado, Benevol, 2005, p.316.

mercantil. Nesta época, Idade Média, com a guerra e sucessivas invasões foi-se dando uma degradação progressiva da economia de mercado, por esse motivo o abastecimento urbano era apenas feito através de uma economia de cariz agrária. Foi preocupação do governo estabelecer um controlo sobre as atividades econômicas, arranjando solução para providenciar uma alimentação básica para a população.

A venda e a troca dos bens passaram a ter um local fixo dentro da cidade, para que existisse um acesso facilitado para todos os habitantes. (Batista, 2008). Após esta crise acima descrita, a partir dos séculos X e XI, instala-se o feudalismo, com a formação de uma sociedade completamente rural e cavaleiresca. As cidades medievais começam a surgir por volta desse século, mas apenas nos séculos XII e XIII é que realmente crescem com maior potência. (Goitia, 1989).

O surgimento da classe burguesa medieval foi impulsor do novo crescimento económico e demográfico das cidades (Pirenne, 1989), e, apesar das diversas diferenças entre as civilizações clássicas e a cultura medieval, também, no centro destas urbes era frequentemente instalado o espaço de reunião das populações, este era marcado pela catedral, era nessa praça «(...) onde se encontrava a catedral servia habitualmente também para necessidades do mercado(...)» (Goitia, 1989, p.89). Os comerciantes e mercadores, ao possuírem as suas habitações junto das praças comerciais, estabeleciais o desenvolvimento económico dos centros urbanos, transformando esta atividade mais próxima da população. (Kostof, 1992)³

Com aumento urbano e económico, devido à nova classe social, a burguesia, o mercado começa a ser um elemento fulcral para a sociedade, com o propósito de «(...) prover ao reabastecimento das cidades e dos burgos).» (Pirenne, 1990, p.107). Devido à sua aderência, a praça principal acaba por não conseguir suportar o mercado, e este prolonga-se para as restantes ruas da cidade.

De um modo sucinto, na Idade Média, houve uma reinterpretação e entendimento dos mercados e a sua localização. Embora ainda existissem algumas “marcas” do património greco-romano sobre este conceito, como visualizar o lugar de troca como espaço de reunião dos povos, na época medieval constatamos a relação do comércio informal e da rua e como este é fomentado pela burguesia.

Conclui-se que o espaço destinado ao comércio vai evoluindo ao longo dos séculos, adaptando-se às transformações da cidade e à necessidade das populações. Neste sentido, constata-se que esta atividade se encontrava maioritariamente nos centros cívico, uma vez que era aí que se reunia o maior número de cidadãos. Este desígnio é até aos dias de hoje uma parte intrínseca do meio urbano da cidade, quer este seja na zona mais baixa da cidade, junto aos rios, junto das igrejas, quer seja um espaço da rua quer por uma praça.

«(...) as duas formas clássicas do mercado, a praça aberta, ou o bazar coberto, e a rua de barracas ou de lojas, possivelmente já tinham encontrado sua configuração urbana por volta de 2000 a. C., a mais tardar. Mas pode ser que fossem procedidas pela forma ainda mais antiga do supermercado - dentro do recinto do templo.» (Mumford, 1965, p.101)

³ «Indeed, there is ample proof in history that the merchant's quarter had privileged standing in the urban structure – excellent allotment of land and often substantial accommodations. » - Kostof, S., 1992, p. 92
 « De facto, há amplas provas na história de que o bairro do comerciante tinha uma posição privilegiada na estrutura urbana - excelente loteamento de terrenos e frequentemente acomodações substanciais»- Tradução da autora



63



64



65

Fig. 63 - Fotografia Rampa de acesso ao adro da Igreja Matriz, AMVC.

Fig. 64 - Fotografia Feira no mercado, AMVC.

Fig. 65 - Fotografia da barragem , AMVC.

O caso do Mercado Municipal em Vila do Conde

Após este breve recuar nos séculos, para um melhor conhecimento relativamente ao surgimento e ao conceito de mercado na sociedade, retoma-se esta compreensão séculos mais tarde em Vila do Conde.

A implantação do lugar de troca esteve em constante alteração ao longo dos séculos por todo o mundo, consequentemente tal aconteceu também em Vila do Conde, esta ideia de comércio, como já referido, surge nesta cidade por volta do século XV, nos finais da Idade Média, onde a transação de bens era realizada no Paço do concelho e na Praça Velha, e apenas nos finais do século XIX é que foi planeada a construção do edifício, como o conhecemos nos dias de hoje a norte da Praça São João Batista.

A antiga Vila era invadida pelas «(...) águas do Rio Ave, outrora, espalhavam-se, livremente, em marés altas até as fraldas do monte de S. Sebastião.» (Caderno de Cultura, 1980, N°60), este fenómeno, era a realidade dos vilacondenses ainda nos inícios do século XVIII. Isto significava que a atual Praça da República, a rua 25 de Abril, a estrada nacional, a Praça de São João Batista e o Mercado, não existiam, eram zonas submersas.

A cidade, como a conhecemos nos dias de hoje, começo a formar entre, 1840 e 1849, graças à construção de um cais que ligava o Largo das Lavandeiras e a barragem. [Fig.65] Com esta obra, Vila do Conde, recebeu um aterro onde surgiram novas edificações, habitações, as praças da República e a José Régio, o largo dos Artistas. Como consequência, a uma cota inferior, por detrás do adro da Igreja Matriz, sobrou um amplo recinto «onde ficaram a realizar-se as feiras de hortaliças, frutas e legumes, feiras que proporcionaram o ensejo à construção da atual Praça do Mercado, por cuja circunstância e de um modo natural, veio a formar-se o respetivo topónimo». (Caderno de Cultura, 1980, N°60)

A igreja Matriz, mesmo após a obra do cais e do novo aterro, situava-se num ponto alto da cidade, numa vertente. Com a construção do mercado, este viu a sua topografia alterada e «teve que ser cortada a pique» (Caderno de Cultura, 1980, N°60), construindo-se um muro. No local onde atualmente existe uma zona do mercado enterrado, outrora havia sido uma rampa de acesso ao adro da igreja Matriz [Fig.63 – Antiga rampa de acesso]. «Para dar ingresso à parte mais alta, construíram na Praça S. João, uma escada de pedra, estreita, mais tarde substituída por uma rampa; e, entre essa ladeira e a estrada Real e em volta do mencionado recinto, edificaram lojas para diversos ramos comerciais e, onde elas não existiam, assentaram gradeamento e portões, de modo a ficar uma praça totalmente fechada.» (Caderno de Cultura, 1980, N°60).

Ali «(...) mercanciam-se, não só os produtos extraídos da terra, da santa terra que nos dá o pão, como também os artefactos dos mais diversificados ramos da atividade industrial e comercial. Nada ali falta em variedade e quantidade. Uma autêntica babilónia! (...)», naquela ampla praça começou-se a trocar todo o tipo de bens. Este seria o novo centro social e urbano de Vila do Conde.

Nos finais do século XIX, planeou-se a construção, do edifício implantado no terreno junto da Igreja Matriz, a localização escolhida pela população para manter e implantar esta atividade em tal local, foi exímia.

Ao analisar a posição do Mercado Municipal dentro da cidade é bastante compreensível que esta pode facilmente ser comparada com as épocas anteriormente referidas. Situa-se numa zona plana, junto do rio, de acesso direto a todos os cidadãos, tal como percebemos que acontecia na Grécia antiga, é cruzada pela estrada nacional 13 e pela Rua 25 de Abril – a Sul da Praça São João Batista, naturalmente confrontado com o cardo



e o decumano, que ligaram diretamente o Mercado à Póvoa de Varzim ao mar(respetivamente). Uma vez que o mercado surge em Vila do Conde, nos finais do século XV, a sua implantação caracteriza-se por se situar junto da Igreja Matriz, como foi feito na Idade Média. São mencionados, anteriormente, os dois eixos principais da cidade que proporcionam o lugar do Mercado Municipal um espaço central na cidade, devido à estrada nacional que é o único ponto que relaciona diretamente o Porto e a zona sul, (Azurara), como a zona norte, (Vila do Conde até à Póvoa de Varzim), faz com que este espaço seja uma das portas de entrada da cidade.

A sua localização tão central e direta na antiga vila pressupõe que seja um local de encontro e aglomeração da população, contudo, e infelizmente, ao longo dos anos a ideia tem acabado por se vir a perder, o seu desenho, não responde às necessidades da vivência mercantil, ainda que exista um espaço grande que consegue albergar imensas pessoas, torna-se num lugar passagem e de acesso para outros locais.

Concisamente, o lugar de troca em Vila do Conde, devido a estas características pode, de certa forma, ser encarado como o lugar ideal para a reunião da população.

Ainda que tenha sido alvo de reabilitação o espaço do mercado continua a não dar resposta às necessidades dos vilacondenses, ainda que seja utilizado para acolher feiras todas sextas-feiras e sábados, e diversas feiras anuais, é possível otimizar este lugar para que se torne novamente uma rótula de articulação da cidade e de um ponto de referencia forte para toda a cidade.

«Foi então que se resolveu na nossa ótica bem, dar-lhe uma vida nova, transformando-o num local aberto com ofertas variáveis. Foi elaborado um projeto para remodelações dos espaços interiores, definida a forma de acesso direto à Igreja Matriz e todo o arranjo interior.» (Jornal de Vila do Conde, 2013). Prevê-se ainda diversas «áreas de restauração, snack-bares, gelataria (...) produtos regionais, flores e plantas, (...)»

artesanato tradicional e contemporâneo (...)» (Jornal de Vila do Conde, 2013), todavia tal sonho acabou por nunca ser realizado até aos dias de hoje, contando assim com as originais 36 lojas e 145 lugares de terrado, permanecendo um espaço desconsolidado.

O atual Mercado Municipal encontra-se no lugar de uma grande linha de água uma vez que, como já foi mencionado, o mesmo local terá sido um afluente do rio Ave, e posteriormente adulterado e transformado como o conhecemos atualmente. Situa-se, consequentemente num vale e é marcado por um eixo que se inicia no rio e atravessa as praças da República e a José Régio, o banco do Arquiteto Álvaro Siza até ao lote da intervenção.



67

Fig. 66 - Fotografia Arco de entrada do Mercado apartir de 1944, AMCV

Fig. 67 - Fotografia aérea sobre o mercado, AMCV.



Fig. 68 - Fotografia do mercado atual, em dia de feira, da autora

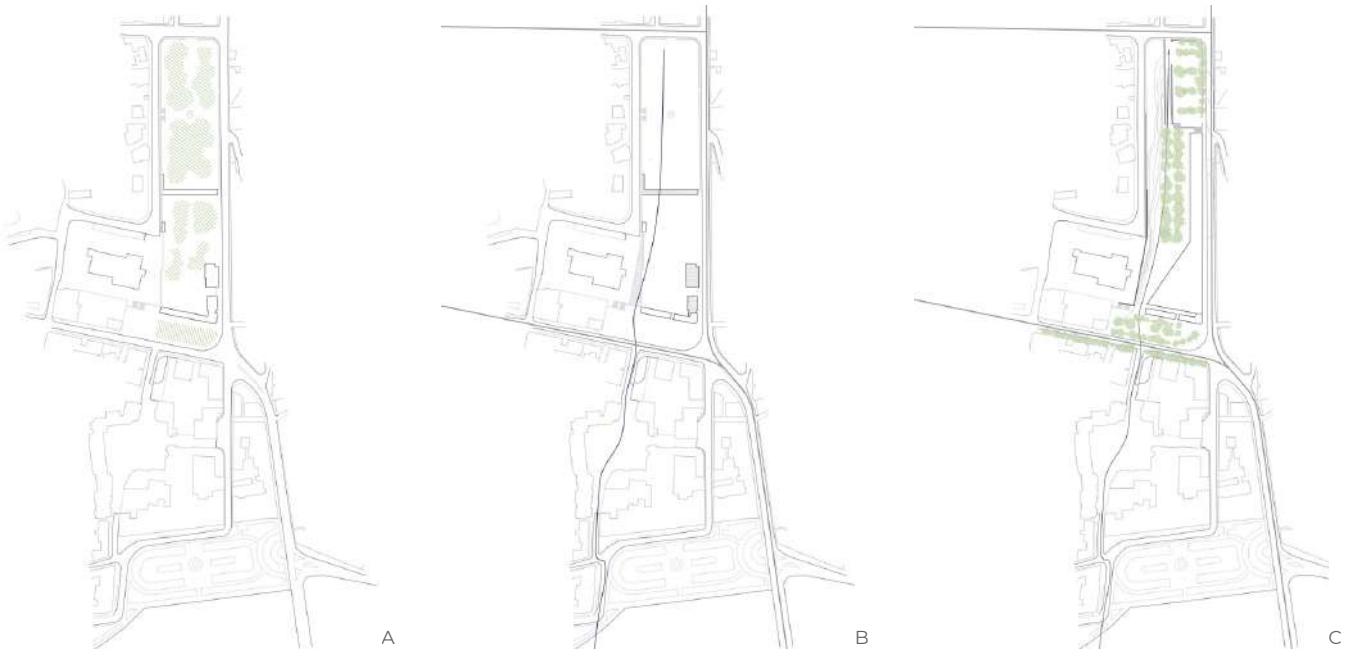


Fig. 69 - Fotografia relação atual entre o mercado e a igreja Matriz, da autora





Fig. 70 - Fotografia relação entre a Praça São João Batista e o edifício pré- existente, da autora



A proposta

Posteriormente ao entendimento da envolvente, inicia-se a análise do desenho do próprio edifício do mercado.

Este é composto por três volumes, dois são transversais à linha de água e um é enterrado longitudinalmente, criando uma praça entre eles, e uma a norte que serve de estacionamento. Apesar do conceito geral de mercado ser a criação de um espaço amplo que permita a reunião de um grande número de pessoas e de o Mercado Municipal possuir duas praças para tal, o desenho integral deste programa depreende-se que não é funcional. Pelo facto de existir um elemento enterrado, que em parte está por baixo de uma via pública, (tendo sido anteriormente uma rampa de acesso à cota superior), da existência de um muro, que alterou a fisionomia da vertente e, ainda, pela existência de um elemento central que quebra a fluidez pretendida no mercado, considera-se que esta organização seja desajustada.

Por consequência, e na tentativa de revitalização do Mercado Municipal de Vila do Conde, a proposta inicia-se pela demolição dos dois elementos que se entendem como causadores para o débil funcionamento do mercado. Partindo da intenção da preservação do espaço natural, no lugar no elemento enterrado, propõem-se a renaturalização do talude, salientando aquilo que outrora existia e foi adulterado.

É mantido o bloco que se encontra de frente para o Banco Borges & Irmão, atual banco BPI, e para a Praça Sãovila João Batista. Este é preservado não só pelo cariz sentimental para os Vilacondenses onde se encontra um arco definidor para uma das entradas do mercado atual, mas também por ser um elemento fundamental para a criação dos limites do mercado proposto.

A estratégia individual visa a revitalização do Mercado e, como referido, a renaturalização do terreno para que este limite com a cota superior seja mais subtil e não tão rígido como anteriormente com a parede, e de certa forma remetendo à sua morfologia inicial.

A proposta estabelece duas cotas, uma superior onde se localiza o atual estacionamento, que em parte continua a ter o mesmo funcionamento, e uma cota inferior que não só estabiliza ao nível onde o edifício pré-existente se encontra como também se define cota de acesso ao novo Mercado.

De forma a inserir um novo elemento que se albergue no programa mantendo, como já indicado, o edifício existente e o talude renaturalizado, foi construído um novo, o **Muro**, que realiza um desenho urbano, juntamente com os outros elementos, criando os limites e definindo uma praça arborizada do novo mercado.

Fig. 71 - Esquemas Evolução do Mercado Municipal, da autora.

A-pré - existência: constituído por três elementos, sendo um deles enterrado e dois transversais, criando uma praça entre eles e uma exterior que serve de estacionamento.

B- Unificação com a cidade: identificação dos eixos principais adjacentes à área de intervenção, identifica-se a sua centralidade, a ligação entre o mar e o rio e também é reconhecível uma grande linha de água onde se situa o mercado e propõem-se a demolição dos elementos assinalados.

C- Renaturalização do terreno através do talude, visa criar um limite natural entre a igreja e reforçar a ideia da linha de água. A proposta une-se ao lugar retomando as premissas anteriores, cria um projeto voltado para si mesmo, elaborando limites através de um muro e de uma cobertura, que criam uma praça coberta e um espaço público exterior.



Tendo como referência, o projeto das piscinas das Marés, do arquiteto Álvaro Siza, destacam-se os muros e o jogo de luz pelo facto de serem componentes pretendidos para este projeto.

Nas piscinas, os muros indicam um caminho e limitam o programa, o primeiro, ladeado de uma rampa, indica a entrada para os balneários, o segundo, ao sair dos balneários, indica o caminho para a praia e as piscinas. Esta característica é similar ao que se pretende com a introdução do muro, a indicação de um percurso e a limitação do programa.

O jogo de luz e a penumbra que se encontram neste projeto apresentam um certo mistério e suscitam curiosidade em descobrir o que está para além dos balneários. Apesar de bastante menos acentuado, com a inclinação da pala, que cobre a grande praça de entrada na proposta, pretende suscitar uma certa curiosidade nos visitantes ao entrarem naquele espaço. Desta forma, pretende-se que este “vazio urbano” fique consolidado e que seja reconhecido como um espaço verde e de encontro dos vilacondenses, como outrora haverá sido.

Com esta intervenção, para as novas instalações do Mercado Municipal, procurou-se o desenho de uma arquitetura ritmada e leve, garantindo o máximo de zona natural e o mínimo de construção possível. O programa distribui-se ao longo de um muro de suporte, em betão armado, que produz uma frente de rua, para a estrada nacional 13, e por sua vez trabalha o declive do chão. Agregado e suportado a este elemento, numa estrutura em madeira, com uma cobertura em zinco pré patinado, gera-se uma pala que estabelece uma linha contínua com o céu. Este primeiro elemento conjugado com o edifício pré-existente, como já indicado, trabalham e definem fisicamente os limites do mercado, já a pala estabelece o limite formal proporcionando que todos os elementos intrínsecos no programa estejam cobertos.

A entrada principal para o mercado é desenhada através de uma inflação, tanto no muro como na cobertura, nesta zona encontra-se um letreiro metálico que cumpre a identificação do equipamento, onde

os visitantes são encaminhados posteriormente para uma zona exterior coberta, este é o primeiro contato dos visitantes com o projeto, sendo confrontados com um espaço repleto de bancadas metálicas, que podem ser movidas, destinadas à venda de produtos frescos e artesanais. É deixada uma zona livre, sem bancadas para que exista uma relação entre o programa e a Igreja Matriz, esta zona compõe ainda uma recepção/casa do guarda. As outras entradas são de acesso direto para o pátio, podendo ser acedido através de uma abertura na Praça São João Batista, uma escadaria junto à estrada nacional 13 ou ainda vindo do estacionamento, através de outra escadaria.

Como já referido, o projeto é construído numa estrutura de madeira, visando os problemas atuais das alterações climáticas, tentando que o impacto ambiental não seja aumentado drasticamente.

O plano de betão armado, estabelece-se como limite urbano e suporta toda a estrutura em madeira, esta cria uma cobertura inclinada vigada e, apoiada no lado oposto do muro, em pilares. As vigas, de 0,60 cm por 0,30 cm de espessura e com distanciamentos de 5m em 5m, criam o ritmo que marca a divisão e definição das lojas, as contra-vigas de 0,30 cm por 0,15 cm e os pilares de 0,60cm por 0,30cm, com diferentes alturas, proporcionam que a cobertura inclinada seja mais firme e viável. Os nós de ligação entre os diversos elementos, pilares com as vigas, são elementos metálicos, ocultos dentro da espessura da própria madeira

A organização do programa, estabelece-se entre dois espaços, a da zona coberta, descrita acima, e a zona de um longo corredor, que engloba as lojas e as instalações sanitárias. As lojas, com um total de 30m², (dividido entre a zona de venda e de armazém), destina-se há venda de peixe e carne. A estrutura das paredes é em madeira com sistema de isolamento e revestimento com placas de gesso cartonado, rebocadas e com azulejo até à altura do murete divisorio entre cada espaço de venda, também o pavimento é revestido em

Fig. 72 - Planta de Localização, Relação entre a proposta e o pré- existente, elaborado pela autora

100



10 m



25 m

azulejo.

Tal como é produzido no Mercado Público da Comenda, do MXTstudio, em que todos os espaços principais do equipamento se abrem para o pátio através de envidraçados. Também na proposta os espaços têm uma relação bastante direta para a praça ao ar livre, através de portas em caixilho metálico, envidraçadas que abrem em harmónio, com a particularidade de nenhuma não tocar no pavimento, isto dá-se pelo motivo dos pilares também estarem 0,15cm levantados para que a água da chuva e da lavagem das lojas não estrague a madeira.

A praça exterior, por acumular funções de cargas e descargas, acesso realizado através da rampa vinda do estacionamento, e simultaneamente de espaço de encontro da população, tem um pavimento cuidado e drenante, de gravilha e resina em frente das lojas existe o alinhamento de árvores que proporcionam sombra nos dias de maior calor e o espaço entre elas pode vir a ser usado pelos feirantes, delimitando os lugares de cada um, em frente à igreja é promovida uma clareira para a ligação entre esta e o projeto não seja interrompida.

O restante pavimento do mercado juntamente com o muro e a cobertura delimitam a proposta, se no Mercado de Vila da Feira do Arquiteto Fernando Távora,

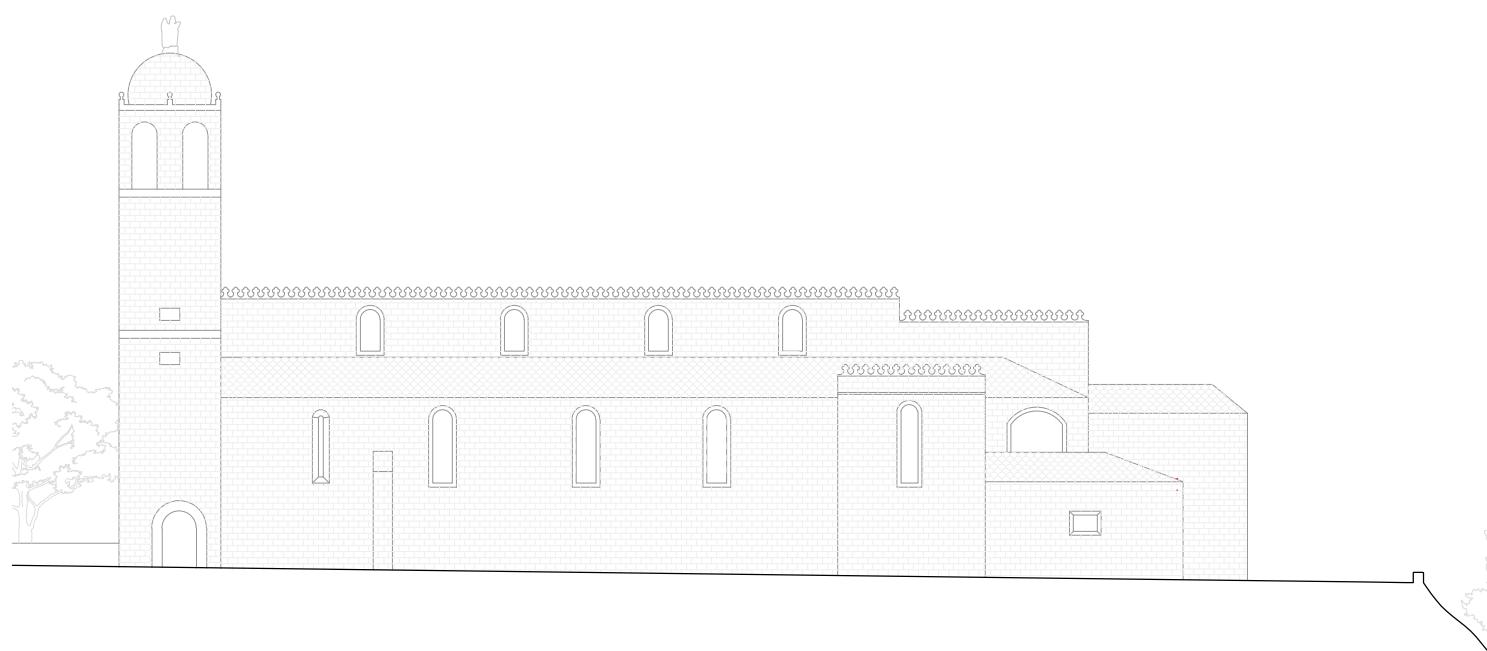
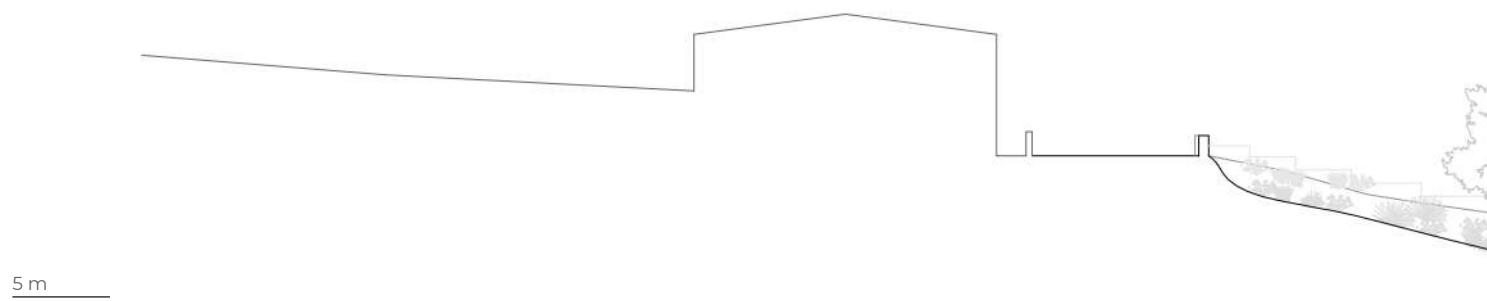
a diferenciação de zonas se realiza por patamares, neste projeto, a diferenciação realiza-se através do desenho do pavimento. A utilização de lajetas de granito, que se conecta ao já existente na praça São João Batista, traça um caminho que percorre todo o projeto, sendo a direção destas lajetas diferentes do restante. Foi ainda desenhado gradeamento metálico em toda zona coberta, para que o acesso ao pátio fosse permitido mesmo quando o mercado não se encontre nas horas de funcionamento.

Como já evidenciado, diversas vezes ao longo do presente trabalho, os mercados são pontos de convergência da população, articulando a troca de inúmeros produtos, num único programa. Através da criação desta proposta, é admissível a consolidação do Mercado Municipal. Ao invés do que acontece no projeto atual, com o desenho de um mercado que se funde com a estrada nacional, são criados limites físicos, este despojado gesto permite consolidar o projeto, revitalizando-o e otimizando este lugar para que se torne novamente uma rótula de articulação da cidade e de um ponto de referência.

Fig. 73 - Alçado na zona de entrada com a identificação do programa, elaborado pela autora

Fig. 74 - Alçado Longitudinal, relação do muro com o restando desenho urbano, elaborado pela autora





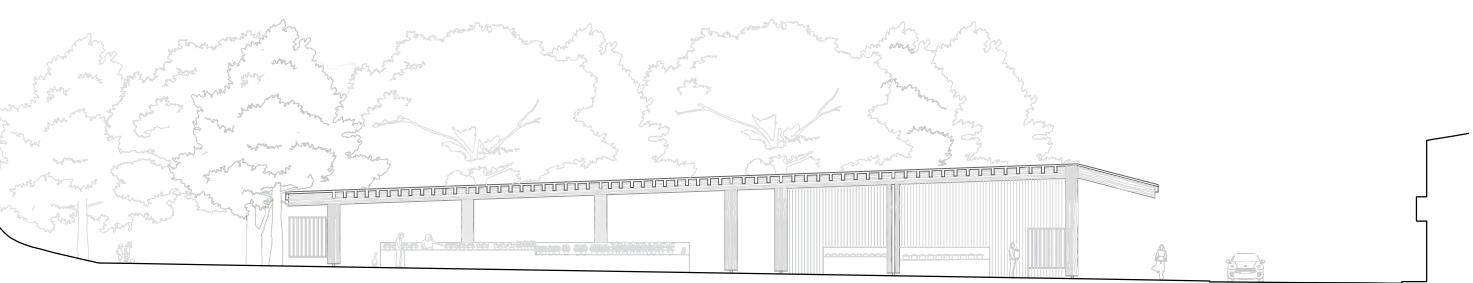
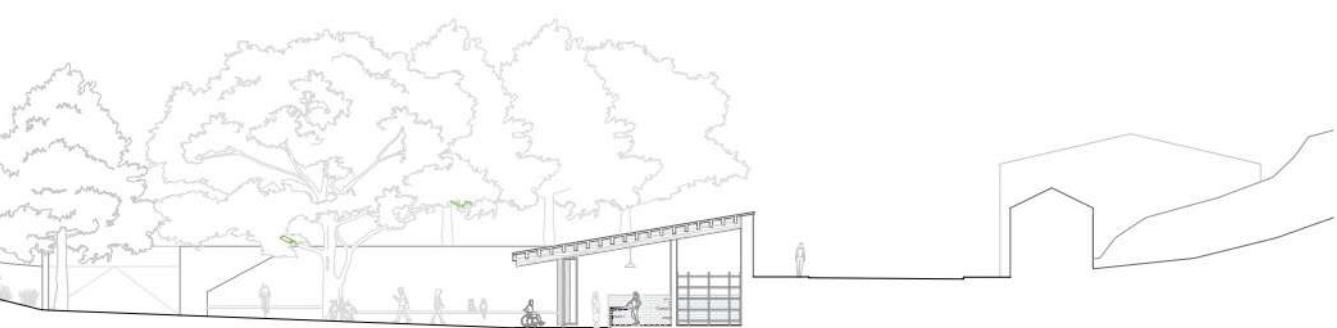


Fig. 75 - Corte transversal na zona das lojas, elaborado pela autora

Fig. 76 - Corte transversal na zona da praça coberta , elaborado pela autora

Fig. 77 - Planta Zona da cobertura, da autora.

A- Estrada Nacional 13

B- Praça - 4240 m² - Praça pública de céu aberto, delimitada pela topografia e o restante programa do mercado, este espaço é revestido por um pavimento drenante em gravilha e resina. Para além de espaço livre, serve como zona verde e em ocasiões de feira consegue suportar as bancas de venda. Ites através de um muro e de uma cobertura, que criam uma praça coberta e um espaço público exterior.

C- Zona Coberta - 2060m² - Espaço destinado à venda de produtos frescos e artesanais, o primeiro contacto que os visitantes têm com o programa, tanto chegados pela entrada principal como da praça São João Batista. O espaço é desenhado através de uma estrutura em madeira com vigas de 0.60m por 0.30m de espessura e distanciadas de 5m em 5m, contra-vigas de 0.30m por 0.15m distanciadas de 0.50m em 0.50m, e um conjunto de pilares desfasados em madeira de 0.60m por 0.3m que delimitam e desenham a métrica do chão em lajetas e granito. Este desenho estabelece o espaço onde as bancas para a venda dos produtos se localizam. É deixada uma zona livre de bancadas para definir uma relação com a igreja.

D- Casa do guarda- 11 m² - Zona destinada à gestão e serviço de segurança, do mercado. Este espaço contém um vão com xm por xm em caixilharia metálica, revestido no interior com um pavimento de azulejo e paredes rebocadas, já o exterior é revestido por ripado de madeira.

E - Edifício pré-existente 250 m²- Este elemento, mantém-se como está nos dias de hoje, restaurando o seu interior e exterior. Alberga espaços de comércio leve, como o café que existe atualmente, e propõe-se outros espaços, como florista, loja de artesanato local entre outros. Uma das entradas para o espaço de mercado é feito pelo arco criado neste edifício.

F - Praça São João Batista

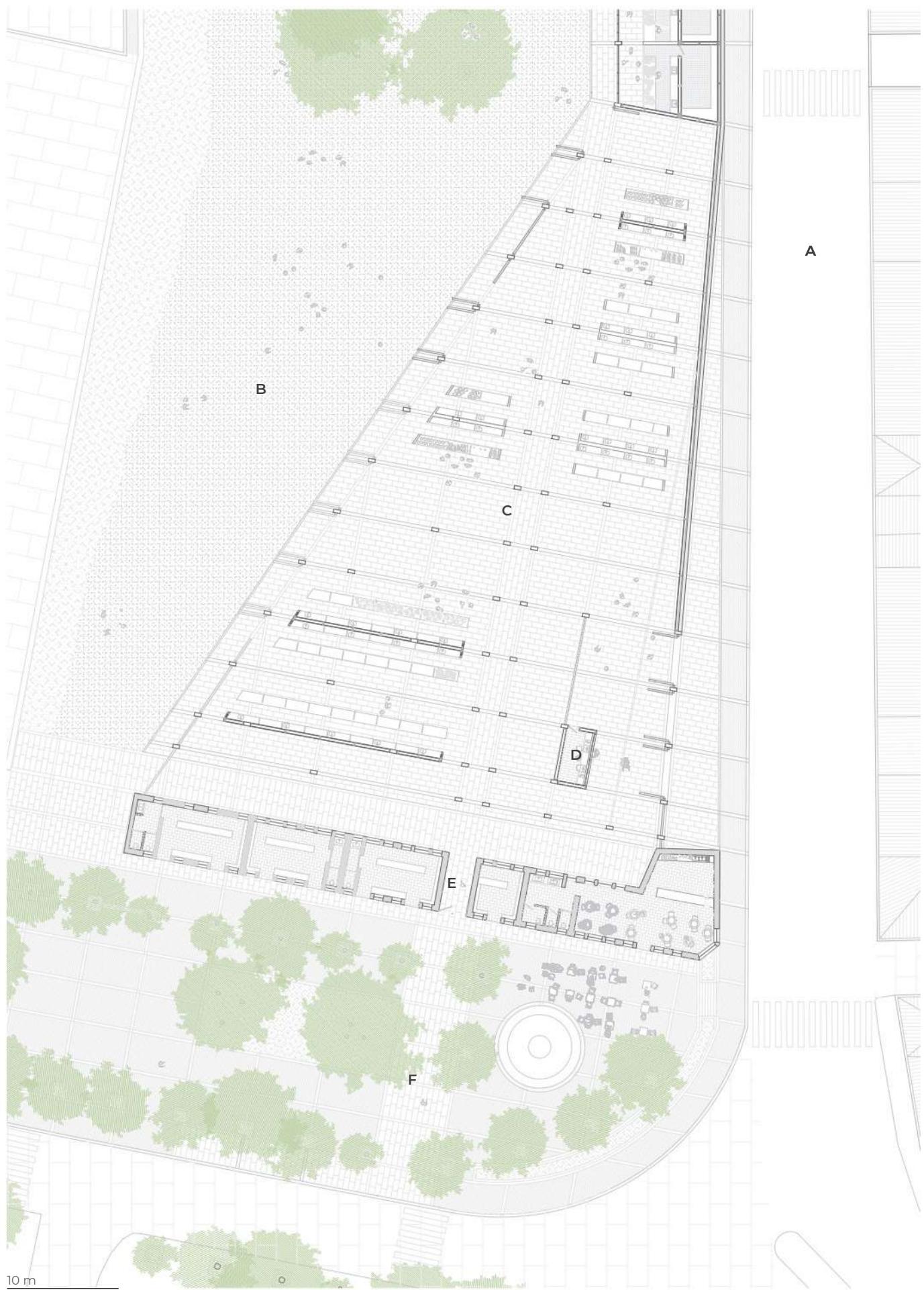


Fig. 78 - Planta Zona da cobertura, da autora.

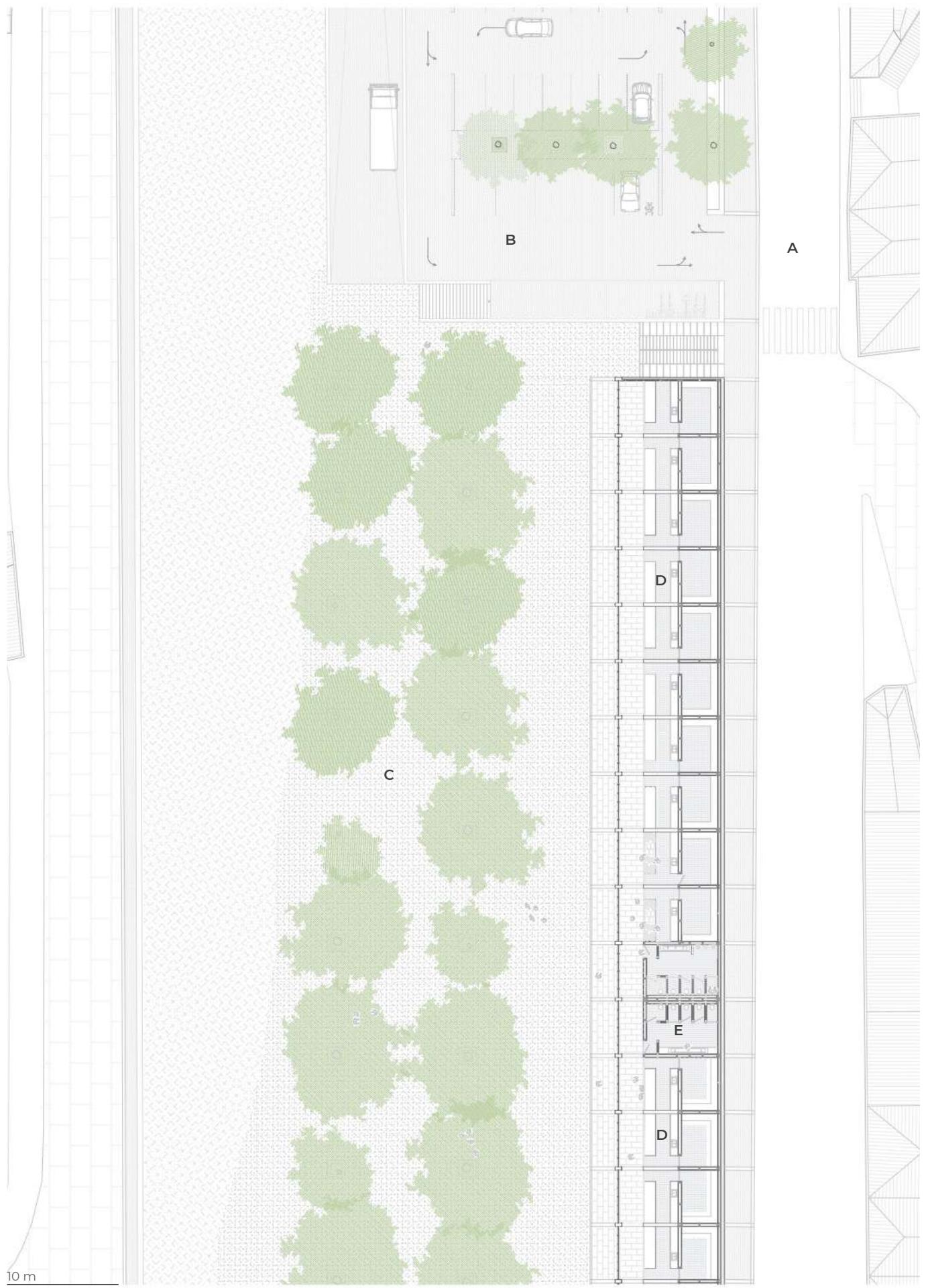
A- Estrada Nacional 13

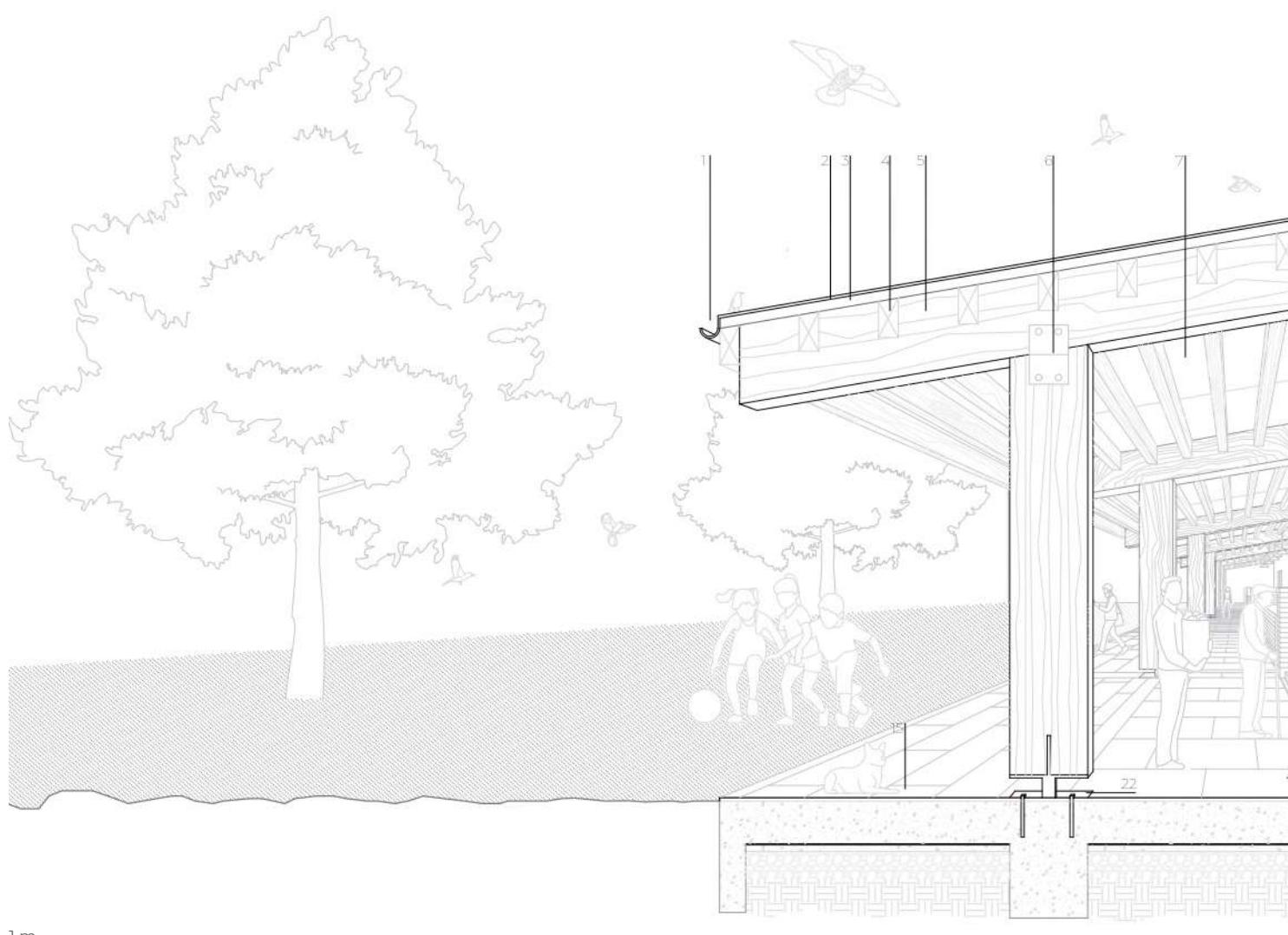
B- Estacionamento público em calçada de granito com total de 50 lugares, sendo 5 para mobilidade reduzida. Rampa de acesso à cota inferior para uso de pedestre e cargas e descargas..

C- Praça -4240 m² - Praça pública de céu aberto, delimitada pela topografia e o restante programa do mercado, este espaço é revestido por um pavimento drenante em gravilha e resina. Para além de espaço livre, serve como zona verde e em ocasiões de feira consegue suportar as bancas de venda.

D- 30 m² - (cada uma)- dividida em zona de venda e arrumos Espaço destinado à venda de peixe e carne. O espaço é dividido entre a zona de venda e uma de armazenamento por espaço de loja. A estrutura das paredes é em madeira com sistema de isolamento, revestimento com placas de gesso cartonado, rebocadas e com azulejo até à altura do murete divisorio entre cada espaço de venda, também o pavimento é revestido em azulejo.

E -30 m² (cada um)- Duas instalações sanitárias habilitadas a pessoas com mobilidade reduzida. Estes dois espaços são revestidos a azulejo, tanto no pavimento como nas paredes.





1m

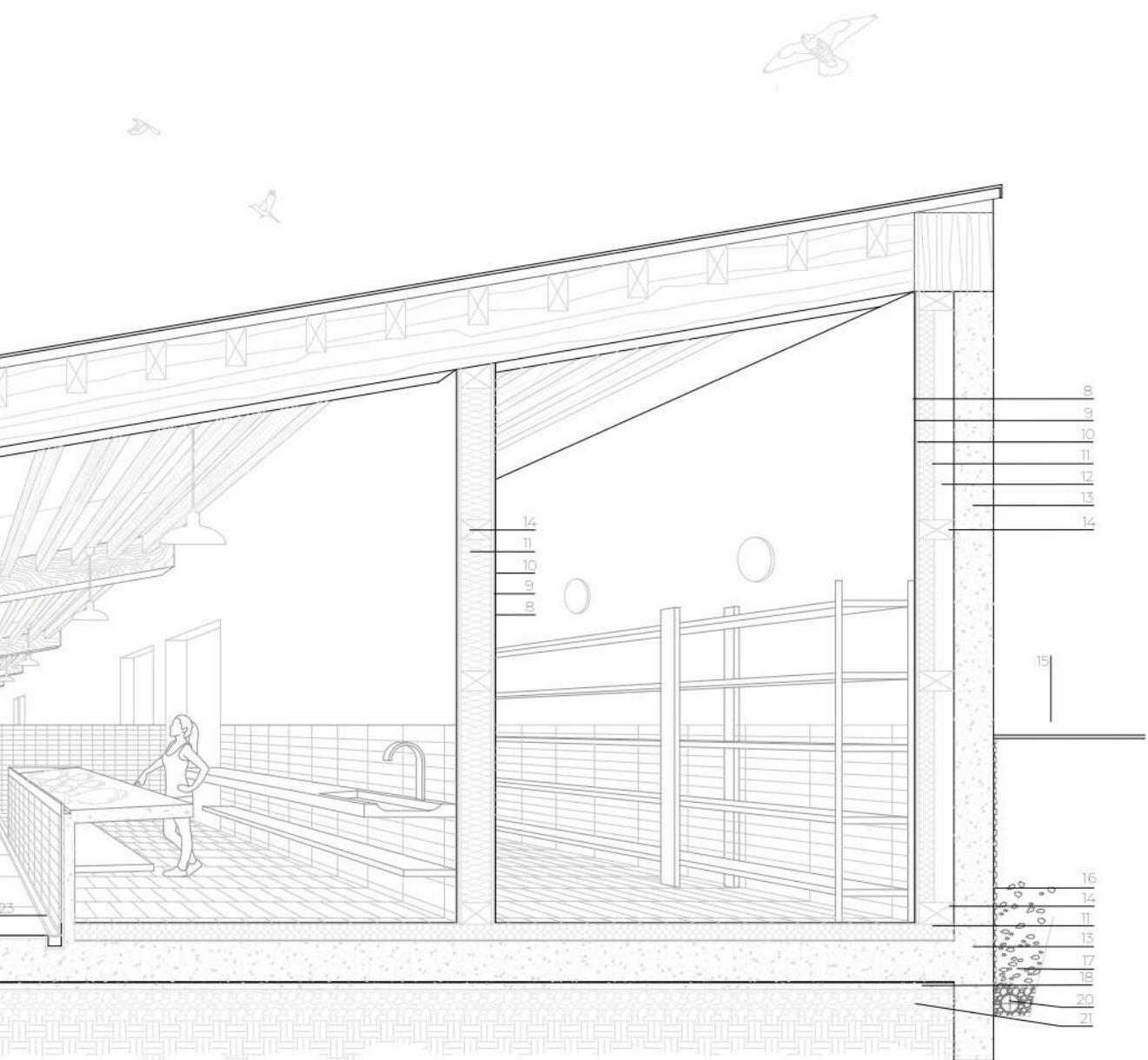
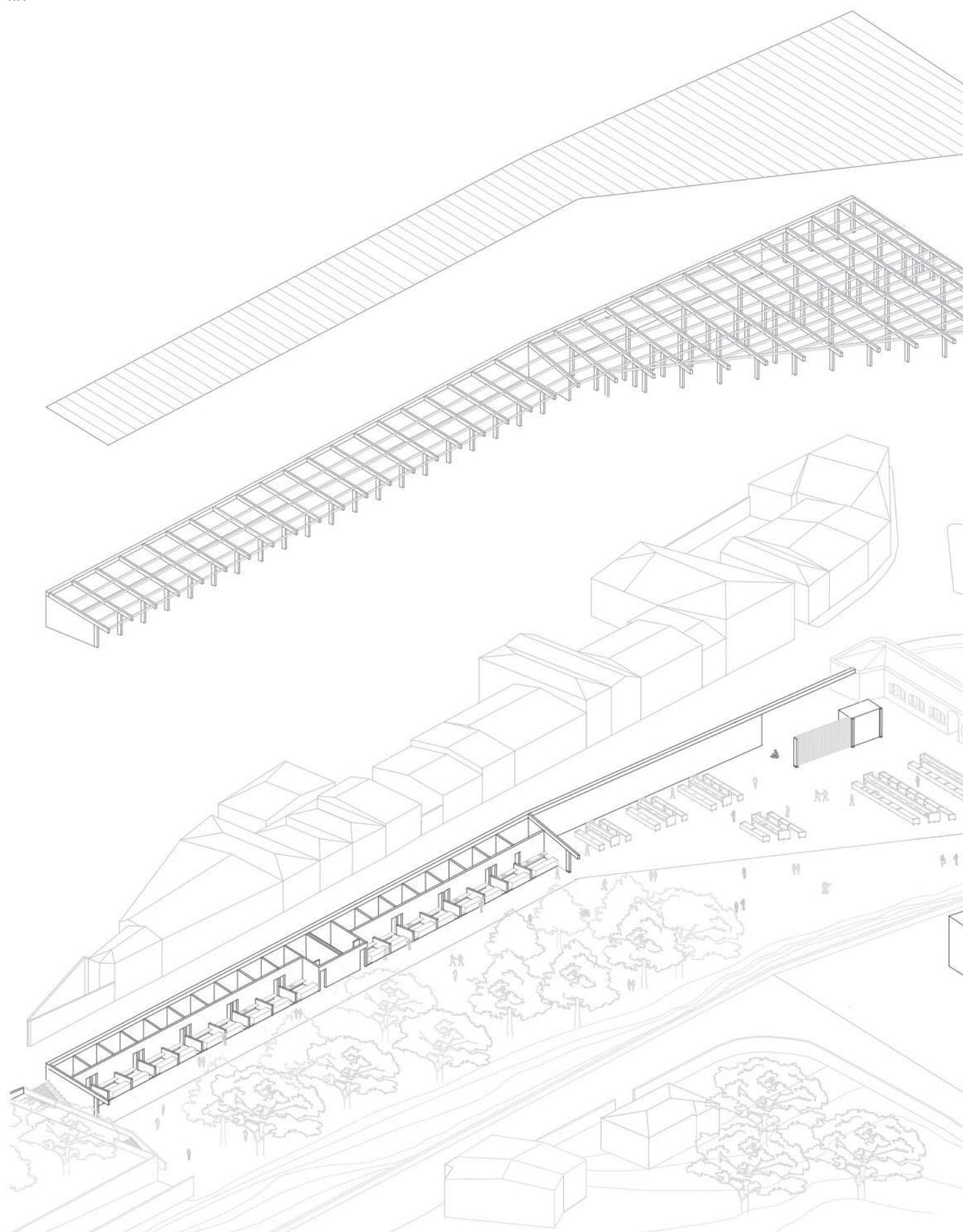


Fig. 79 - Corte perspetivado, elaborado pela autora

1- Caleira em zinco; 2- Cobertura em chapas de zinco ; 3- Isolamento de 8cm ; 4- Contra- viga de madeira; 5- Viga de madeira; 6- conexão metálica do pilar com a viga, feita no interior da madeira; 7- Painéis de MDF; 8- Azulejo ou tinta; 9- Reboco; 10-Pladur hidrofugo; 11 - Isolamento; 12- Caixa de ar;13- Betão armado;14- Estrutura em barrotes de madeira para suporte das placas de pladur;15- Calçada e lajetas em granito;16- Manta geotextil; 17-Enrocamento;18-Tela drenante;19- Betonilha de regularização;20- Dreno de fundação; 21- Cascalho; 22- Conexão metálica do pilar com a laje; 23- Grelha de escoamento



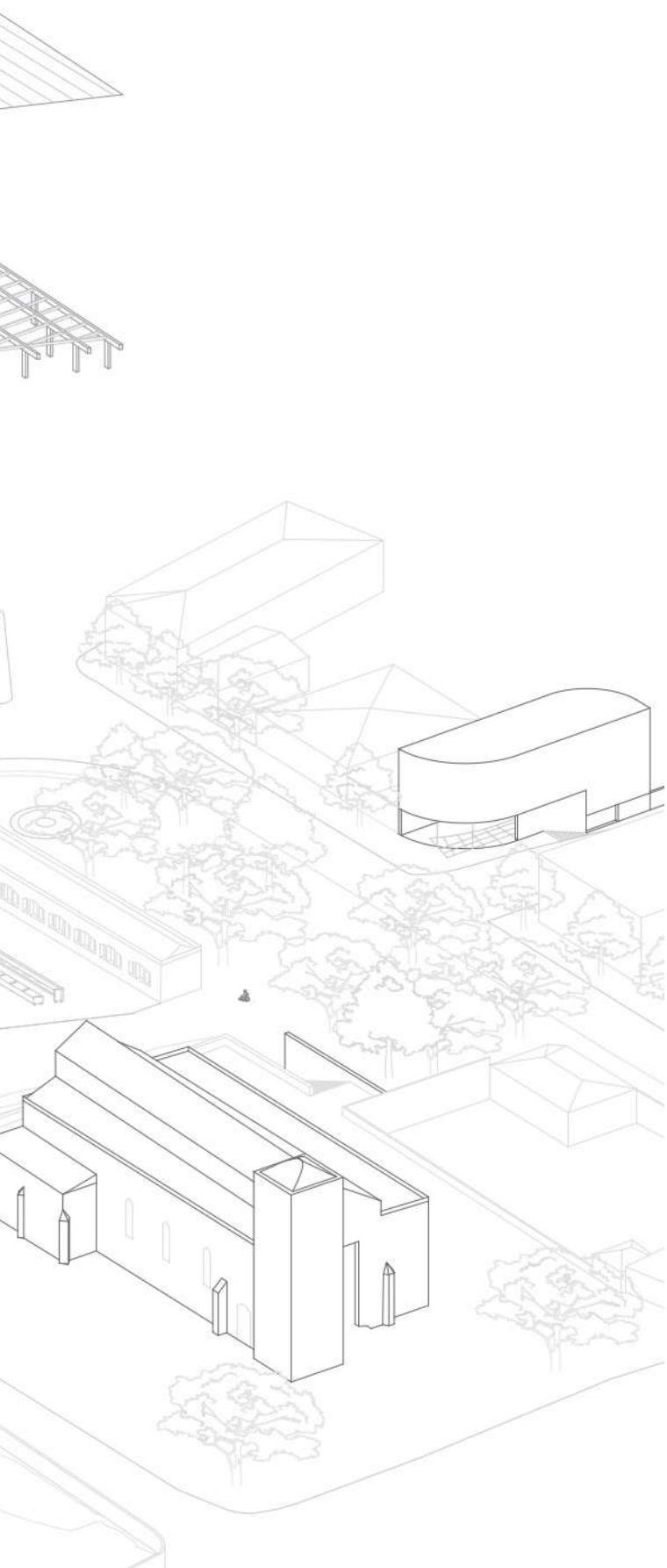
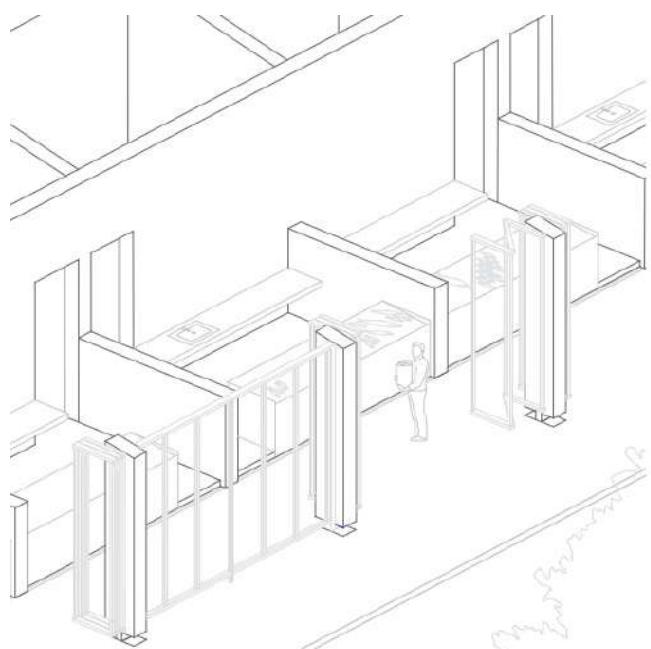
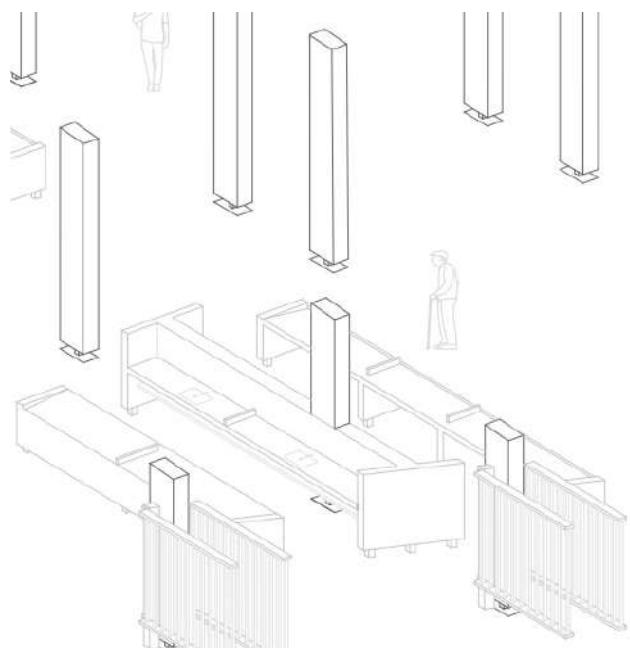


Fig. 80 - Axonometria explodida do Mercado Municipal, elaborado pela autora

Fig. 81 - Axonometria na zona da cobertura, bancas exteriores e gradeamento, elaborado pela autora

Fig. 81 - Axonometria na zona das lojas, bancas e portas peltálicas em harmônio, elaborado pela autora



Bibliografia

Batista, Patrícia, (2008) Mercados Públicos: Motores de desenvolvimento local: O mercado municipal de Loulé. Loulé, Gráfica Comercial

Benevelo, Leonardo,(2005)- História da Cidade . São Paulo: Editora Perspectiva

Fazio, Michael, (2011) - A história da arquitetura mundial. Porto Alegre, AMGH

Marçal, H,(1980) Caderno da Cultura N° 60: Tominímia Vilacondense

Munford, Lewis,(1965) A Cidade na História: as suas origens, transformações e perspetivas. São Paulo, Editora Italiana Limitada

Goiti, Fernando Chueca,(1989)Breve História do Urbanismo (2a Edição). Lisboa: Editorial Presença

Park, R., (1915) The city: Suggestions for the Investigations of Human Behavior in the City Environment, American Journal of Sociology, Volume 20, N.º5, The University of Chicago Press

Peniche, F. (2013). Jornal de Vila do Conde

Pirenne, Henri, (1989) As cidades da Idade Média. Lisboa: Publicações Europa-América

Portas, N. (2000). Vazios Urbanos e planejamento das Cidades. Caderno N.º2. https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395142195938/DO%20CHEIO%20PARA%20O%20VAZIO_versao%20final.pdf

Atlas Construir no SUL

Laboratório para os Fundamentos da Arquitetura Portuguesa
contemporânea

Introdução

A conjuntura política e económica do novo milénio envolveu o discurso crítico da arquitetura. Os abundantes anos de 1990, marcados pela consolidação do projeto europeu, deram lugar a uma instabilidade que se alastrou aos vários domínios da sociedade - os conflitos entre ocidente e oriente, as crises financeiras e os avanços tecnológicos marcaram uma mudança de ciclo e o início de uma nova ordem mundial. Este processo acabou por trazer à tona a vulnerabilidade da própria convergência da Europa, revelando a dificuldade dos países do Sul em acompanarem as demandas da economia contemporânea. Um certo sentido introversivo e humanista, em torno das questões ambientais, dos fundamentos identitários e de soberania, acabou por pautar o discurso dos vários movimentos sociais que se organizaram neste período.

No campo da arquitetura, esta inquietação desencadeou uma sensibilidade regeneradora e a ideia de regresso a uma base sólida, capaz de consolidar os alicerces subjacentes à prática e à cultura de projeto. Em Portugal, as quatro décadas correspondentes ao período democrático foram sendo colocadas em perspetiva, procurando-se nos seus fundamentos uma base idealista para a superação do momento de crise. Neste contexto, o território do Sul, enquanto depósito da ancestralidade cultural da Europa, foi tido como inspiração de uma possível alternativa ao processo instalado.

O regresso de Ulisses a Ítaca, depois da Odisseia relatada de Homero, serve de metáfora à consciência presente neste retorno crítico que, tal como no passado e como demonstrou Winckelmann (1717-1768), se sustenta nos fundamentos de ordem e proporção que podem ser extraídos da cultura clássica. Este processo é também revestido de uma consciência vernacular que incorpora o saber acumulado e depositado nas camadas que sedimentaram o território e a sua geografia e que se relacionam com o saber milenar da própria arquitetura e dos sistemas construtivos, energéticos e tipológicos que lhe estão subjacentes.

Foi esta base que orientou no passado, por exemplo, a produção de Andreas Palladio (1508-1580), quando na sequência do declínio comercial da Sereníssima República de Veneza iniciou a sua produção de villas na região do Vêneto. O sentido clássico da arquitetura paladiana residia no modo como incorpora as bases vitruvianas para alicerçar os critérios de implantação e de domínio da ampla geografia do espaço agrícola. O retorno a um sistema construtivo baseado em lintéis e colunas, abria espaço para um artifício jogo classicista que dava resposta à afirmação de uma nova sociedade que, após o tratado de Bagnolo (1484) e a abertura das rotas marítimas atlânticas, havia iniciado a expansão da sua presença para terra firme, no interior do Vêneto.

O regresso aos fundamentos da arquitetura funde-se com a inevitabilidade do regresso ao "laboratório" do Sul, onde, desde o crescente fértil, se edificou a base do saber ancestral

subjacente à própria arquitetura, a qual com maior, ou menor, erudição consolida a possibilidade de inversão do conceito de "inovação", pela desmesura culturalista de um território milenar onde está tudo.

A Arquitetura Portuguesa e a cultura do Sul – Vítor Figueiredo e Siza Vieira em Évora.

A instabilidade que marca o atual período social e político, cria a oportunidade para uma leitura sobre a especificidade de um pensamento agregador da teoria da arquitetura portuguesa contemporânea e o seu vínculo à cultura do Sul.

A este respeito faz sentido invocar a clarividência e fecundidade do trabalho do historiador americano George Kubler (1912-1996) que, ao investigar a especificidade do maneirismo nacional realizado no período crítico de perda e retoma de soberania face ao domínio filipino, abriu espaço para uma formulação crítica e historiográfica da arquitetura portuguesa, através da sua obra, de 1972, Portuguese Plain Architecture: Between Spices and Diamonds, 1521-1706 (Kubler, 2005) O sentido periférico e distante que caracteriza o mais Ocidental país do Sul europeu, foi tratado como recetáculo de influências provenientes de outras áreas culturais, como a Flandres ou Espanha. A arquitetura chã, definida por Kubler "entre as especiarias das Índias e os diamantes do Brasil" (Kubler, 2005, p. ?), corresponde a uma resposta a fatores conjunturais de ordem político, militar e religioso, que se materializou na expressão de uma arquitetura despojada, que se emancipou diante regras clássicas e das normas académicas, provenientes da tratadística italiana.ⁱ A essencialidade e economia da arquitetura referenciada por Kubler permitia estabelecer um vínculo de relação entre o passado e o futuro, estimulando uma introspecção capaz de colocar lado a lado as lógicas paladianas e os ensaios de Terzi, Torrava, Baltazar Álvares, ou João e Diogo de Castilho. Ao enquadrar este período histórico, Kubler alicerçou não só o conhecimento historiográfico de uma época ofuscada pela proeminência manuelina, como construiu um argumento de base para agregar uma geração de arquitetos, protagonizada por Siza Vieira (n. 1933) que ganharia visibilidade internacional, após a revolução de 25 de Abril de 1974.

Revistas como L'Architecture d'Aujourd'hui, Architecture Mouvement Continuite, ou a Lotus Internacionalⁱⁱ dariam conta da produção realizada em Portugal nesse período e dos mecanismos conceptuais presentes na produção e no discurso dos arquitetos. Em particular a L'Architecture d'Aujourd'huiⁱⁱⁱ, que dedicaria à situação portuguesa, logo em 1976, um número temático denominado "Dossier Portugal An II", onde seria realizada uma apresentação de largo espectro, revelando, tal como referia Gonçalo Byrne no seu artigo, "as premissas de uma arquitetura nova" e os mentores empenhados na expressão desse desafio.

O sentido pragmático da arquitetura chã viria a contribuir para clarificar e orientar a ação dos novos arquitetos no momento em que se confrontavam, por um lado, com os

novos territórios que se abriam na periferia das cidades e, por outro, com a necessidade de implementação de um ideário compatível com o esgotamento do movimento moderno. Em 1962, Fernando Távora resumiu tudo isto ao enunciar justamente a ideia de "circunstância" (Távora, 1982, p.34) como base de um processo humanista da organização do espaço. Por "circunstância" entendia "aquele conjunto de fatores que envolvem o homem, que estão à sua volta e, porque ele é criador de muitos deles, a esses haverá que juntar os que resultam da sua própria existência, do seu próprio ser." (Távora, 1982, p. 34). O próprio significado da palavra escolhida por Távora comportava o sentido da obra aberta, edificada com base na consciência de um tempo longo, capaz de acomodar a complexidade das ações realizadas sobre o território.

A relação entre o trabalho de George Kubler e o processo que se desencadeava em Portugal no período de transição para a democracia, foi, contudo, estabelecida por Duarte Cabral e Mello (1941-2013) num artigo publicado na revista Arquitetura (Mello, 1979), onde evocava a relevância do trabalho do historiador americano a propósito da arquitetura de Vitor Figueiredo (1929- 2004). Cabral de Mello estabelecia um nexo entre a arquitetura chã e a independência e experimentalismo dos programas de habitação social desenvolvidos naquele período, com forte contenção orçamental. Para qualificar o trabalho de Figueiredo, Cabral de Mello realçava no estilo chão, a ausência de ornamentação, a libertação das regras académicas e o sentido vernáculo, mais ligado "às tradições locais vivas do que aos autores de um passado remoto" (Mello, 1979, p. 25). O trabalho de Kubler, abria um caminho de erudição sobre o Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa que havia envolvido os arquitetos a partir de 1955 até à sua publicação em 1961, representando uma arquitetura contaminada pelas contradições de um maneirismo realizado à distância dos principais centros culturais da Europa.

Esta mesma base seria mais tarde, na década de 1990, levada ao extremo por Vítor Figueiredo no pólo universitário da Mira (1992-1995), em Évora, traçando com rigor e essencialidade uma estrutura morfológica definidora de um recinto longo, caracterizado pela monotonia dos seus elementos compositivos, justamente na proximidade da arquetípica igreja do Bom Jesus de Valverde, atribuída a Manuel Pires ou Diogo de Torralva. No contexto da obra de Vítor Figueiredo, a Mira aparece como síntese de uma teoria da arquitetura para onde convergem os paradigmas essenciais que suportam a "mitologia" do debate disciplinar levado a cabo em Portugal no último quartel do século XX, paradigmas esses que passam pela rejeição das nuances estilísticas impostas: pela novidade; pela busca do acerto da implantação e domínio da topografia; pela procura de um anonimato crente na possibilidade de absorção da obra pela metamorfose do território ao longo do tempo; e pela noção da inserção da obra numa constelação geográfica para onde convergem os sentidos material e imaterial do sítio.

A cidade de Évora seria também palco para Álvaro Siza Vieira que, na sequência dos seus projetos de habitação social da

década de 1970, como a Bouça e São Vítor, inicia em 1977 naquele território alentejano o projeto de urbanização da Quinta da Malagueira. Pela sua dimensão e complexidade, a Malagueira é uma obra central no percurso de Álvaro Siza. Projetada para comportar 1200 fogos em cerca de 27 hectares, esta intervenção envolveu Siza com a cidade de Évora por um período de aproximadamente 20 anos. Este projeto, realizado num território marcado pela presença romana, pontua o arranque de uma extensa fase de exploração conceptual em torno de estruturas eminentemente clássicas, pouco exuberantes e sempre renovadas através de processos de manipulação das referências disciplinares convocadas em cada obra.

Na Malagueira, Siza pôde explorar os fundamentos disciplinares da sua arquitetura, manipulando de modo laboratorial questões básicas, como a infraestrutura, a tipologia, a materialidade branca, o pátio, a luz e a sombra. Neste projeto, a composição cubista de volumes puros, ganha a máxima expressão, tanto pela intensidade da luz como pela profundidade da sombra, variantes que unificam a relação da ampla intervenção, com a proximidade do núcleo urbano da cidade histórica, harmonizando e disciplinando o crescimento da cidade nas últimas décadas.

A plasticidade da Malagueira estabelece uma relação com a inspiração dos vestígios do mundo árabe presentes eminentemente no Sul. O kasbah, enquanto alternativa urbana lançada pelo Team 10 ao determinismo da cidade moderna, é trabalhado por Siza, nas estreitas tensões criadas no interior do bairro e no interior das unidades habitacionais, evidenciando-se neste projeto muito do imaginário coligido na viagem que realizou a Marrocos em setembro de 1967. iv Dessa viagem, como que é possível extrair argumentos implícitos, tanto na obra de Siza, como na própria cultura portuguesa, tal como escreveu Alexandre Alves Costa (n.1939), compagnon de route nesta aventura:

"E assim (...) nos aventurámos (...) pelas cidades que aportuguesámos ou construímos, pelas capitais imperiais, pelos Atlas, pelos vales dos rios que chegam ao mar. Pelo Sahara numa silenciosa areia que não foi pisada e, entre mesquitas, minaretes e ruínas de cidades clássicas, atravessámos fileiras de cavalos que sacudiram suas crinas nos alisiosv , entre visões poeirrentas de alcácereskières, com a serenidade de quem revisita as terras da sua infância agora explicadas pelo Guide Bleu. (Costa; Vieira, 2011, p. 7)

O Sul como laboratório da construção moderna em Portugal

Recuando um pouco no tempo, interessa observar o Sul na genealogia do pensamento crítico da arquitetura moderna em Portugal. Os acertos e desacertos inerentes à tão "desejada" articulação entre modernidade tradição que marca o debate arquitetônico nacional durante século XX, encontra nos dados lançados por Raul Lino (1879-1974) em torno da campanha da "Casa Portuguesa" (Figueiredo, 2007, p. 319-366) e da sensibilidade meridional que lhe estava

subjacente, um dos pilares fundamentais das controvérsias.

Os dados são lançados pelo autor de *A nossa Casa* (1918) e *Casas Portuguesas* (1933) ainda no final de oitocentos, o assunto adquire, no entanto, maior visibilidade em 1900 aquando da proposta que apresenta para o pavilhão de Portugal na Feira Universal de Paris, momento em que segundo o próprio propunha “um atrevimento (...) inspirado em estilos de várias épocas combinados numa composição verosímil e bastante harmoniosa, em que sobressaiam reminiscências amouriscadas do nosso Alentejo”, atribuindo aquela região o estatuto de seu “primeiro namoro depois do regresso a Portugal,” (Lino in AAVV, 1969, p. 29) após os seus estudos em Hanôver e da convivência com o seu mestre alemão Abercht Haupt (1852-1932).

O grand tour impressivo que Lino realiza em Portugal, em 1897-1898, na companhia do aguarelista Roque Gameiro (1864-1935), marca o início do deslumbramento meridional e pelo “estilo de vida” do Sul, interessando-lhe nesta viagem em especial “o mudéjarismo e o pseudo-mudéjarismo do Alentejo e Algarve”^{vi}. Segundo Pedro Vieira de Almeida, seria esta “Peregrinação que o fizera entender os valores formais de uma arquitetura de sol, as subtilezas dos jogos de claros e escuro, de transparências e reflexos de muros caiados e de maneira mais responsável, os valores de habitar que esse vocabulário definia”.

Raul Lino empreenderá novamente uma incursão ao Sul, para visitar Marrocos, logo em 1902, com o apoio de Alexandre Rey-Colaço e de seu irmão Emílio-Rey que vivia em Tânger, de onde era originária a família. Seria este o argumento definitivo para sustentar a hipótese das “4 Casas Marroquinas”, lançado pelo próprio Vieira de Almeida no catálogo sobre Lino, aquando da exposição realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, em 1970 (Pimentael et al, 1970, p. 138). As Casa Monsalvat (1901), Silva Gomes (1902) e Villa Tânger (1903), no Monte do Estoril e Casa Jorge O'Neill (1902), em Cascais, que marcam o princípio da atividade do arquiteto, refletem a influência das experiências imersivas num território onde as formas e as vivências se expunham descontaminadas, permitindo-lhe uma espécie de regresso ao início dos tempos.

O interesse de Raul Lino pelo Sul, foi naturalmente estimulado pelo interesse que Albercht Haupt possuía pela arte renascentista realizada nos países do Sul e nomeadamente em Portugal, onde encontrava características particulares e distintivas. A pesquisa *Die Baukunst der Renaissance in Portugal* (Haupt, 1986), corresponde à sua tese de doutoramento, defendida em 1893, na Universidade Hanôver, traduzindo o resultado das viagens que realizou a Portugal entre 1886 e 1888 (Belchior, 2010).

George Kubler, em *Plain Architecture*, trabalhou sobre a base de pesquisa realizada por Albercht Haupt. O interesse de ambos no período que se segue ao manuelino tardo-gótico permite a formulação de um vínculo relacional entre ambos,

que sustenta tanto o interesse e o encantamento gerado pelo período renascentista e maneirista no Sul da Europa, como o reconhecimento da sua especificidade no contexto nacional, face ao trabalho realizado em outras paradas europeias, argumentos que contaminaram o pensamento e a ação crítica os arquitetos na formulação de um pensamento moderno tanto no limiar do século XX, como na sua reta final a partir dos anos que se seguiram à revolução e que marcam em definitivo a afirmação internacional da arquitetura portuguesa.

Conclusão – Revista Estudo Prévio

“Construir no Sul” alude a um sentido laboratorial, sobre os fundamentos da arquitetura enquanto área disciplinar os quais, em momento de crise, se apresentam como itinerário consistente de pesquisa. Ao mergulhar-se no Sul neste número da revista Estudo Prévio, procura fixar-se um discurso integrador de várias latitudes e autores.

É neste contexto que abrimos com Álvaro Domingues e Ana Silva Fernandes e com uma leitura crítica sobre a contemporaneidade e sobre os fenómenos urbanos que escapam ao mundo ocidental. Através de um programa curricular debatem-se os critérios da “Urbanização da Pobreza” e da crise instalada nos mecanismos de gestão territoriais.

O enquadramento deste processo à escala global, lança a possibilidade de um olhar longínquo sobre a proeminência do Sul enquanto palco primordial de uma modernidade observada por Jorge Luís Borges e pela Revista Literária Sur. Este tema é abordado por José Luís Saldanha, demonstrando a antecipação de uma cultura nova, que se materializa nas nuances geradas pelos conflitos colocados pelo tempo novo.

Alexandre Marques Pereira apresenta o caso do grand tour de Gunnar Asplund ao Sul Mediterrâneo, realizado na tradição do Romantismo Neo-Clássico oitocentista, identificando o encantamento dos arquitetos nórdicos pelo berço da cultura clássica e pelo sentido de perenidade que esta comporta.

As dicotomias entre o Norte e o Sul, são exploradas por Alexandra Saraiva através da figura de Raúl Hestnes Ferreira, trazendo para o plano nacional os fundamentos de uma monumentalidade realista, própria da cultura mediterrânea, que é apreendida à distância, entre as paradas finlandesas e norte-americanas. Ana Vaz Milheiro, dá continuidade a este discurso através de Manuel Vicente, o qual, com um percurso tangente ao de Raúl Hestnes aprofunda a “viragem” para Sul e o estabelecimento de pontes com o Oriente numa extensa diáspora cultural, que surge fundida na sua produção arquitetónica e intelectual.

“O detalhe do projeto geral” é o argumento de José Maria Assis e Santos para fazer o elogio da sombra no pólo universitário da Herdade da Mira, obra conclusiva do itinerário arquitetónico de Vítor Figueiredo - recetáculo inacabado de um saber

intemporal.

Filipe Mónica encerra o dossier “Construir no Sul” com entrevistas curtas a um conjunto de arquitetos que participaram no curso de verão homónimo, realizado no ISCTE-IUL entre os dias 27 de junho e 1 julho de 2016.

Notas:

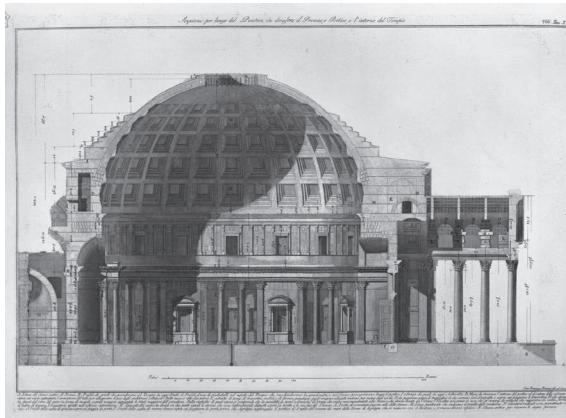
i CORREIA, José Eduardo Horta (2005) “Prefácio à edição portuguesa” em KUBLER, George - A Arquitetura Portuguesa Chã – Entre as Espéciarias e os Diamantes (1521-1706). 2^a edição Nova Vega, Lisboa, 2005. ISBN 972-699-758-5. (p. 8-9).

ii Cf. VIEIRA, Álvaro Siza; ROUSSELOT, Christine; BEAUDOIN, Laurent - “Entretien avec Álvaro Siza” em Architecture Mouvement Continuite, nº 44 de 1978; AAVV - “Dossier Portugal An II” em L’Architecture d’Aujourd’hui nº 185 –, de maio/junho de 1976; VIEIRA, Álvaro Siza - “L’Isoala Proletária come Elemento Base del Tessuto Urbano”, em AA.VV Lotus International – Rinnovo Urbano, nº 13 de 1976; GREGOTTI, Vittorio - “Oporto. L’esperienza dei Saal, di Alexandre Alves Costa Interventi a S. Victor, Bouça, Lapa, Leal, Antas, Miragaia, Barredo, Lada Oporto”, em AA.VV - Lotus International – Architettura nella Città Storica, nº 18, de 1978; HATCH, Richard - The Scope of Social Architecture, New Jersey Institute of Technology, de 1984. (SAAL/Curraleira, Lisbon Portugal / SAAL and the Urban Revolution in Portugal / Designing Curraleira).

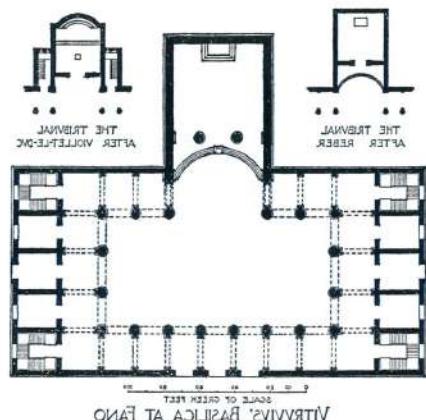
iii BYRNE, Gonçalo “Quelques prémisses pour une architecture nouvelle” em AAVV - L’Architecture d’Aujourd’hui – Dossier Portugal An II, nº 185, de maio/junho de 1976 (p. 32-33). iv Viagem a Marrocos realizada em setembro de 1967 por Álvaro Siza na companhia de Alexandre Alves Costa, Beatriz Ekroth, José Grade, Luísa Brandão, Maria Antónia Leite e Sérgio Fernandez. Cf. COSTA, Alexandre Alves; VIEIRA, Álvaro Siza - Marrocos 1967, Circo de Ideias, Porto, 2011. ISBN 978-989-95995-2-9.

v * Dante Alighieri (tradução de Vasco Graça Moura) – La Divina Commedia: L’inferno. 1996, Cant. XXVI, tert. 33-37, (p. 241).

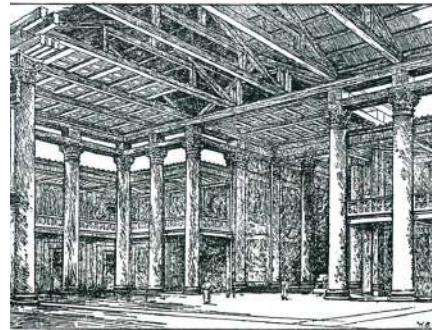
vi MANTA, Paulo - Raul Lino – Arquitetura e Paisagem (1900-1948), tese de doutoramento, texto policopiado, ISCTE-IUL, Lisboa, 2012. (pág. 109); Cit. LINO, Raul, (1970) A vida corre – o Tempo contínua [palestra] Acessível no arquivo da família. (pág. 4).



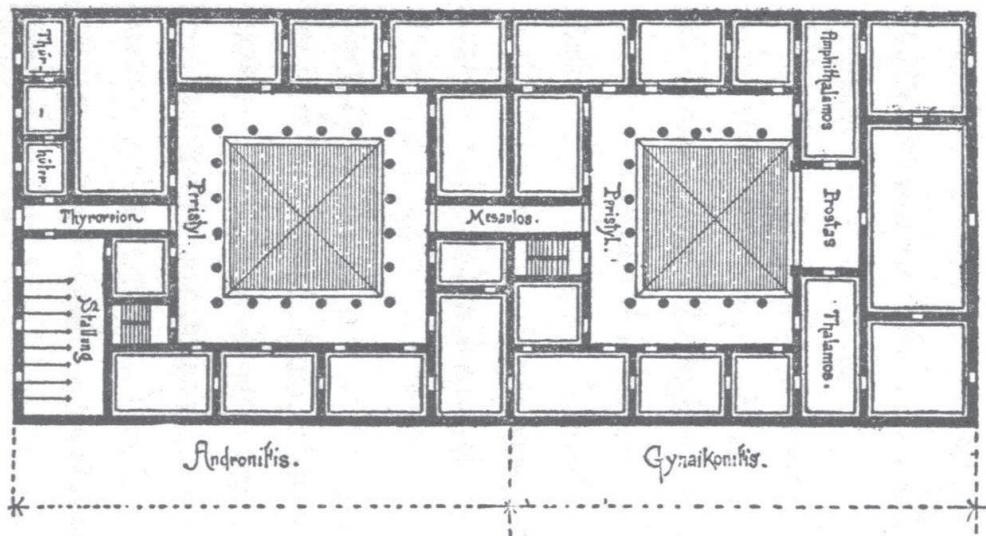
1



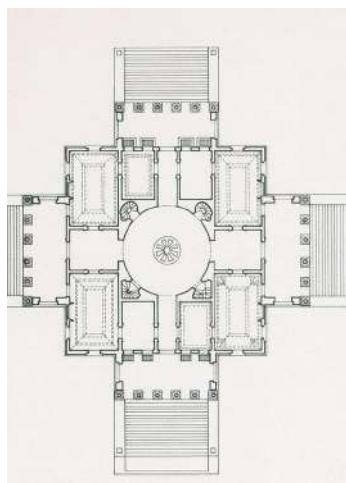
MIRAVIA. BASILICA AT FANO
SACRAE OF CRETAN BEEF



2



3



4



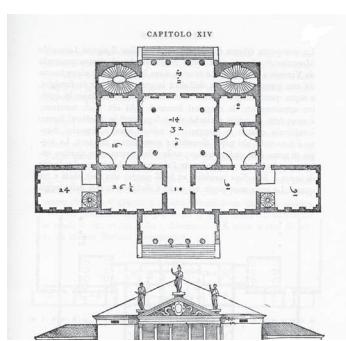
5



6



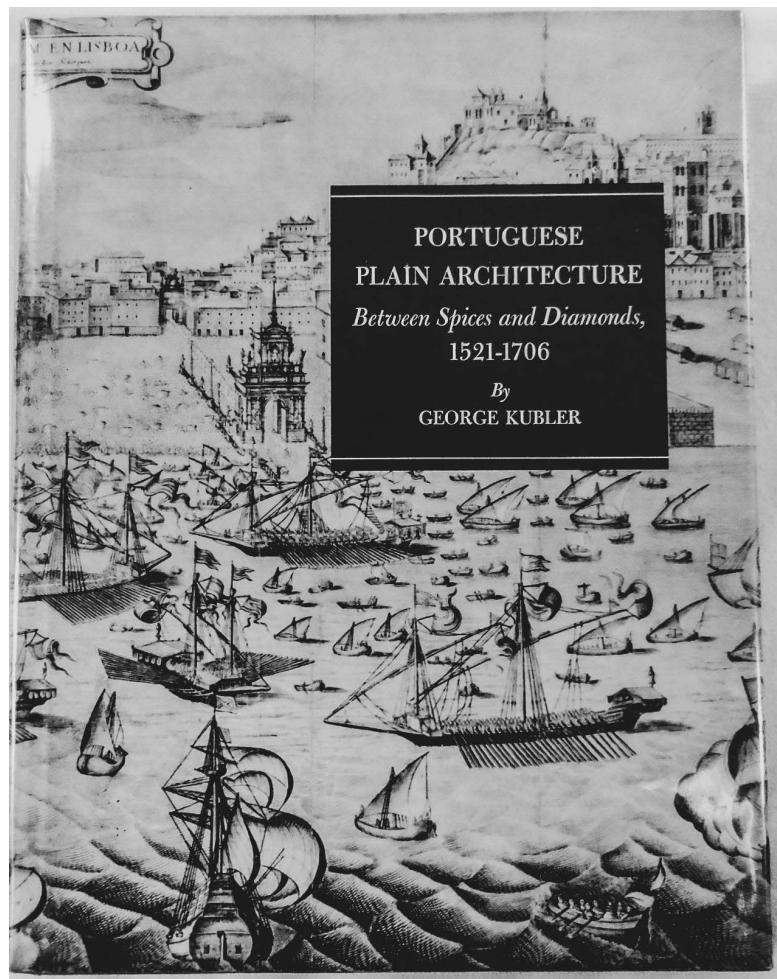
7



8



9

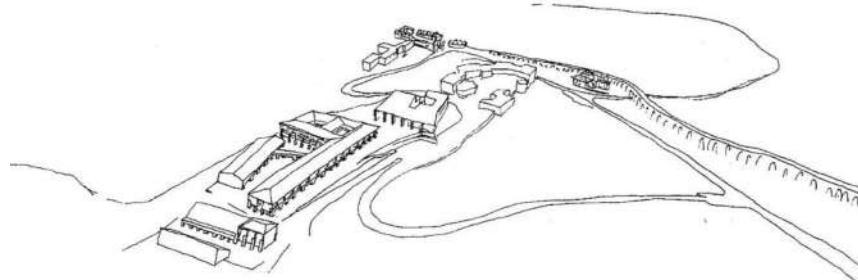




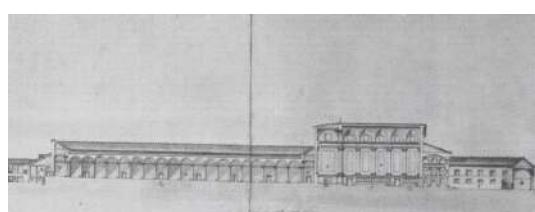
11



12



13



14



15

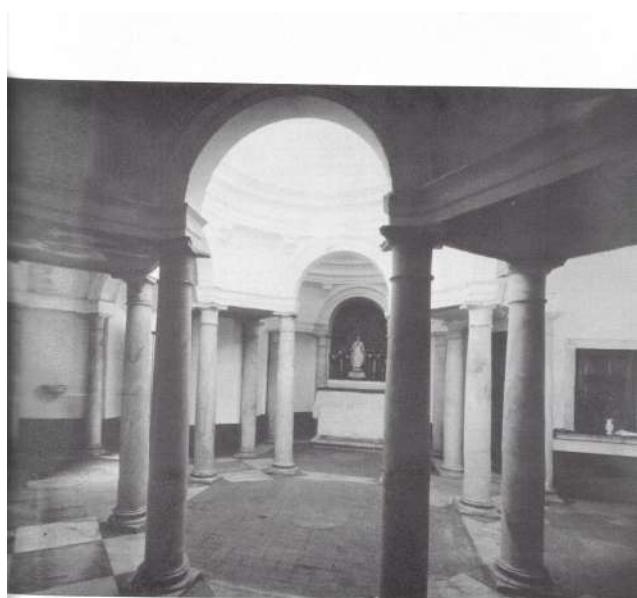
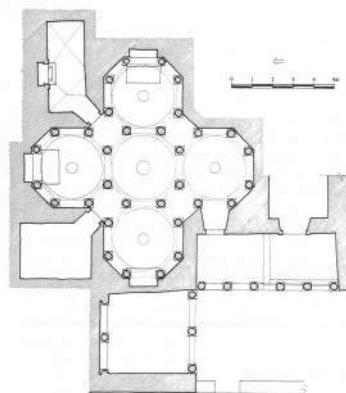
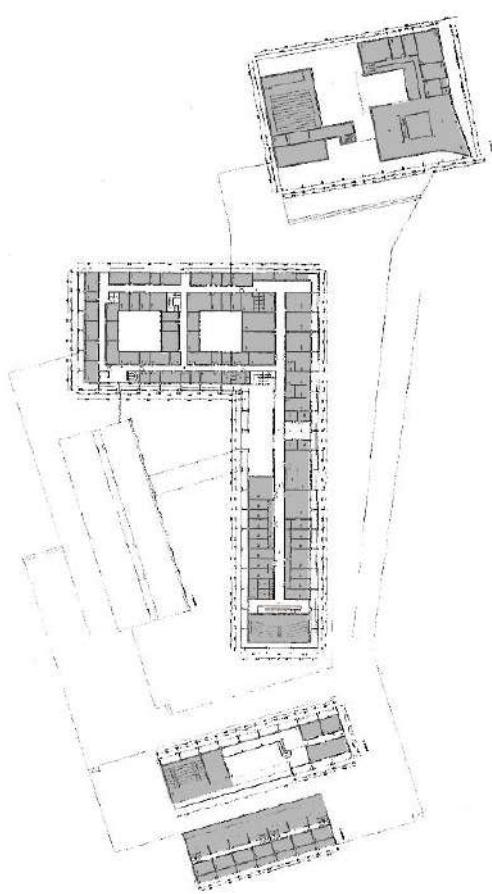


FOTO 24. Mitra, Bom Jesus de Valverde, interior, 1550-60 (M. Novais).

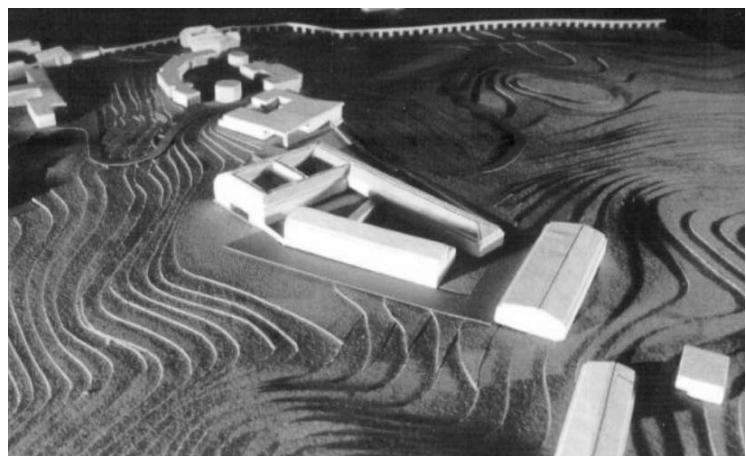
16



17



19



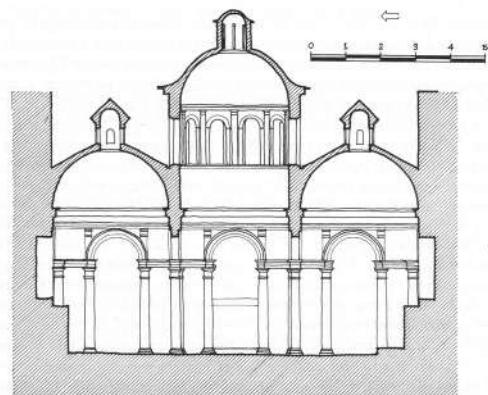
20



18

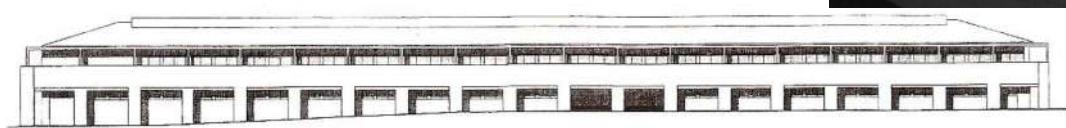


21



22

128



23



24



25



26



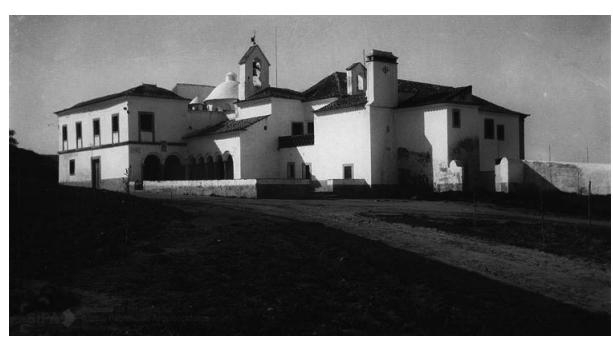
27



28



29



30



31



33



32

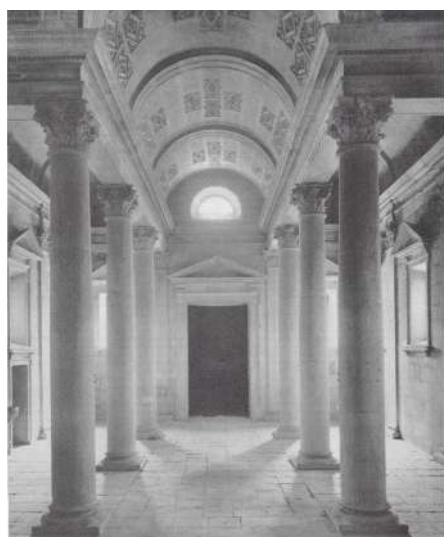
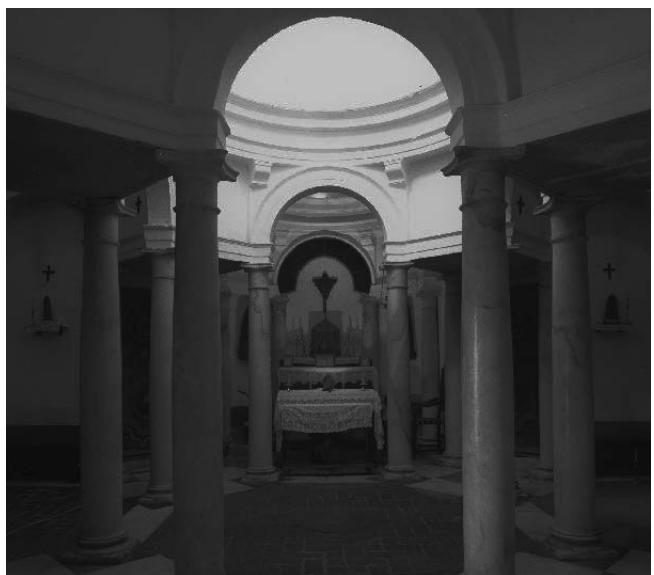


FOTO 13. Tomar. Capela de N.º Sr.ª da Conceição. João de Castilho (fl. c. 1510-40). interior

34



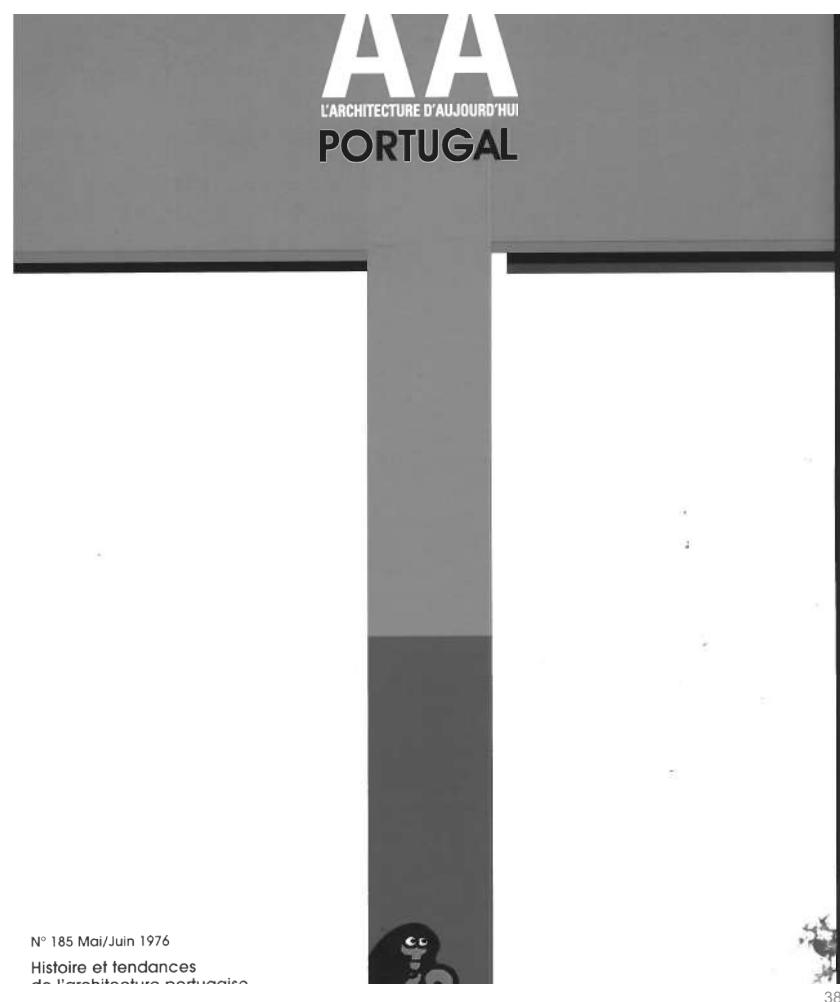
35

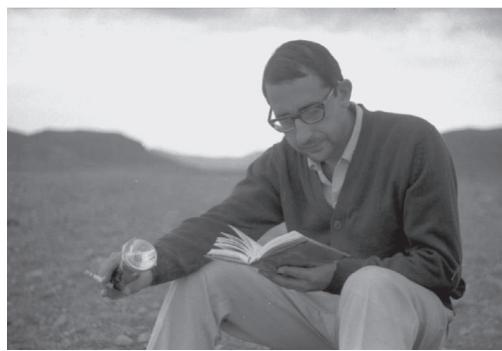


36



37





39



40



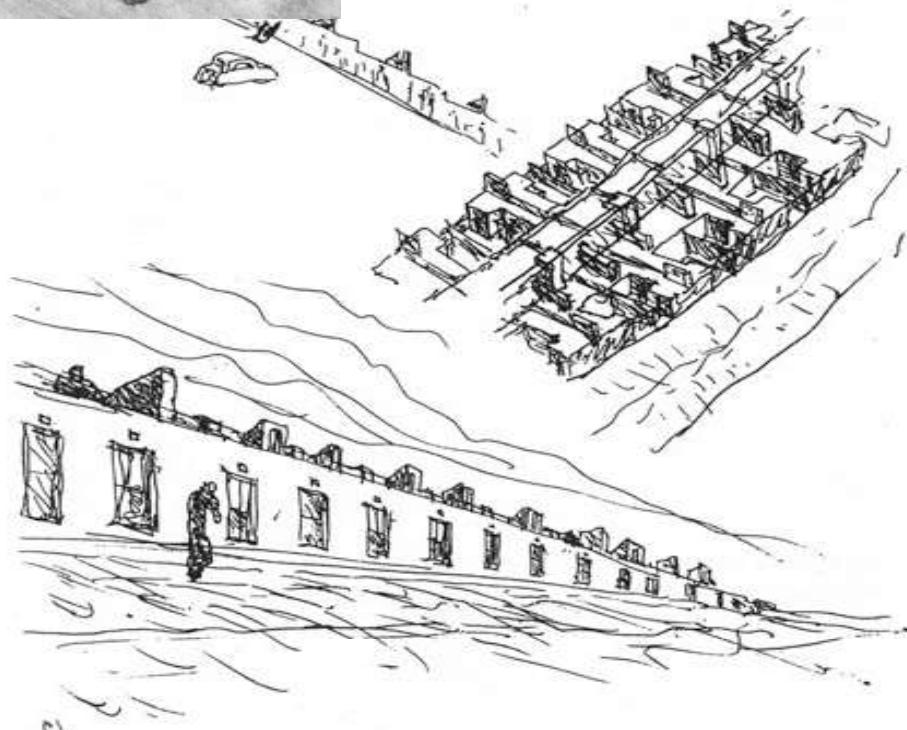
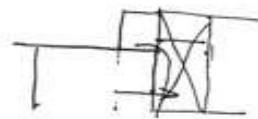
41



42



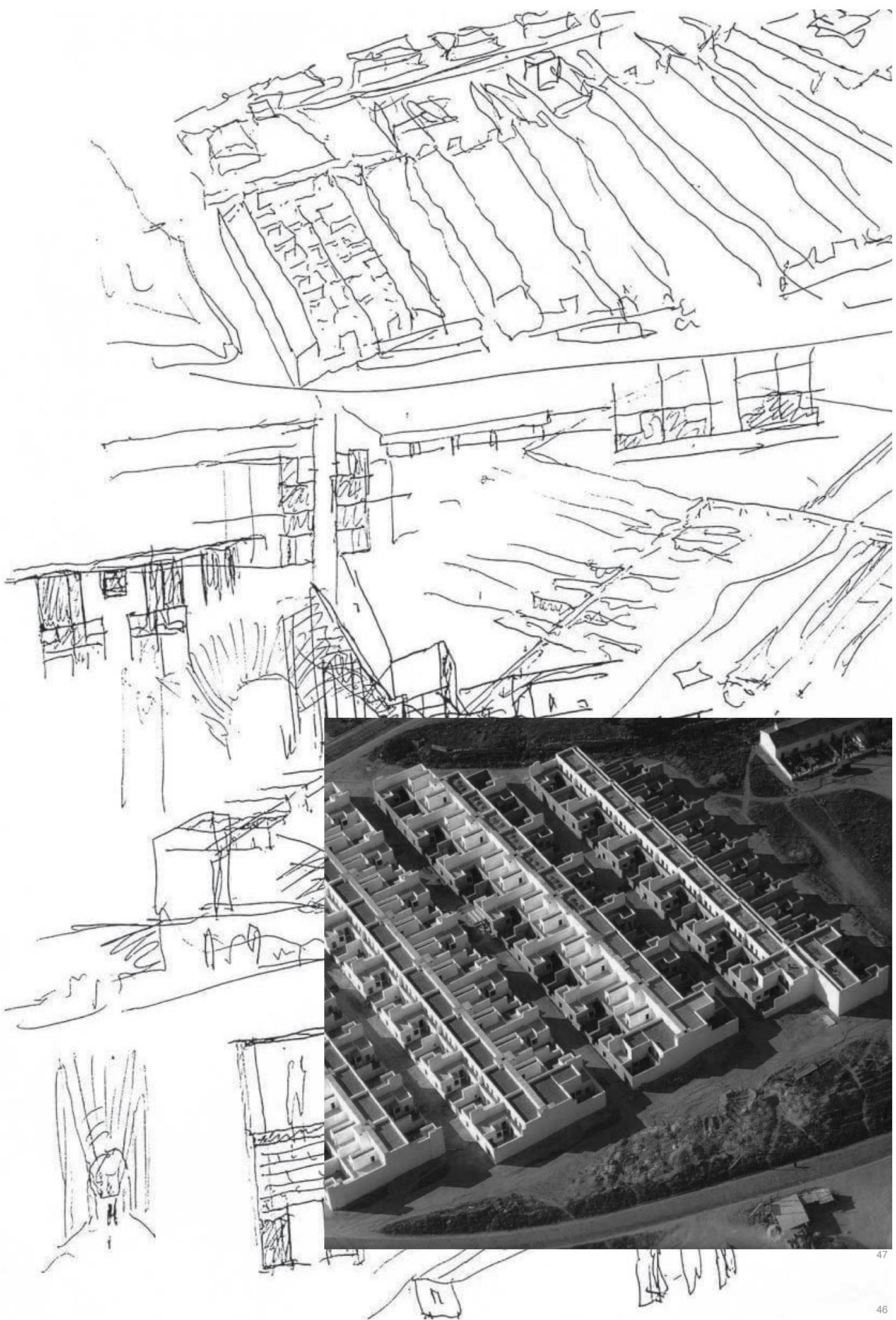
43



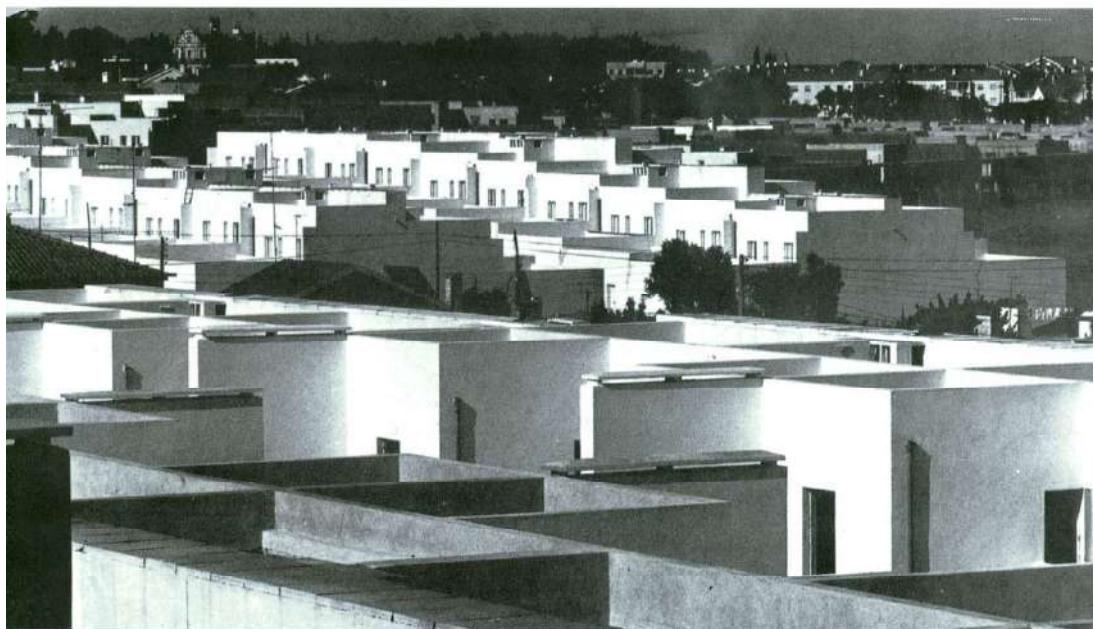
44



45



plano general de situación - overall site plan



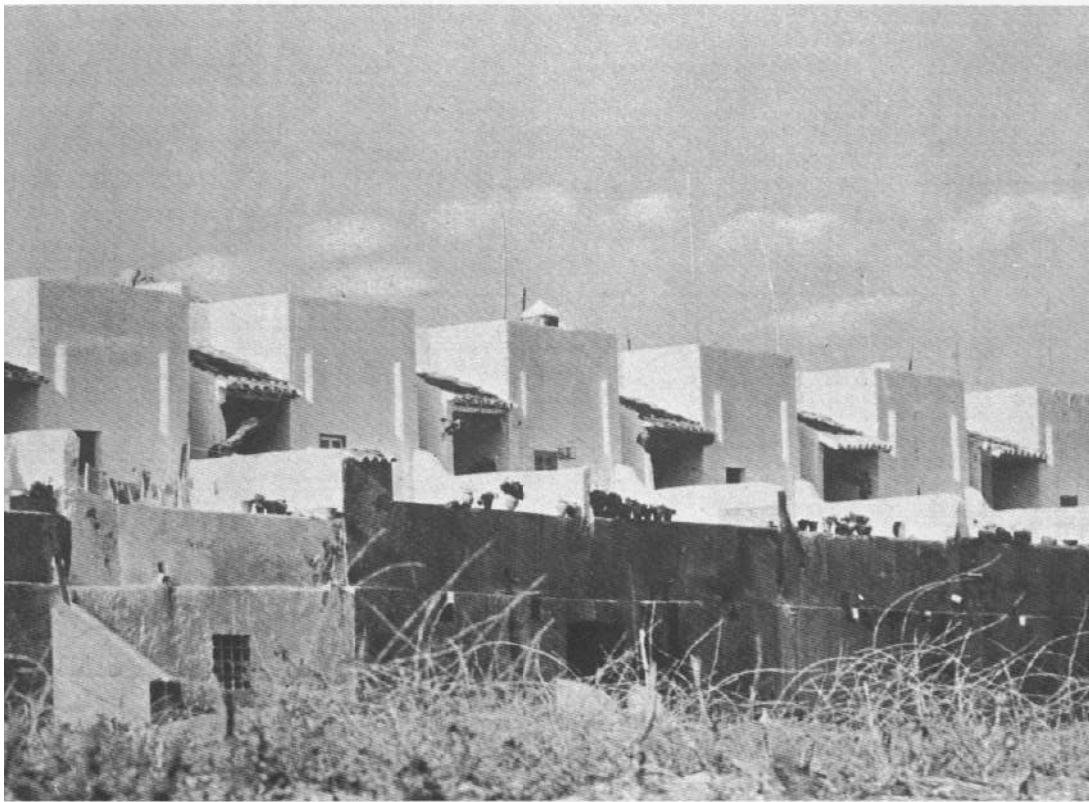
48



49



50



51



É notável o equipamento deste terraço, integrado na construção, o poço comum a duas habitações contíguas e o tanque para lavagens.

O partido conseguido do declive do terreno e o movimento de volumes das construções dão ao conjunto do alçado posterior, voltado ao Sul, um carácter muito especial.

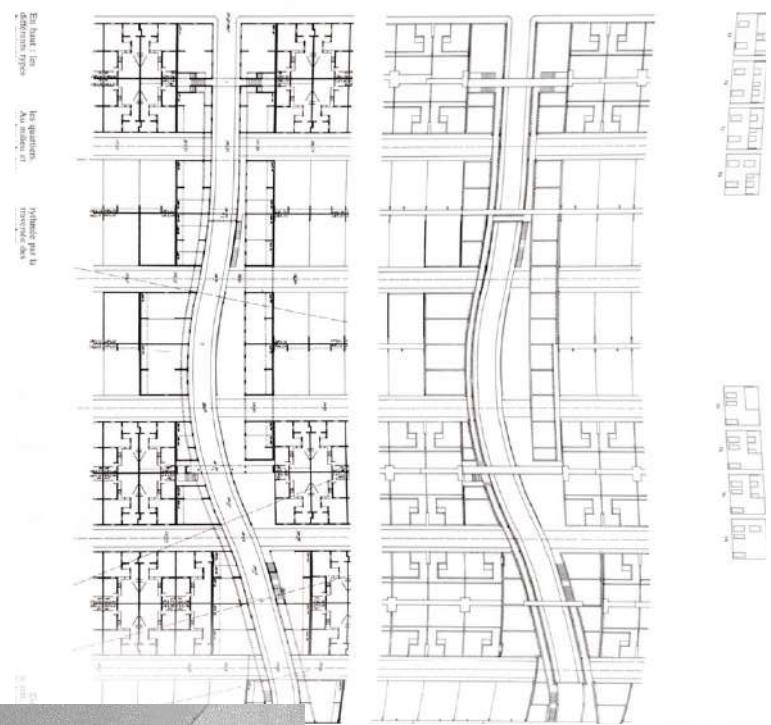
Nas habitações de Olhão, entra-se directamente para a sala, seguindo-se dois quartos contíguos em comunicação com um estreito corredor que conduz à cozinha, localizada ao fundo da casa e ocupando, como a sala, toda a largura. A cobertura é feita com abóbadas de berço, correspondendo uma aos quartos, outra ao corredor, e à sala uma outra, mas de tendência esférica e um pouco mais elevada, acentuando a importância atribuída a esta peça da habitação. Por vezes, esta abóbada esférica é substituída por um telhado de 4 águas, formando, interiormente, tecto de macieira.

Os quartos, interiores, têm um ambiente muito agradável, conseguido pela luz natural, que recebem através de uma pequeníssima clarabóia, constituída por um vido quadrado, embutido numa leve elevação praticada na abóbada.

52



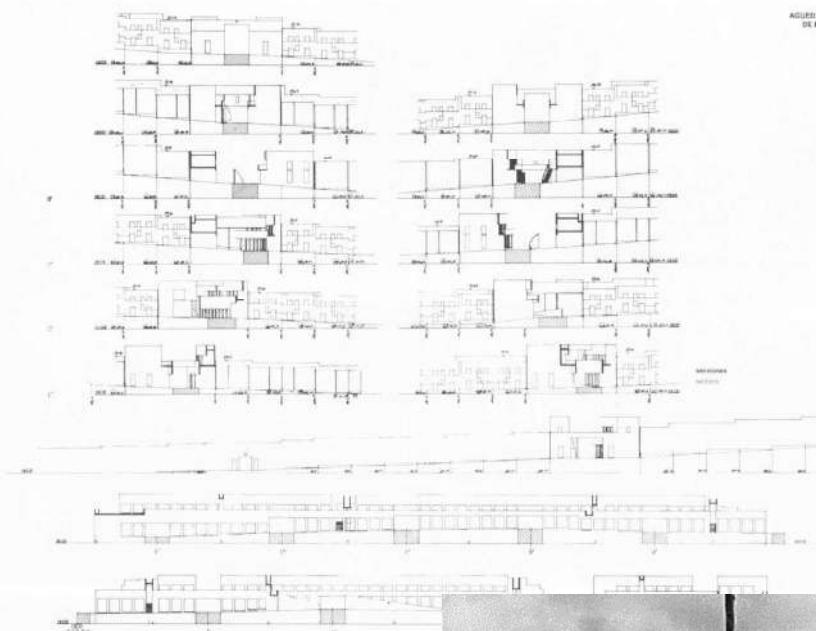
53



54



55



56



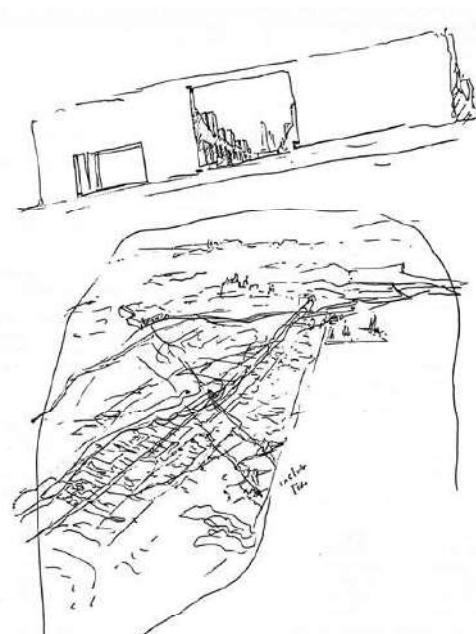
57



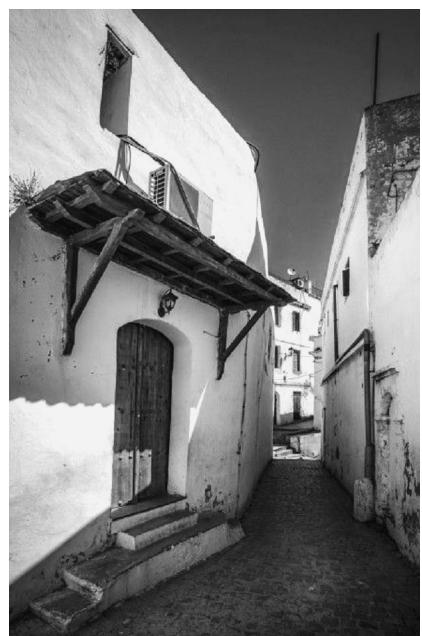
58



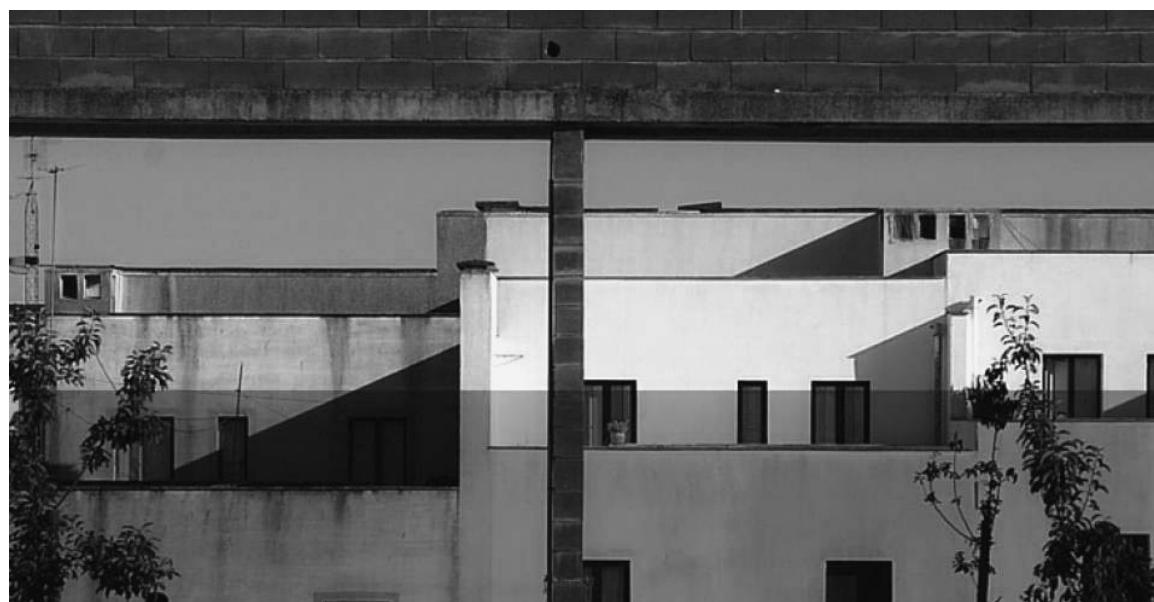
59



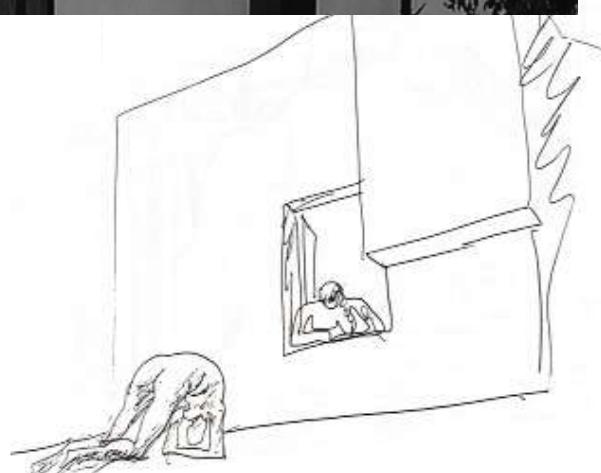
60



61

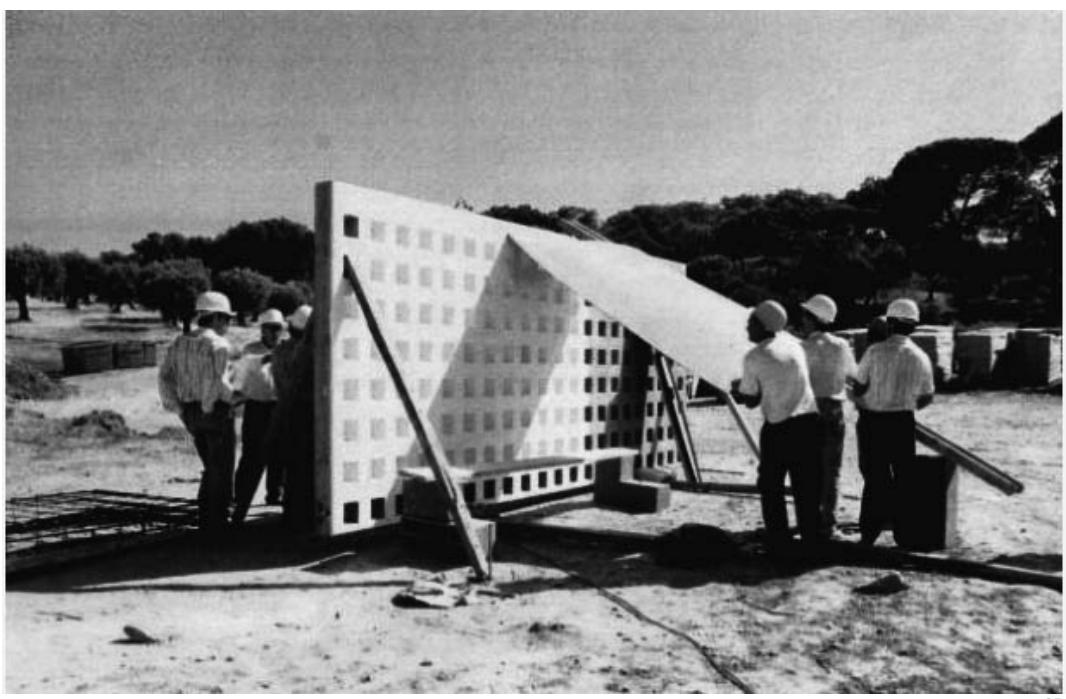


62



63





Índice de Figuras

1. Panteão Nacional de Roma.
2. Basílica de Fano, Marco Vitruvio Polione.
3. Planta de uma Casa Grega, Marco Vitruvio Polione.
4. Villa Capra - La Rotunda, Andrea Palladio.
5. Fotografia da Villa Capra - La Rotunda, Andrea Palladio.
6. Villa Chiericartti, Andrea Palladio.
7. Fotografia da Villa Chiericartti (©David Nicholls, 2016).
8. Villa Cornado, Andrea Palladio.
9. Fotografia da Villa Cornado (autor desconhecido, 2014).
10. Capa do Livro «Portuguese Plain Architecture: Between Spices and Diamonds, 1521-1706», (© George Kubler, 1972).
11. Retrato de Vitor Figueiredo (in Público).
12. Fotografia da quinta do Paço de Valverde (©Direção Geral do Património Cultural - DGPC).
13. Esquiço do Polo Universitário de Mira (©Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana-IHRU).
14. Recorte de imagem do livro «Portuguese Plain Architecture» (©George Kubler, 1972, FOTO 14 - Tomar, Capela de N.ª Sr.ª da Conceição , M. Novais).
15. Recorte de imagem do livro «Portuguese Plain Architecture» (© George Kubler, 1972, Gravura 5).
16. Recorte de imagem do livro «Portuguese Plain Architecture» (©George Kubler, 1972, FOTO 24).
17. Recorte do desenho da pagina 48 do livro «Portuguese Plain Architecture» (© George Kubler, 1972, Figura 14).
18. Fotografia Polo Universitário da Mira (©José Maria Assis e Santos, 2016).
19. Recorte de imagem do artigo «Património Arquitetónico Contemporâneo da Universidade de Évora» (©Rossana Santos Rosa, 2010, p.26).
20. Recorte de imagem do artigo «Património Arquitetónico Contemporâneo da Universidade de Évora» (©Rossana Santos Rosa, 2010, p.26).
21. Fotografia do Convento de Valverde (autor desconhecido).
22. Recorte do desenho da pagina 48 do livro «Portuguese Plain Architecture» (© George Kubler, 1972, Figura 14).
23. Fotografia do Polo Universitário da Mira (Vitor Figueiredo, consult. miesarch.com).
24. Corte e Alçado Nadcente e Poente do Polo Universitário da Mira (©Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana-IHRU).
25. Fotografia do Pólo Universitário da Mira (©Paulo Tormenta Pinto, 2016).
26. Fotografia do Claustro do Convento de Valverde (©Arquivo Municipal de Évora, 1960).
27. Fotografia do Pólo Universitário da Mira (©Paulo Tormenta Pinto, 2016).
28. Edifício para o Pólo da Mira (©Rossana Santos Rosa, 2010).
29. Fotografia Polo Universitário da Mira (©José Maria Assis e Santos, 2016).
30. Fotografia do Convento de Valverde (©SIPA: DGEMN/DREMS; FOTO.00177480).
31. Fotografia do Polo Universitário da Mira (Vitor Figueiredo, consult. miesarch.com).
32. Fotografia do Polo Universitário da Mira (autor desconhecido).
33. Fotografia do Convento de Valverde (©DGPC, 2006).
34. Recorte de imagem do livro «Portuguese Plain Architecture» (©George Kubler, 1972, FOTO 13 - Tomar, Capela de N.ª Sr.ª da Conceição, M. Novais).
35. Edifício para o Pólo da Mira (©Rossana Santos Rosa, 2010).
36. Fotografia do Interior do Convento de Valverde (©DGPC, 2006).
37. Edifício para o Pólo da Mira (©Rossana Santos Rosa, 2010).
38. Capa da Revista Architecture Aujourd'hui - Dossier Portugal An II (©Architecture Aujourd'hui, 1976).
39. Recorte de imagem da pagina 16 do livro « 1967, Marrocos» (©Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza; 2018).
40. Fotografia de rua do Kasbah de Argel (autor desconhecido).
41. Fotografia do Kasbah de Marrocos (autor desconhecido).
42. Arquitetos portugueses em viagem pela Grécia, verão de 1976. Fernando Távora e Álvaro Siza Vieira (à direita), entre outros. (©Arquivo pessoal do Arquiteto Alexandre Alves Costa).
43. Recorte de imagem da pagina 15 do livro « Arquitetura Popular em Portugal» (©Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).
44. Esquiço Bairro da Malagueira - «Estudo para a agregação das casas» (©Álvaro Siza, 2000).
45. Fotografia do Kasbah de Argel (©Instituto Francês d'Alger).
46. Esquiço do Bairro da Malagueira (©Álvaro Siza - consult.: espaçoearquitetura.com, 2020).
47. Fotografia do Bairro da Malagueira (©Álvaro Siza - consult.: espaçoearquitetura.com, 2020).
48. Fotografia do Bairro da Malagueira (©El Croquis, 2000).
49. Fotografia de rua do Kasbah de Argel (autor desconhecido).
50. Recorte de imagem da pagina 77 do livro « Arquitetura Popular em Portugal» (©Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).
- 51/52. Recortes de imagens da pagina 105 do livro « Arquitetura Popular em Portugal» (©Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).
53. Recorte de imagens da pagina 105 do livro « Arquitetura Popular em Portugal» (©Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).
54. Desenhos do Bairro da Malagueira (©El Croquis, 2000).
55. Fotografia do Bairro da Malagueira (©James Taylor-Foster, 2015).
56. Desenhos do Bairro da Malagueira (©El Croquis, 2000).
57. Recorte de imagem da pagina 106 do livro « Arquitetura Popular em Portugal» (©Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).
58. Fotografia do Bairro da Malagueira (©James Taylor-Foster, 2015).
59. Fotografia do Bairro da Malagueira (©Ricardo Loureiro, 2007).
60. Esquiço bairro da Malagueira - «A relação entre o aqueduto e as casas» (©Álvaro Siza, 2000).
61. Fotografia de rua do Kasbah de Argel (autor desconhecido).
62. Fotografia do Bairro da Malagueira (©Tribuna Alentejo, 2015).
63. Esquiço bairro da Malagueira - «Estudo da relação entre a dimensão do alojamento e a articulação do espaço exterior» (©Álvaro Siza, 2000).
64. Restauro do Panteão de Roma (©LIFE MAGAZINE, 1925).
65. Execução das grelhas de sombreamento (©Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana-IHRU).